

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

Protocolo 71735366

Portaria nº 105 de 30 de abril de 2026

Altera a Portaria nº 85, de 22 de outubro de 2024, que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Apuração da Produtividade (CPAP) e revoga a Portaria nº 64 de 10 de março de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia - SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Decreto nº 19.567, de 10 de março de 2015, que regulamenta a gratificação de atividade licitatória devida aos servidores integrantes da carreira do grupo ocupacional de nível superior, do cargo técnico em licitações, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 711, de 24 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 19.567, de 10 de março de 2015;

CONSIDERANDO a recente nomeação do novo Superintendente da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, fato que demanda a adequação e atualização dos atos administrativos no âmbito desta Superintendência;

CONSIDERANDO a Portaria nº 85, de 22 de outubro de 2024, que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Apuração da Produtividade (CPAP), no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 1º da Portaria nº 85, de 22 de outubro de 2024, Id. (0054048937), que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Apuração da Produtividade (CPAP), no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia - SUPEL/RO, passando a vigorar nos seguintes termos:

I - Presidente:

a) Álvaro Henrique de Lima Teixeira, matrícula nº *****093.

II - Membros:

a) Leidiane Cardoso Cavalcante Barreto, matrícula nº *****299;

b) Isabela Pinheiro de Queiroz, matrícula nº *****608;

c) Sara Neris Dias, matrícula nº *****072;

d) Viviane Cristina Cabral do Nascimento de Alencar, matrícula nº *****934;

e) Julia Nunes Martins, matrícula nº *****838.

Parágrafo único. A servidora indicada na alínea "a)" do inciso II permanece designada como Presidente Substituta, nas ausências e impedimentos da titular.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 64 de 10 de março de 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. As demais disposições em contrário ficam revogadas.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 71757053

Portaria nº 108 de 30 de abril de 2026

Altera a Portaria nº 57, de 23 de abril de 2025, e revoga a Portaria nº 11, de 14 de janeiro de 2026, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe confere o art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023, bem como o art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria nº 63, de 23 de abril de 2025, Id. (0059510290), que institui a Comissão de Segurança Pública no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos I e II do art. 1º da Portaria nº 57, de 23 de abril de 2025, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - Agente de Contratação:

a) Bianca Matias de Souza, matrícula n.º *****873.

II - Equipe de Apoio:

a) Bruna da Silva e Souza, matrícula n.º *****559;

b) Izys Larissa de Azevedo Infante, matrícula n.º *****930;

c) Nicolay Fernanda Victor de Carvalho, matrícula n.º *****925.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea “a”, atuará como Pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for o pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como Pregoeira Substituta a servidora indicada no inciso II, alínea “a”, deste artigo, a qual desempenhará as atribuições inerentes à função em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 11, de 14 de janeiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 71762303

CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES

Portaria nº 131 de 04 de maio de 2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano Anual de Contratações de 2026, com a inclusão de item, da Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES/RO.

A CONTADORA-GERAL DO ESTADO EM SUBSTITUIÇÃO, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, alterada pela Lei Complementar nº 1.121, de 23 de dezembro de 2021 e Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, bem como Estatuto da COGES/RO, instituído por meio do Decreto nº 27.158, de 12 de maio de 2022, alterado pelo Decreto nº 31.337, de 10 de março de 2022;

Considerando a necessidade de sistematizar instrumentos, mecanismos, práticas, ferramentas e princípios para suporte ao acompanhamento de resultados, à melhoria do desempenho, ao processo decisório baseado em evidências, à orientação estratégica e à avaliação das ações de contratações;

Considerando que o Plano Anual de Contratações visa estabelecer as contratações que serão realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, assessorando a Administração na tomada de decisões e auxiliando no desempenho de uma melhor governança, a fim de proporcionar uma correta aplicação dos recursos públicos atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas;

Considerando a necessidade de fortalecimento da cultura do planejamento das contratações, a necessidade de aprimoramento e incorporação de boas práticas de governança e de monitoramento da atuação da gestão nos processos de contratações públicas;

Considerando ainda, o Despacho COGES-GPOF (71784612), que solicita a inclusão de item na Portaria nº 458, de 14 de novembro de 2025, publicada no DOE/RO Edição nº 242, de 23 de dezembro de 2025 (0066483188).

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a inclusão de 1 (um) item no **Plano Anual de Contratações - PCA** de bens, serviços e soluções tecnológicas da informação para o exercício de 2026, no âmbito da Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES/RO, conforme consignados no Anexo Único desta portaria, devendo ser observado todos os dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAILA RODRIGUES ROCHA GUERRA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
1ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90199/2025/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0037.157987/2021-59

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e de todas as Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP do Estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

Tipo: Menor Preço por Lote - AMPLA PARTICIPAÇÃO

Método De Disputa: Aberto

Valor Estimado: R\$ 3.788.789,10 (três milhões, setecentos e oitenta e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos)

Data de Abertura: 28 de maio 2026, 10h00min (horário de Brasília - DF).

Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou <https://rondonia.ro.gov.br/supel/>.

Outras informações através do telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 13 de maio de 2026.

BIANCA MATIAS DE SOUZA

Pregoeiro da 1ª Comissão de Segurança Pública - COSEG1/SUPEL/RO

Portaria n.º 108 de 30 de abril de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Matias de Souza, Pregoeiro(a)**, em 13/05/2026, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72165498** e o código CRC **3A222078**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
1ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG1

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90199/2025/LEI Nº 14.133/2021

Para **TODOS** os **LOTES**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva** de cota de até 25% para as **ME/EPP**, em atenção à justificativa disposta no **item 30** e subitens do Termo de Referência (71364104).

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 25/05/2026
---	---

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e de todas as Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP do Estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.		
FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0037.157987/2021-59		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 3.788.789,10 (três milhões, setecentos e oitenta e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos).	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não se Aplica	Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 28.1 do Termo de Referência</u> . 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido nos <u>itens 28.3 do Termo de Referência</u> . 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 28.2 do Termo de Referência</u> . 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 29 do Termo de Referência</u> .		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
não	não	não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço por Lote	Aberto	sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		coseg1.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3. DO OBJETO;
4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;
15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da Portaria nº 108 de 30 de abril de 2026, publicada no DOE na data 30 de abril de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90199/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC**.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e de todas as Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP do Estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas

3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas nos item 7. e Anexo I do – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. MEMÓRIA DE CÁLCULO E JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

7.1. O quantitativo está baseada na necessidade das instituições beneficiárias, no qual ficou comprovado no Estudo Técnico Preliminar 0048768829).

7.2. Para a definição da demanda foi feita consulta junto a administração das Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISPs e o Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP através do processo (0037.157987/2021-59), solicitando informações e sugestões para a instalação das câmeras, pontos críticos, plantas baixas e imagem internas e externas dos ambientes que compõem a UNISP e CIOP.

7.3. Foi realizado o levantamento *In Loco* das informações (pontos com pouca segurança, pouca iluminação e possíveis locais para instalações de câmeras) necessárias, através de registro fotográfico e informações colhidas com polícias que trabalham nas UNISPs, para subsidiar o projeto base a ser elaborado com a finalidade de adquirir os equipamentos necessários para implementação de sistema de vídeo monitoramento perimetral das UNISPs e CIOP conforme Memorando 588 (0018695942).

7.4. Segue nas tabelas abaixo a quantidade de equipamentos necessários por porte das UNISPs e CIOP após levantamento:

TABELA I QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS POR UNISPs e CIOP					TABELA II QUANTIDADE TOTAL DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS		
ITEM	EQUIPAMENTO	QTD UNISPs GRANDE PORTE	CIOP	QTD UNISPs PEQUENO PORTE	ITEM	EQUIPAMENTO	QTD UNIDADE
1	Câmera TIPO 1 - DOME	07 (42)	-	03 (33)	1	Câmera TIPO 1 - DOME	75
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	12 (72)	20	06 (66)	2	Câmera TIPO 2 - BULLET	158
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	01 (6)	04	01 (11)	3	Câmera TIPO 3 – PTZ	21
4	NVR - TIPO I	-	01	-	4	NVR - TIPO I	01
5	NVR - TIPO II	-	-	01 (11)	5	NVR - TIPO II	11
6	NVR - TIPO III	01 (6)	-	-	6	NVR TIPO III	06
7	NVR - TIPO IV	01 (6)	-	01 (11)	7	NVR - TIPO IV	17
8	Switch PoE – 24 Portas	01 (6)	02	01 (11)	8	Switch PoE – 24 Portas	19
9	Monitor LCD 25"	01 (6)	01	01 (11)	9	Monitor LCD 25"	18
10	Rack 19" 12U's	01 (6)	01	01 (11)	10	Rack 19" 12U's	18
11	Nobreak 1.5 KVa	01 (6)	01	01 (11)	11	Nobreak 1.5 KVa	18
12	Smart TV 65"	01 (6)	04	01 (11)	12	Smart TV 65"	21
13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	20 (120)*	24	10 (110)*	13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	254
14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	01 (6)	-	-	14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	11
15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	-	-	01 (11)	15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	06
16	Instalação e Programação CIOP	-	01	-	16	Instalação e Programação CIOP	01
17	Treinamento	01 (6)	01	01 (11)	17	Treinamento	18
18	Serviço de Manutenção UNISP Pequeno Porte	-	-	01 (11)	18	Serviço de Manutenção UNISP Pequeno Porte	11
19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	01 (6)	-	-	19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	06
20	Serviço de Manutenção CIOP	-	01	-	20	Serviço de Manutenção CIOP	01

*A quantidade do item 12 - Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV, está vinculado a quantidade câmeras das UNISPs's, ou seja, cada câmera necessitará uma licença de uso.

7.5.Locais e quantidades de equipamentos e serviços

7.6.Os Sistemas de vídeo monitoramento foram separados em regiões, conforme o estabelecido na **Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007**, para facilitar a cotação e previsão de preços diferentes para que as empresas que tiverem interesse em participarem do certame apresentem propostas mais precisas e realistas. Isto permite a definição de preços distintos quando o objeto for entregue em locais diferentes. Esta abordagem tem como objetivo proporcionar maior clareza e equidade no processo de cotação, garantindo que as especificidades logísticas e operacionais de cada região sejam devidamente consideradas. Assim, buscamos assegurar a competitividade e a viabilidade econômica da contratação.

Item	Região	Local	EQUIPAMENTO															Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	Total
			Câmera TIPO 1 - DOME	Câmera TIPO 2 - BULLET	Câmera TIPO 3 – PTZ	NVR - TIPO I	NVR - TIPO II	NVR - TIPO III	NVR - TIPO IV	Switch PoE – 24 Portas	Monitor LCD “25”	Rack 19” 12U’s	Nobreak 1.5 KVa	Smart TV 65”	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV					
1	Região I: Porto Velho Nova Mamoré Porto Velho - CIOP	UNISP Porto Velho (CENTRO - Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1			
		UNISP Porto Velho (SUL - Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1			
		UNISP Porto Velho (LESTE - Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1			
		UNISP Nova Mamoré (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-			
		CIOP (Respectivo a UNISP de Grande Porte)	-	20	4	1	-	-	-	2	1	1	1	4	24	-	-			
2	Região II: Ariquemes Cujubim Buritis	UNISP Ariquemes (Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1			
		UNISP Cujubim (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-			
		UNISP Buritis (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-			
		UNISP Ji-Paraná (Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1			

3	Região III: Ji-Paraná Jaru Ouro Preto D'Oeste Machadinho D'Oeste Alvorada D'Oeste.	UNISP Jaru (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
		UNISP Ouro Preto do Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
		UNISP Machadinho d' Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
		UNISP Alvorada d' Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
4	Região IV: Rolim de Moura Nova Brasilândia d' Oeste Espigão do Oeste	UNISP Rolim de Moura (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
		UNISP Nova Brasilândia d' Oestes (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
		UNISP Espigão do Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
5	Região V: Vilhena Colorado D'Oeste	UNISP Vilhena (Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	
		UNISP Colorado do Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	
TOTAL			75	158	21	1	11	6	17	19	18	18	18	21	254	11	6	

7.7.O quantitativo de câmeras de segurança pode variar de acordo com as dimensões das áreas em que as UNISPs e CIOP estão localizadas e pontos críticos com pouca iluminação e monitoramento, podendo posteriormente ser alterado conforme andamento do Projeto, caso necessário, através da confluência entre necessidade e disponibilidade orçamentária.

7.8.Estão descritos as quantidades de equipamentos e serviços de acordo com a tabela acima (**Locais e quantidades de equipamentos e serviços**), em cada localidade com suas especificações.

7.9.A empresa vencedora do contrato deverá fornecer o treinamento à equipe técnica que irá operar nas unidades onde forem instalados os equipamentos de vídeo monitoramento.

7.10.O treinamento a ser realizado pela empresa contratada deverá ser comunicada com no **mínimo 15 (quinze) dias de antecedência**, para fins de planejamento logístico.

7.11.Deverá ser ministrado o treinamento a uma equipe de até 10 agentes designados a operar a solução em cada **unidade/localidade** que for implementada o Sistema de Monitoramento, permitindo que os mesmos tenham conhecimentos suficientes para configurar e utilizar todos os recursos da solução.

7.12.A carga horária deverá ser, no mínimo, 06 (seis) horas aula, sendo que 70% dessas horas aulas deverão ser aulas práticas de manuseabilidade do sistemas e equipamentos.

7.13.Os treinamento ocorrerão nas unidades em que receberem as instalações.

7.14.Todas as despesas com passagem e pagamento de hora/aula ao(s) instrutor(es), ocorrerão por conta da empresa contratada, devendo ainda apresentar Plano de Aula juntamente com a proposta comercial para a aprovação da contratante.

3.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DA GARANTIA

14.1 O objeto contratado deverá possuir garantia contra quaisquer defeitos de fabricação de, **no mínimo, 12 (doze) meses**.

14.2 O prazo de garantia é contado a partir da data do recebimento definitivo.

14.3 Durante o período de garantia, as despesas decorrentes da manutenção corretiva e de substituição de peças/componentes que apresentem defeitos de fabricação, devido ao uso normal dos objetos adquiridos, **ocorrerão por conta exclusiva da contratada**.

14.4 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, **o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante**.

14.5 Aplica-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

14.6 O prazo da garantia será contado a partir da data de recebimento, de forma definitiva, pela Administração e visam à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário dos objetos, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela contratante, na seguinte conformidade.

14.7 O prazo a que se refere o subitem anterior, ficará suspenso pelo mesmo período em que o objeto permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.

14.8 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.9 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.10 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.11 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.12 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.13 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.14 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.15 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14.16 Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.

14.17 Das condições da assistência técnica:

14.17.1 A Contratada deverá emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica no momento de avaliação da proposta.

14.17.2 Caso a contratada ofereça manutenções para os objetos a serem adquiridos, estas deverão ser executados pelo fabricante ou empresa por ele autorizado, sendo da Contratada a responsabilidade da coleta, transporte, armazenamento, devolução nos locais onde se encontram os bens.

14.17.3 Os serviços de assistência técnica deverão ser executados pelo fabricante ou empresa por ele autorizado.

14.17.4 A Contratada é a responsável exclusiva, perante a SESDEC, pela cobertura das garantias referentes aos objetos a serem adquiridos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção (terceirização).

14.17.5 Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante, devidamente registrado através de protocolo criado para esse fim;

14.17.6 É vedado a empresa contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento de fábrica, haja vista que o presente Termo de Referência prevê serviços e peças a serem executadas pela contratada, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas.

14.18 Da execução dos serviços;

14.18.1 A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ABNT e dispositivos previstos em Leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento;

14.18.2 Os técnicos deverão se apresentar sempre uniformizados;

14.18.3 A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento, sem ônus para Secretaria, de todo o material de consumo instrumental, equipamentos de proteção – EPI, ferramentas e demais aparelhagens necessárias para a execução dos serviços.

14.18.4 será responsável pela organização do ambiente onde o serviço será executado, incluindo a disponibilidade de mão de obra, se necessário, para a remoção/desobstrução dos locais onde os móveis serão montados.

14.18.5 A Contratada deverá manter organizado, limpos e em bom estado de higiene o local onde estiver executando os serviços de instalação ou manutenção, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando e removendo as sobras de materiais, caixas, plásticos, entulhos e detritos em geral

3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 17, 32, e 47.1 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 A Lei 14.133/2021 estabelece diretrizes essenciais para as licitações e contratações públicas, enfatizando a necessidade de ampla participação das empresas nos certames. Esta abertura fomenta a competição, incentivando a oferta de produtos e serviços de qualidade, além de contribuir para a obtenção de condições mais vantajosas em termos de preço e prazo para a administração pública.

17.2 Um dos aspectos centrais da lei de licitações, conforme disposto no artigo 96, é a exigência de garantia pelo contratado. Essa medida visa garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais e está alinhada com o princípio de assegurar a isonomia entre os licitantes, evitando exigências que possam criar barreiras injustificadas à participação.

17.3 O Termo de Referência, como documento fundamental no processo de licitação, deve ser elaborado de forma a atrair potenciais licitantes e não deve conter cláusulas que representem obstáculos desnecessários à participação das empresas interessadas. É crucial que todas as exigências editalícias estejam alinhadas com os princípios de isonomia e ampla concorrência, conforme preconizado pela Lei de Licitações, para garantir que apenas condições necessárias e proporcionais sejam estabelecidas.

17.4 Conforme o artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, temos:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma securitural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

17.5 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantias contratuais é facultativa e, considerando que a aquisição e instalação do sistema de videomonitoramento para as UNISPs e o CIOP não apresentam grande complexidade técnica ou riscos relevantes de execução, **opta-se por não exigir tais garantias**. Ressalta-se que o contrato já conterá cláusulas específicas que asseguram o cumprimento das obrigações, bem como a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, de modo que a Administração estará devidamente resguardada, preservando-se, ainda, a competitividade do certame.

32. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

32.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em ato contínuo, após a assinatura do contrato deverá ser nomeada a comissão.

32.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

32.3 Na fase de apresentação comercial, deverá ser apresentada a marca e modelo do objeto ofertado, bem como os custos com a capacitação a ser realizada na cidade de Porto Velho/RO.

32.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

32.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

32.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

47. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL e VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

47.1 O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data do início de sua assinatura, na forma do art. 105 da lei nº 14.133 de 2021, podendo ser objeto de prorrogação para fins de cumprimento do objeto.

47.2 O prazo de **vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses** conforme preconiza o art. 84 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

47.3 A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos respectivos instrumentos convocatórios, observado o art. 84 da Lei 14.133/2021.

47.4 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

3.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos item 40 do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

40. DO REAJUSTE DO CONTRATO

40.1 Conforme expressa o art. 154 do Decreto 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

40.2 É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano, conforme previsão expressa no art. 154, §8º, do **Decreto nº 28.874/2024**.

§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

40.3 Em caso de pedido do reajuste para corrigir a desvalorização da moeda em virtude da inflação, dar-se-á por índices específicos calculado conforme o Índice Geral de Preços - Mercado (IGPM), com base no Artigo 25, § 8º, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021 e a regulamentação do Artigo 154, caput, § 2º do Decreto Estadual Nº 28.874/2024, a seguir:

Art. 154. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

[...]

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

40.4 Caso haja prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão de acordo com o §3º do artigo 154 do **Decreto 28.874/24**.

40.5 Os demais parâmetros para a realização de reajuste, repactuação ou revisão de preços estão previstos no **Decreto Estadual nº 28.874**, de 25 de Janeiro de 2024 e na **Lei 14.133/21**

3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no **item 33 e 34 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

33. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

33.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

33.2 A SESDEC, conforme disposto no Art. 117, § 1º e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, designará um representante para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais desta contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

33.3 As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

33.4 O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

33.5 Fiscalização Técnica:

33.5.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

33.5.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

33.5.3 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

33.5.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

33.5.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

33.5.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

33.6 Fiscalização Administrativa:

33.6.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

33.6.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

33.7 Gestor do Contrato:

33.7.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

33.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

33.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

33.7.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

33.7.5 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

34. AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

34.1 Na fase de apresentação comercial, deverá ser apresentada a marca e modelo do objeto ofertado, bem como os custos com a capacitação a ser realizada na cidade de Porto Velho/RO.

34.2 O início da execução contratual se dará após a assinatura do Contrato, ficando vedado estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada.

34.3 A duração do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como marco a assinatura do contrato.

34.4 O objeto do certame deverá possuir **garantia de no mínimo 12 (doze) meses** quanto ao seu funcionamento, bem como manutenção em razão de eventuais problemas técnicos de fábrica, ou vícios. Prevalecendo a garantia da Contratada se esta for superior, observados ainda a garantia legal, Lei nº 8.078/1990.

34.5 Será designada pela contratante equipe de fiscalização de contratos, que deverá ser composta por Integrante Técnico e Integrante Administrativo do Contrato, Gestor de Contrato e seus suplentes, podendo, à critério da contratante, designar pessoal do quadro das próprias Instituições usuárias dos sistemas.

34.6 Em ato contínuo, após a assinatura do contrato deverá ser nomeada a comissão.

34.7 Todas as despesas de manutenção durante e período de Garantia ocorrerão por conta da empresa contratada.

34.8 Após convocação, a **CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder a assinatura do contrato**, sob pena dos efeitos da lei.

3.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no **item 16 e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

16. ENTREGA / EXECUÇÃO

16.1 Local/Horário:

16.2 Os objetos deverão ser **entregues** no prazo de até **60 (sessenta) dias corridos**, a contar após o recebimento da nota de empenho, ou quando couber, da assinatura do contrato, prazo esse que poderá ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência e com a **devida justificativa**, devendo a empresa vencedora envidar esforços para a entrega de forma mais célere possível, em remessa única conforme o Quadro descritivo, contendo os itens, objetos, descrição, especificação e quantidade apontados no Tópico "7. MEMÓRIA DE CÁLCULO" deste Termo de Referência, nos seguintes locais:

I - UNISP Porto Velho;

Endereço 1: R. Três e Meio, Bairro - Floresta, Porto Velho - RO, 76808-026, **Endereço 2:** R. Brasília, 1405 - Tucumanzal, Porto Velho - RO, 76804-486 e **Endereço 3:** Av. Amazonas, 6781 - Escola de Polícia, Porto Velho - RO, 76820-115.

II - CIOP Porto Velho - Endereço: Rua José Adelino com Rua Davi Canabarro, nº 385, Setor 19, Quadra 15, Lote 282, Bairro Costa e Silva.

III - UNISP Ariquemes - Endereço: Av. Tancredo Neves, 03 - St. 03, Ariquemes - RO, 76870-526;

IV - UNISP Nova Mamoré - Endereço: Av. Raimundo Brasileiro - Cidade Nova, Nova Mamoré - RO, 76857-000;

V - UNISP Nova Brasilândia d' Oeste - Endereço: Rua Canaã, 1665, Centro - setor 14, Nova Brasilândia do Oeste/RQ;

VI - UNISP Alvorada d' Oeste - Endereço: Av. Duque de Caxias, nº 5335 - São Francisco, Alvorada do Oeste/RQ;

VII - UNISP Machadinho d' Oeste - Endereço: Av. João Batista Figueiredo, entre Ruas Rio Branco e Mato Grosso, Bairro União, Machadinho do Oeste;

VIII - UNISP Rolim de Moura - Endereço: Rua Jamari, 5426, Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RQ;

IX - UNISP Vilhena - Endereço: BR-174, 249 - Jardim América, Vilhena - RO, 76980-000;

X - UNISP Jaru - Endereço: Rua: Florianópolis, nº 2594, Setor 03, Jaru - RO, 76890-000;

XI - UNISP Ouro Preto do Oeste - Endereço: Av. Cap. Silvio Gonçalves de Farias, 500 - Do Incra, Ouro Preto do Oeste - RO, 76920-000;

XII - UNISP Ji Paraná - Endereço: R. Café Filho, 1066 - São Pedro, Ji-Paraná - RO, 76913-598;

XIII - UNISP Espigão do Oeste - Endereço: R. Rosa Pedro Agostinho, 1931 - Vista Alegre, Espigão D'Oeste - RO, 76974-000;

XIV - UNISP Colorado do Oeste - Endereço: Av. Mal. Rondon, 1024-1246 - Centro, Colorado do Oeste - RO, 76993-000;

XV - UNISP Cujubim - Endereço: Av. Maracanã, 1265, Cujubim - RO, 76864-000; e

XVI - UNISP Buritis - Endereço: Av. Porto Velho, 800 - Setor 01, Buritis - RO.

16.3 A contratada deverá informar previamente a data da entrega a instalação, dentro de um prazo de no mínimo 15 dias de antecedência.

16.4 Será enviado um email no endereço eletrônico da CONTRATADA que deverá, no prazo de 03 (três) dias a partir do envio, notificar formalmente à CONTRATANTE o recebimento do e-mail que conterá as informações referentes à nota de empenho ou ordem de fornecimento. No caso de a CONTRATADA deixar de efetuar a referida notificação no prazo estipulado, tal omissão será interpretada como um recebimento tácito, resultando nas obrigações estabelecidas no contrato.

16.5 A NOTA FISCAL deverá ser emitida em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP, CNPJ: 33.500.189/0001-30.

16.6 A data de entrega deverá ser informada previamente à CONTRATADA através do e-mail funesp@sesdec.ro.gov.br.

16.7 Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos bens, desde que, a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito em até 10 dias antes do vencimento no prazo previsto no item anterior, ficando a critério da SESDEC/RO a sua aceitação.

16.8 A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos objetos, deverá ser dirigida à Gerência do fundo estadual de segurança pública, através do e-mail funesp@sesdec.ro.gov.br, no horário de expediente, 07h30min às 13h30min.

16.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.10 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação e disponibilização através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.11 Qualquer dúvida durante a execução do objeto solicitado deverá ser sanada junto à Comissão Executora do Contrato da SESDEC/RO, não podendo a empresa Contratada se precipitar ou decidir sobre questões duvidosas e relevantes, sem autorização expressa da Contratante.

16.12 O ato da entrega será acompanhada por servidores designados por ato da CONTRATADA.

16.13 Se no interstício da viagem o bem for danificado, a empresa deverá arcar com todos os insumos pertinentes ao objeto para troca e terá um prazo de até 30 dias para troca.

16.14 Qualquer dúvida durante a execução do objeto solicitado deverá ser sanada junto à Comissão Executora do Contrato da SESDEC/RO, não podendo a empresa Contratada se precipitar ou decidir sobre questões duvidosas e relevantes, sem autorização expressa da Contratante.

16.15 O Recebimento Provisório

16.15.1 O objeto será recebido:

16.15.1.1 provisoriamente, em até 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da Nota Fiscal (emitida em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP, CNPJ: 33.500.189/0001-30), para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, Nota de Empenho e proposta.

16.16 O Recebimento Definitivo

16.16.1 O objeto será recebido:

16.16.1.1 definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, da Nota de Empenho e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 10 (dez) dias do recebimento provisório, sendo a conclusão do recebimento atestada pela Comissão de Recebimento, composta de no mínimo 3 (três) membros designados pela Administração, artigo 140 da Lei 14.133 de abril de 2021.

16.16.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.16.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.16.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.16.5 Na hipótese de a verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 18 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

18. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

18.1 As Notas Fiscais/Faturas serão apresentadas juntamente com a entrega dos materiais. As Notas Fiscais/Faturas, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, CNPJ 33.500.189/0001-30, até o 5º dia útil do mês, devendo conter no corpo, a descrição do objeto, número do empenho, o número da Conta Bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento definitivo elaborado pela comissão.

18.2 Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE, a partir da análise do Controle Interno da SESDEC, para efetuar o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem anterior.

18.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.4 As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: "certidão negativa ou certidão positiva, com efeito, de negativa": Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Estadual, Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todos devidamente atualizados, as quais poderão ser solicitadas a qualquer tempo nos termos do certame.

18.5 Liquidação:

18.5.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- Prazo de validade;
- Data da emissão;
- Dados do contrato e do órgão contratante;
- Período respectivo de execução do contrato;
- Valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021.

18.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

18.9 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)$ 365	$I = (6/100)$ 365	$I = 0,00016438$ TX = percentual de taxa anual = 6%
EM = I x N x VP, onde:		

I = (TX/100) 365	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = percentual de taxa anual = 6%
I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.		

18.14 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

18.15 Pagamento

18.15.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.15.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.15.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, caso o recolhimento ainda não tenha sido realizado pela contratada, devendo para tal, caso opte por recolhimento, apresentar os devidos comprovantes.

18.15.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.15.5 Não deverá ser efetuado pagamento à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paira qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela contratante.

18.15.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 24.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

24.2 DA CONTRATADA / FORNECEDOR

24.2.1 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os **acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)** (art. 125, da Lei 14.133/2021);

24.2.2 Fornecer o objeto deste Termo de Referência à CONTRATANTE, nas condições, prazos e especificações estipulados neste instrumento, responsabilizando-se pela qualidade do objeto.

24.2.3 Não deverá ser efetuado pagamento à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paira qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela contratante.

24.2.4 Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante.

24.2.5 Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

24.2.6 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.

24.2.7 O objeto deve estar acompanhado de manuais do usuário; devendo estar acompanhados da versão original e uma versão em português juramentado, em mídia eletrônica e versão impressa.

24.2.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

24.2.9 Substituir, reparar ou corrigir, em 30 dias, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos.

24.2.10 Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**.

24.2.11 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

24.2.12 A empresa deverá apresentar a CONTRATADA, juntamente com a proposta de preços, relação das empresas fornecedoras dos produtos para a comercialização e procedimentos de assistência técnica e garantia.

24.2.13 Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.

24.2.14 Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

24.2.15 Comunicar aos representantes da CONTRATANTE, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.

24.2.16 Emitir relatório quinzenal sobre a execução do projeto, devendo este ser remetido a Comissão de Fiscalização da CONTRATANTE.

24.2.17 Todas as condições e obrigações referentes aos encargos de frete e seguro inerentes ao transporte e armazenamento, do local de origem para o de destino, bem como do pagamento de taxas, impostos, encargos e demais despesas, devidamente previstos na legislação aplicável, serão as expensas da CONTRATADA.

24.2.18 A CONTRATADA deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período de 12 meses, ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.

24.2.19 Colocar à disposição da CONTRATANTE, durante a execução do projeto, todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos equipamentos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas.

24.2.20 Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo à SESDEC/RO, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Termo de Referência e/ou do Contrato

24.2.21 Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

24.2.22 A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a CONTRATADA pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

24.2.23 Considerando a atipicidade da atividade fim desempenhada pela SESDEC/RO, a CONTRATADA deverá apresentar relação nominal sempre atualizada, contendo o número da carteira de identidade e do CPF, das pessoas indicadas/autorizadas a ingressarem nas dependências dos Órgãos de Segurança para prestar os serviços de manutenção e assistência técnica nos equipamentos.

24.2.24 A CONTRATADA obriga-se a tratar como “SEGREDOS COMERCIAIS E CONFIDENCIAIS” todos os produtos e subprodutos relativos aos serviços contratados.

24.2.25 Designar responsável(is) técnico(s) para efetuar(em) a entrega e acompanhar(em) o recebimento do objeto.

24.2.26 Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste certame.

24.2.27 Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.

24.2.28 Incluir em seu preço todos os impostos, taxas e outros, e ainda, o custo do transporte/frete, para entrega no local de recebimento provisório.

24.2.29 Apresentar proposta de preço com prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias.

24.2.30 As despesas referentes aos equipamentos ou componentes substituídos, transporte, impostos e seguros, são de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo quaisquer ônus para a Administração.

24.2.31 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

24.2.32 No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(ram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

24.2.33 A fornecedora deverá entregar, juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

24.2.34 A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, riscos, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos equipamentos até o local de sua efetiva entrega;

24.2.35 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

24.2.36 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

3.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 24.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

24.1 DA CONTRATANTE / GERENCIADOR

24.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

24.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

24.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

24.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito ou por outro meio, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

24.1.5 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

24.1.6 Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que forem solicitadas pela Contratada;

24.1.7 A Administração não responderá por quaisquer **compromissos assumidos pela Contratada com terceiros**, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.1.8 Rejeitar as propostas cujas especificações dos equipamentos não atenderem, para cada item, aos requisitos mínimos constantes deste termo de referência.

24.1.9 Atender às recomendações da fornecedora e do fabricante, quanto a conservação e o uso dos equipamentos.

24.1.10 Liquidar a despesa e efetuar o pagamento à fornecedora, após emissão do termo de recebimento definitivo.

24.1.11 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, verificando se estão em conformidade com as especificações, condições e preços pactuados; no que se refere à entrega, garantia, assistência técnica e treinamento.

24.1.12 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar a entrega dos mesmos, dentro das normas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

24.1.13 Rejeitar no todo ou em parte os bens fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-lhe imediatamente qualquer irregularidade verificada no que concerne a eventuais imperfeições, falhas ou vícios ou defeitos de qualidade;

24.1.14 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

24.1.15 Reter créditos e aplicar as sanções cabíveis previstas neste instrumento e na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto.

24.1.16 Efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente instrumento bem como prorrogar prazos e aplicar sanções se for o caso.

24.1.17 Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;

24.1.18 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

3.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 44 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

44. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

44.1 A sustentabilidade ambiental da Contratada no cumprimento das normas ambientais vigente, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

44.2 A Contratada no decorrer dos serviços deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente e ao ambiente público;

44.3 Caso ocorra danos passivo ao meio ambiente em decorrência da execução dos serviços desta licitação, deverá a Contratada assumir as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para corrigir os danos causados;

44.4 A Contratada deverá cumprir o que dispõe a legislação vigente, o Art. 144 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021 que expressa que os serviços contratados devem seguir os padrões e critérios de qualidade e sustentabilidade ambiental, vejamos na íntegra:

Art. 144. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.

4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

4.1. Será permitida a cotação de quantidades parciais, inferiores à demanda desta licitação, conforme item 12 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADO POR ITEM

12.1 Quantidade mínima a ser cotado

12.1.1 De acordo com o art. 82, II, da Lei 14.133/21, deverão ser cotadas as seguintes quantidades mínimas:

Para os seguintes itens serão cotadas as quantidades:

I - Câmera TIPO 1 - DOME - **75 unidades**

II - Câmera TIPO 2 - BULLET - **158 unidades**

III - Câmera TIPO 3 – PTZ - **21 unidades**

IV - NVR - Tipo I - **01 unidades**

V -NVR -Tipo II - **11 unidades**

VI - NVR - TIPO III - **06 unidades**

VII -NVR - TIPO IV - **17 unidades**

VIII- Switch PoE – 24 Portas - **19 unidades**

IX -Monitor LCD “25” - **18 unidades**

X - Rack 19” 12U’s - **18 unidades**

XI - Nobreak 1.5 KVa - **18 unidades**

XII - Smart TV 65” - **21 unidades**

XIII -Software de Monitoramento e Gerenciamento – **CFTV - 254 unidades**

XIV -Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte - **11 Serviço**

XV - Instalação e Programação UNISP Grande Porte - **06 Serviço**

XVI - Instalação e Programação CIOP - **01 Serviço**

XVII - Treinamento - **18 Serviço**

XVIII - Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte - **11 Serviço**

XIX -Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte - **06 Serviço**

XX - Serviço de Manutenção CIOP - **01 Serviço**

12.1.2 De acordo com o art. 82, IV da Lei 14.133/21, para o presente certame, o **licitante deverá oferecer proposta para a totalidade do quantitativo** especificado no edital, não sendo admitida a apresentação de quantidade inferior ao previsto para o objeto desta licitação. Essa exigência visa assegurar a integridade e continuidade do fornecimento, garantindo o atendimento pleno das demandas descritas no Termo de Referência. O não atendimento desse requisito resultará na desclassificação da proposta, conforme disposições legais.

12.2 Da Quantidade mínima e Condições de Fornecimento

12.2.1 Dos Pedidos Mínimos: Para assegurar a economicidade, a otimização logística e a racionalização dos custos operacionais, fica estabelecido que o quantitativo mínimo por ordem de fornecimento será correspondente a **50% do quantitativo registrado em Ata para o sistema de videomonitoramento**. Excepcionalmente, poderá ser autorizado pedido em quantidade inferior, desde que **devidamente justificado pelo órgão demandante** e previamente aprovado pelo órgão gerenciador, observadas as disposições da Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável.

12.2.2 Do Prazo e Condições de Entrega: A entrega dos itens deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos no Edital e no Contrato decorrente, sendo realizada mediante **solicitação formal** dos órgãos gerenciador, participantes ou não participantes, conforme sua respectiva vinculação à Ata de Registro de Preços.

12.2.3 As solicitações deverão respeitar o quantitativo mínimo estabelecido, bem como as condições de fornecimento, embalagem, transporte, instalação (quando aplicável) e demais requisitos técnicos definidos no Termo de Referência.

5.1. **SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

10. JUSTIFICATIVA PARA PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

10.1 Os Sistemas de **vídeo monitoramento** foram segmentados em **LOTES por região**, conforme estabelecido na **Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007**, para facilitar a cotação e previsão de preços distintos. Esta segmentação permite que as empresas interessadas em participar do certame apresentem propostas mais precisas e realistas, considerando as especificidades logísticas e operacionais de cada região. Tal abordagem tem como objetivo proporcionar maior clareza e equidade no processo de cotação, garantindo que as variáveis regionais sejam devidamente contempladas, assegurando a competitividade e a viabilidade econômica da contratação.

Lote	Região	Local
1	Região I: Porto Velho Nova Mamoré.	UNISP Porto Velho (CENTRO - Grande Porte)
		UNISP Porto Velho (SUL - Grande Porte)
		UNISP Porto Velho (LESTE - Grande Porte)
		UNISP Nova Mamoré (Pequeno Porte)
	Região: Porto Velho CIOP	CIOP (Respectivo a UNISP de Grande Porte)
2	Região II: Ariquemes Cujubim Buritis	UNISP Ariquemes (Grande Porte)
		UNISP Cujubim (Pequeno Porte)
		UNISP Buritis (Pequeno Porte)
3	Região III: Ji-Paraná Jaru Ouro Preto D' Oeste Alvorada D'Oeste Machadinho D'Oeste	UNISP Ji-Paraná (Grande Porte)
		UNISP Jaru (Pequeno Porte)
		UNISP Ouro Preto do Oeste (Pequeno Porte)
		UNISP Machadinho d' Oeste (Pequeno Porte)
		UNISP Alvorada d' Oeste (Pequeno Porte)
4	Região IV: Rolim de Moura Nova Brasilândia D'Oeste Espigão D'Oeste	UNISP Rolim de Moura (Pequeno Porte)
		UNISP Nova Brasilândia d' Oestes (Pequeno Porte)
		UNISP Espigão do Oeste (Pequeno Porte)
5	Região V: Vilhena Colorado D'Oeste	UNISP Vilhena (Grande Porte)
		UNISP Colorado do Oeste (Pequeno Porte)

10.2 A empresa poderá sagrar-se vencedora em mais de um **LOTE**, desde que assuma integralmente a responsabilidade pela execução do objeto adjudicado, sendo vedada a terceirização do fornecimento e da prestação dos serviços. Para assegurar a estabilidade contratual e a uniformidade na execução, a contratada deverá garantir capacidade técnica e operacional suficiente para atender, de forma direta, todas as unidades contempladas, prestando o devido suporte em tempo hábil. Ressalta-se que a previsão de preços distintos para a aquisição dos sistemas de videomonitoramento destinados às UNISPs e ao CIOP encontra respaldo no artigo 82, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual admite diferenciação de valores quando o objeto for entregue em locais diversos, vejamos:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

[...]

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

10.3 Ao segmentar os Sistemas de vídeo monitoramento por região, a administração pública facilita a cotação e permite que as empresas apresentem propostas mais precisas e realistas. Esta segmentação leva em conta fatores como distância, condições de acesso e infraestrutura das vias, que variam significativamente entre as diversas áreas do estado de Rondônia. Dessa forma, evitam-se generalizações que poderiam resultar em propostas inviáveis ou inadequadas para determinadas regiões, promovendo uma competição justa e transparente entre os fornecedores.

10.4 A adoção desta metodologia visa ampliar a participação de empresas no certame, incluindo aquelas que possuem maior capacidade de operação em regiões específicas. Ao permitir que as empresas cote preços diferenciados de acordo com a localidade de entrega, estimulamos a participação de um número maior de fornecedores, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública. Esta estratégia, além de atender aos preceitos legais, busca garantir uma contratação eficiente, econômica e adequada às necessidades específicas das diferentes regiões do estado de Rondônia, com a condição de que apenas uma empresa forneça o material, assegurando a estabilidade contratual. Essa abordagem visa concentrar a responsabilidade em um único fornecedor ou consórcio de fornecedores, assegurando maior coerência e responsabilidade na execução do contrato, além de facilitar a gestão e o monitoramento do projeto.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: coseg1.supel@gmail.com;

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 31 do Anexo I - Termo de

Referência.

31. DA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS REUNIDAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO

31.1 Fica expressamente vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio na presente licitação.

31.2 Tal vedação encontra amparo no caput do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe que a participação de consórcios em licitações depende de justificativa da Administração Pública, a quem compete avaliar a conveniência e a viabilidade técnica da união de empresas para execução do objeto contratual. Neste caso específico, não se justifica a admissão de consórcios, tendo em vista que o objeto a ser contratado não apresenta grau de complexidade técnica que exija a conjunção de expertises complementares ou a divisão de especialidades, tampouco demanda vultosos investimentos financeiros que justifiquem a reunião de capacidades econômicas de diferentes entes privados.

31.3 A Administração, com fundamento no Acórdão TCU nº 1.316/2010 – Plenário, exerce, portanto, sua prerrogativa discricionária e motivada de não admitir a participação de consórcios, uma vez que o objeto licitado pode ser perfeitamente executado por uma única empresa ou entidade, individualmente habilitada para tal fim.

31.4 Adicionalmente, em situações em que os objetos a serem contratados exigem padronização e compatibilidade técnica, como é o caso de aquisições com necessidade de uniformidade de marca ou modelo para garantir a interoperabilidade entre componentes, a vedação à formação de consórcios se mostra ainda mais necessária, sob pena de se comprometer a funcionalidade, a manutenção e a eficácia do fornecimento ou da prestação dos serviços, o que poderia prejudicar a continuidade e a qualidade das atividades institucionais da Administração.

7.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 22 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

22.1 Fica expressamente vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação, especialmente considerando que se trata do fornecimento direto de equipamentos de vídeo monitoramento.

22.2 Nos termos do disposto no art. 122, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que por regulamento ou edital de licitação poderá vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. No presente caso, a vedação justifica-se pela necessidade de controle direto da Administração sobre a responsabilidade técnica e comercial da contratada, em razão das especificações técnicas sensíveis e da essencialidade da padronização dos equipamentos fornecidos, bem como da garantia de suporte, manutenção e assistência técnica prestados diretamente pelo fornecedor responsável, bem como os locais onde o serviço será prestado são instituições de segurança.

22.3 A proibição tem por finalidade assegurar que a empresa contratada detenha efetivamente todas as qualificações técnicas, operacionais e comerciais exigidas para a execução do objeto licitado, respondendo integralmente pela entrega, instalação, configuração, funcionamento, suporte e assistência técnica dos equipamentos. Além disso, a vedação à subcontratação contribui para a mitigação de riscos operacionais e contratuais, tais como falhas na cadeia de fornecimento, perda de rastreabilidade das garantias e dificuldade de responsabilização por eventuais inadimplementos.

22.4 Assim, o contratado deverá executar diretamente todas as etapas do fornecimento, responsabilizando-se integralmente por eventuais vícios, defeitos ou descumprimentos contratuais, não sendo admitida a transferência a terceiros da execução contratual, ainda que parcial, sob pena de rescisão contratual e demais sanções cabíveis.

7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Considerando que o objeto envolve itens que compõem uma solução integrada, a abertura da cota de ME e EPP neste certame ensejaria na contratação de diversos fornecedores em um mesmo lote, o que poderia acarretar riscos de perda da garantia e de responsabilização solidária, especialmente no caso de falhas técnicas ou incompatibilidades entre os equipamentos e sistemas fornecidos. Assim, a restrição ao tratamento diferenciado de ME e EPP mostra-se medida necessária para mitigar riscos operacionais, assegurar a continuidade da prestação dos serviços e resguardar o interesse público, nos termos do art. 49, III, da LC nº 123/2006 e do art. 4º, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A fragmentação do objeto poderia comprometer a padronização técnica, dificultar a gestão contratual e elevar os custos administrativos, além de gerar entraves no acompanhamento e responsabilização pela execução integral do fornecimento. Deste modo, neste certame, não será observado a legislação pertinente a participação de Microempresa - ME e Empresa de pequeno porte - EPP (arts. 47 e 48 da LC 123/06), conforme disposto no art. 49, inc. III, da Lei Complementar 123/06 e art. 4º, §1º, I da Lei 14.133/2021, visto que poderá ocasionar em prejuízos para a Administração o parcelamento do item/lote.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

[...]

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário

limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 13 do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do Lote.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme item 27.3 do Anexo I deste edital - Termo de Referência

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.

10.11. Na hipótese do subitem 10.9, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexecução da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o [item 13 do Anexo I - termo de Referência](#).

11.8. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.8.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.8.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.8.4. O procedimento mencionado no item 11.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 26.3 do Anexo I deste edital – Termo de Referência, conforme transcrição a seguir:

- a) Apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme previsão no **artigo 69 inciso II da lei nº 14.133/2021**.
- b) Balanço Patrimonial, referente aos últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de no mínimo **5% (cinco por cento)** do valor estimado do lote que o licitante estiver participando.
- c) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;
- d) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- f) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- g) As regras descritas nas alíneas "c" e "d", deste subitem deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s)
- h) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 27 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrição a seguir:

A qualificação técnica será exigida em conformidade nos termos do (Art. 67 da Lei nº 14.133/21, art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/21; art. 37, inciso XXI da Constituição Federal),

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

[...]

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

[...]

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Considerando os valores das aquisições, as empresas deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

Entende-se por pertinente e compatível em características o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância do objeto desta licitação, quais sejam pelo fornecimento sistema de videomonitoramento, em conformidade com a proposta apresentada, ou outro com a mesma complexidade tecnológica ou superior em conformidade com a proposta apresentada, na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo total do lote/item que apresentar proposta.

PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA: a parcela de maior relevância e valor significativo dos lotes desta licitação ficam determinadas na forma abaixo:

Câmera TIPO 2 - BULLET;

Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV

Considerando a natureza e a proporção dos objetos a serem licitados e, também, a necessidade de assegurar a execução por empresa com comprovada experiência na prestação de serviços e o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento, fixou-se o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do quantitativo total do lote/item como parâmetro para aferição da capacidade técnico operacional. Tal percentual é considerado adequado e proporcional, pois permite verificar a experiência prática do licitante com a parcela de maior relevância, composta pelos equipamentos principais que exigem maior domínio técnico. A adoção desse percentual é proporcional para que empresas que possuam a capacidade de fornecer tais equipamentos possam concorrer, assegurando competitividade e, ao mesmo tempo, a contratação de fornecedor que detenha experiência compatível com a complexidade tecnológica e operacional exigida na presente certame.

O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

Caso o atestado esteja em língua estrangeira o mesmo deverá ser submetido a um processo de tradução juramentada.

No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável emitente (autoridade máxima da instituição ou ordenador de despesa).

A LICITANTE poderá apresentar tantos Atestados de Capacidade Técnica quantos julgar necessários.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.17. DAS DECLARAÇÕES:

12.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

d) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#)

12.17. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

12.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

12. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no [item 23 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#).

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

23.2 A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFIMP, Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, os seus efeitos recaem apenas na esfera administrativa do órgão que a aplicou.

23.3 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

23.4 De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

23.5 A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

23.6 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (artigo 155 da Lei 14.133):

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

23.7 As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso;	06	4,0% por dia
3	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	04	1,6% por dia
5	Atrasar, injustificadamente, o início da execução contratual após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço; por ocorrência.	03	0,8% por dia
6	Interromper a execução do objeto sem autorização formal da Administração; por ocorrência.	04	1,6% por dia
7	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços,	05	3,2% por dia
8	Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a vigência contratual, mesmo após notificação; por ocorrência.	03	0,8% por dia
9	Fornecer materiais de qualidade inferior ou não compatível com o objeto do contrato.	05	3,2% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
10	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
12	Disponibilizar equipamentos, insumos dentre outros necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	02	0,4% por dia
13	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
14	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato;	02	0,8% por dia
15	Deixar de substituir, no prazo fixado pela Administração, material ou equipamento recusado pela fiscalização por não atender às especificações técnicas; por ocorrência.	03	0,8% por dia
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	02	0,4% por dia
17	Deixar de apresentar relatórios, documentos técnicos ou comprovações de execução exigidos pela fiscalização; por ocorrência.	02	0,4% por dia
18	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO;	03	0,8% por dia
19	Deixar de atender às determinações formais emitidas pela fiscalização ou gestor do contrato dentro do prazo estabelecido; por ocorrência.	02	0,4% por dia

** Incidente sobre a parcela inadimplida.*

23.9 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

23.10 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

23.11 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

23.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.13 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

23.14 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

23.15 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

23.16 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.17 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.18 A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da mesma lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.19 A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta lei.

23.20 A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.21 A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos

os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.22 A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do poder executivo, será de competência exclusiva de ministro de estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos poderes legislativo e judiciário, pelo ministério público e pela defensoria pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.23 As sanções seguem os parâmetros descritos na Lei 14.133/2021, mesmo que não tenham sido listadas neste termo de referência.

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, **Unidade Gestora SESDEC/RO**, conforme estabelecido no **item 19 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos no Plano Plurianual (PPA 2024-2027), conforme estabelecido na Lei nº 5.718, de 3 de janeiro de 2024, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - 2025), conforme a Lei nº 5.832, de 16 de julho de 2024, por meio do(s) Programa/Atividade abaixo:

19.2 Para aquisição dos equipamentos de: **Câmera TIPO 1 - DOME; Câmera TIPO 2 - BULLET; Câmera TIPO 3 - PTZ; NVR - TIPO I, II, III e IV; Switch PoE - 24 Portas; Monitor LCD "25"; Rack 19" 12U's; Nobreak 1.5 KVa, Smart TV 65"**, serão usados os recursos:

19.2.1 UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:

19.2.2 Programa Atividade: 06.126.2166.2237

19.2.3 Elemento de Despesa: 4.4.90.52 (GPF: 452)

19.2.4 Fonte: 1.713.0.00001/2.713.0.00001.

19.3 Para aquisição dos equipamentos de: **Software de Monitoramento e Gerenciamento - CFTV**, serão usados os recursos:

19.3.1 UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:

18.3.2 Programa Atividade: 06.126.2166.2237

19.3.3 Elemento de Despesa: 4.4.90.40

19.3.4 Fonte: 1.713.0.00001/2.713.0.00001.

19.4 Para aquisição dos equipamentos de: **Instalação e Programação**, serão usados os recursos:

19.4.1 UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:

19.4.2 Programa Atividade: 06.126.2166.2237

19.4.3 Elemento de Despesa: 3.3.90.40

19.4.4 Fonte: 1.713.0.00001/2.713.0.00001.

17. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, **respectivamente, o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes e 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de **50% do quantitativo registrado em Ata para o sistema de videomonitoramento.**

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

18. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

19. DO CADASTRO RESERVA

19.1. Nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 131 e §§ 1º a 3º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, **admite-se a formação de cadastro de reserva de fornecedores ou prestadores de serviços**, observada a ordem de classificação do certame.

19.2. Após a definição do preço final do licitante vencedor, os demais licitantes serão consultados acerca do interesse em cotar o objeto pelo mesmo preço do adjudicatário vencedor, hipótese em que integrarão o cadastro de reserva, a ser incluído em anexo à ata de registro de preços.

19.2.1. O cadastro de reserva terá por finalidade garantir a continuidade do fornecimento ou da prestação do serviço, podendo ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

II - descumprimento das condições estabelecidas na ata pelo compromitente;

III - recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis;

IV - liberação do compromisso por razões admitidas no Decreto Estadual nº 28.874/2024.

19.3. Com a formação do cadastro de reserva, a Administração mitiga riscos de descontinuidade do fornecimento ou da prestação de serviços, assegurando a satisfação do interesse público com agilidade, sem necessidade de instauração de novo procedimento licitatório.

19.4. **A convocação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva observará, rigorosamente, a ordem de classificação no certame e os preços registrados na ata.**

19.5. Portanto, a inclusão do cadastro reserva no edital e na ata de registro de preços representa uma prática administrativa compatível com os princípios da eficiência, planejamento, vantajosidade e continuidade do serviço público, assegurando melhores condições para atender às demandas da Administração Pública.

19.6. A habilitação dos fornecedores integrantes do cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

19.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do caput do art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata nas condições por eles originalmente ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (71364104);

ANEXO I.I - Requisitos da Contratação (71364104);
ANEXO II- Matriz de Risco (0064789874);
ANEXO III - Modelo de Minuta de Contrato (0054226359) ;
ANEXO IV - SAMS (68859810);
ANEXO V – Quadro Estimativo de Preços (69441607);
ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata (69068087).

Porto Velho-RO 13 de maio de 2026.

BIANCA MATIAS DE SOUZA
Pregoeiro (a) da 1ª Comissão de Segurança Pública - COSEG/SUPEL/RO
Portaria nº 108 de 30 de abril de 2026

Elaborado por:
Nicolly Fernanda Victor de Carvalho
Membro da 1ª Comissão de Segurança Pública - COSEG/SUPEL/RO
Portaria nº 108 de 30 de abril de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Matias de Souza, Pregoeiro(a)**, em 13/05/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69026685** e o código CRC **FB124F85**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0037.157987/2021-59

SEI nº 69026685



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-FUNESPNCOM

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SISTEMA E EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO PERIMETRAL DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES POLICIAIS - CIOP E DAS UNIDADES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP

1.

IDENTIFICAÇÃO

1.1.

Unidade Orçamentária:

Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

1.2.

Departamento:

Fundo Estadual de Segurança Pública- FUNESP - UG 15.017

2.

FUNDAMENTAÇÃO

2.1.

A contratação do objeto deste termo de referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, pelo critério de **menor preço por LOTE**, em sessão pública realizada por meio de sistema eletrônico e, observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes.

2.2.

Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021: estabelece os critérios para contratações públicas, impondo a observância dos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e a necessidade de um planejamento adequado;

2.3.

Decreto Nº 28.874/2024 do Estado de Rondônia: regulamenta a execução das contratações públicas no Estado de Rondônia, sendo essencial para o cumprimento das diretrizes da Lei Federal Nº 14.133/2021, e que dispõe sobre a publicidade dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;

2.4.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

2.5.

Instrução Normativa SEGES Nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

2.6.

Lei Federal Nº 8.078/1990: Código de Defesa do Consumidor (CDC), **assim como outros regulamentos pertinentes à matéria.**

2.7.

A adoção do critério de **MENOR PREÇO POR LOTE** justifica-se pela necessidade de que o fornecimento, a instalação e a integração do sistema de videomonitoramento sejam executados por um único fornecedor **dentro de cada lote**, evitando-se, assim, a pulverização contratual no âmbito de cada região. Essa opção assegura a unidade de responsabilidade por lote, garantindo maior controle técnico, padronização das soluções e mitigação de riscos decorrentes da fragmentação das atividades entre diversos fornecedores. Ressalta-se que a licitação é estruturada em lotes independentes por região, de modo que haverá um fornecedor vencedor para cada lote, sem prejuízo da participação de diferentes empresas, ou a mesma empresa, nos demais lotes.

3.

OBJETO

3.1.

Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e de todas as Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP** do Estado de Rondônia, localizadas em:

a) UNISP Porto Velho (3 UNISP de Grande porte);

b) CIOP Porto Velho (1 Unidade de Grande Porte);

c) UNISP Ariquemes (1 UNISP Grande Porte);

d) UNISP Nova Mamoré (1 UNISP Pequeno Porte);

e) UNISP Nova Brasilândia d' Oeste (1 UNISP Pequeno Porte);

f) UNISP Alvorada d' Oeste (1 UNISP Pequeno Porte);

g) UNISP Machadinho d' Oeste (1 UNISP Pequeno Porte);

h) UNISP Rolim de Moura (1 UNISP Pequeno Porte);

i) UNISP Vilhena (1 UNISP Grande Porte);

j) UNISP Jaru (1 UNISP Pequeno Porte);

k) UNISP Ouro Preto do Oeste (1 UNISP Pequeno Porte);

l) UNISP Ji Paraná (1 UNISP Grande Porte);

m)UNISP Espigão do Oeste (1 UNISP Pequeno Porte);

n) UNISP Colorado do Oeste (1 UNISP Pequeno Porte);

o) UNISP Cujubim (1 UNISP Pequeno Porte); e

p) UNISP Buritis (1 UNISP Pequeno Porte).

3.2.

Os objetos serão adquiridos através do Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNESP) da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC) com recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), como preceitua o **Decreto nº 28.874**, de 25 de janeiro de 2024.

4.

OBJETIVO DA EVENTUAL AQUISIÇÃO

4.1.

Proporcionar um sistema de vídeo monitoramento como ferramenta *moderna e* eficiente para auxiliar na segurança patrimonial e identificações de pessoas, sem contar com o aumento de segurança de servidores públicos e população que frequenta a **UNISP** e o **CIOP**.

4.2.

O objetivo da aquisição do Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral das Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP, em todas as UNISPs, e para o Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP do Estado de Rondônia é garantir a segurança e proteção adequadas aos profissionais que atuam nessas unidades, bem como aos cidadãos que utilizam seus serviços. Além disso, busca-se promover a integração e eficiência das ações de segurança pública, contribuindo para a redução da criminalidade e o aumento da sensação de segurança da população. A aquisição desses sistemas e equipamentos possibilitará o monitoramento em tempo real das áreas externas das unidades, a identificação de possíveis ameaças e ações criminosas, e a rápida intervenção das forças de segurança, aumentando assim a efetividade e a eficácia das operações de segurança pública, bem como a guarda efetiva dos patrimônios que estão sob guarda nos prédios.

4.3.

A aquisição também visa:

I - Fortalecer a infraestrutura de segurança das UNISPs e CIOP, proporcionando um ambiente mais seguro e controlado para os profissionais e visitantes.

II - Ampliar a capacidade de prevenção e resposta a incidentes, permitindo a identificação precoce de possíveis ameaças e ações suspeitas.

III - Modernizar e adequar os sistemas de monitoramento perimetral às necessidades atuais de segurança, utilizando tecnologia de ponta para garantir a eficácia das operações.

IV - Reduzir os índices de criminalidade nas áreas próximas às UNISPs e CIOP, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local.

V - Promover a integração e cooperação entre as diferentes forças de segurança atuantes nas UNISPs e CIOP, otimizando o uso dos recursos disponíveis e aumentando a eficiência das ações de segurança pública.

4.4.

Dessa forma, a aquisição do Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral das UNISPs e CIOP é fundamental para o cumprimento da missão de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos, sendo uma medida que atende diretamente às necessidades e aos interesses da sociedade.

5.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE PÚBLICA

5.1.

A demanda está relacionada à **Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e das Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP**.

5.2.

Considerando a missão principal das forças de segurança *"preservação da ordem pública e da incolumidades das pessoas e do patrimônio"*, é crível argumentar que para a consecução de suas missões, tais forças devem se servir de ferramentas que permitam a prevenção, dissuasão e, quando necessário, o combate a quaisquer ameaças à ordem legalmente instituída.

5.3.

O prédio do Centro Integrado de Operações possui servidores que atuam 24 horas permanente para o atendimento de emergência dos canais do 190 e 193, além do monitoramento da capital por meio do sistema de videomonitoramento integrado com a tecnologia de reconhecimento de placas veiculares, bem como oferecer a proteção de informações confidenciais e materiais de valores nas instalações internas do edifício, além de garantir a seguridade e o bem-estar de colaboradores e visitantes deste Centro.

5.4.

Portanto, o referido projeto é fundamental para assegurar a eficiência do serviço, visto que a Segurança Orgânica aborda uma análise detalhada dos riscos enfrentados pela organização, identificando ameaças específicas, vulnerabilidades e impactos potenciais. Diante disso, os riscos serão minimizados, proporcionando um ambiente seguro aos servidores.

5.5.

A garantia de um ambiente seguro e protegido é essencial para o funcionamento eficiente e a integridade de todos do Centro. Neste contexto, o presente projeto visa estabelecer e fortalecer as medidas de segurança destinadas a salvaguardar não apenas as instalações físicas, mas também os recursos tecnológicos e as informações sensíveis essenciais para o pleno desempenho das atividades desta instituição.

5.6.

Atualmente existem 15 (quinze) Unidades Integradas de Segurança Pública no Estado de Rondônia, nas quais são realizados diversos serviços à população. As UNISPs reúnem no mesmo espaço físico delegacias de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica (Politec).

5.7.

A UNISP proporciona uma integração além de física entre diversas pessoas, bem como no compartilhamento de informações entre as forças de segurança. Dentro da UNISP realiza-se diversos tipos de atendimento e serviços, nos quais exige-se controle de acesso e sigilo, como inspeções e operações policiais, investigação de autoria dos crimes e infrações administrativas, levantamento de informações sobre as vítimas, encontrar testemunhas, investigar indícios e provas até que seja determinado o culpado, dar cumprimento a mandados de prisão e de busca e apreensão, coletar evidências, realizar exames laboratoriais, analisar as armas que foram usadas no delito, fazer a identificação e redigir os laudos das perícias. Como podemos ver tais serviços e os materiais objetos de análise criminal devem estar em local controlado e seguro, sendo necessário o controle de acesso de pessoas eletronicamente por vídeo monitoramento de Segurança, abrangendo o perímetro interno e externo das UNISPs.

5.8.

Importante frisar que após prisão de um suspeito pela Polícia Militar é feito o deslocamento para as UNISPs a fim de realizar o registro de ocorrência e entregar o suspeito à custódia da Polícia Civil, o qual fica detido em celas no ambiente interno das UNISPs. A quantidade de celas varia de 2 (duas) a 3 (três) conforme o tamanho da UNISP, cada cela tem a capacidade para 3 (três) pessoas. Este estudo também visa a implantação do vídeo monitoramento

https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=74007343&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=c... 1/27

das celas, com intuito de monitorar 24h/dia através de câmeras as pessoas nelas detidas, evitando uma possível fuga do local e a incolumidade física do preso, vez que muitos possam vir a se auto lesionar.

5.9. Notadamente as ações presentes no Estado de Rondônia relacionadas ao vídeo monitoramento vem obtendo resultados expressivos nas reduções de índices criminais, bem como no aumento da sensação de segurança do cidadão nas áreas onde os projetos atinentes são implementados. A segurança pública certamente está entre as principais demandas sociais neste momento, e para fazer frente a esse clamor social, buscando resultados cada vez mais efetivos, a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania têm investido na qualificação de seu capital humano, em novos métodos de trabalho e principalmente em novas tecnologias.

5.10. A implantação de um melhor controle de acesso e segurança do Patrimônio Público por meio de monitoramento contínuo vai ao encontro da prevenção, a fim de inibir atos criminosos e identificar possíveis autores de depredações, roubos e ações indesejadas nas dependências internas e externas das unidades. A administração pública na sua busca incansável por melhorias e ganho de escalas em qualidade vem, através de planejamentos e estudos, buscar políticas públicas apoiadas por tecnologias de forma a otimizar os processos e sanar os problemas de maneira definitiva e sustentável.

5.11. O monitoramento remoto em tempo real por imagens através de câmeras implantadas no perímetro interno e externo das unidades aumentará a segurança paras os servidores e à população, sendo que a implantação de câmeras nas unidades também facilitará a gestão interna dos responsáveis na movimentação de pessoas durante os dias úteis, contribuindo na gestão de segurança patrimonial.

5.12. Quanto ao alinhamento estratégico, considerou-se o Plano Estratégico do Governo de Rondônia para o período de 2019 -2023 denominado "Um novo norte, novos caminhos". O Plano Estratégico foi formulado a partir de sete eixos temáticos, são eles: gestão e estratégia, saúde, **segurança**, educação, cidadania, desenvolvimento econômico e meio ambiente e desenvolvimento territorial. Para cada deles foram definidas grandes batalhas, resultados-chave e iniciativas. O Eixo Segurança Pública engloba todas as ações estatais que previnem e reprimem as ações violentas ao patrimônio e aos indivíduos, compreendendo todo o sistema estadual de segurança pública, sendo as UNISPs muito procuradas para atendimento.

5.13. Tal aquisição irá favorecer a administração pública a melhorar a qualidade de atendimento e a segurança tanto do Policial como da população, tendo em vista que irá reforçar os serviços de vigilância no perímetro interno e externo da UNISPs e CIOP, servindo para:

- a) Capacidade de identificar intrusos no perímetro de segurança interno e externo das UNISPs e CIOP, através do vídeo monitoramento de segurança;
- b) Aumentar a capacidade de monitoramento e segurança de área interna e controle de pessoas;
- c) Modernização dos sistemas de segurança existentes;
- d) Minimizar falhas de segurança através da Integração dos Sistemas de Segurança;
- e) Prevenção de invasões e crimes;
- f) Monitoramento da entrada e saída de veículos;
- g) Controle de acesso em áreas restritas

5.14. Estas características, aliadas a capacidade de execução do projeto por parte da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania e a viabilidade econômica de sua implementação, tornam o presente investimento capaz de produzir os resultados que dele se espera.

6. DESCRITIVO TÉCNICO DA SOLUÇÃO

6.1. As especificações e o descritivo técnico estão detalhados no Anexo I deste Termo de Referência, tendo em vista que o Estudo técnico contemplam informações sensíveis dos locais onde serão instalados e, portanto, o ETP não deverá ser publicado.

6.2. Para que seja totalmente efetiva a segurança perimetral do CIOP e das UNISPs se faz necessária a presença de 6 (seis) elementos: Equipamentos de Monitoramento, Sistema de Monitoramento, Sistema de Armazenamento, e o Serviço de Instalação, Treinamento e Manutenção da solução.

- a) **Equipamentos de monitoramento** são compostos praticamente por 3 (três) tipos de câmeras, escolhidos tecnicamente pela a capacidade de captura e localização no ambiente das UNIPS e do CIOP.
- b) **Equipamentos de Armazenamento** são composto por NVR, Switch PoE – 24 Portas, Monitor LCD 25”, Rack 19” 12U’s, Nobreak 1.5 KVa;
- c) **Sistema de monitoramento** e o software de monitoramento e gerenciamento;
- d) **Serviço de Instalação** e composto pelo a instalação de todos os equipamentos, e configuração dos equipamentos e software;
- e) **Treinamento** da equipe técnica;
- f) **Manutenção da solução** e cuidado com vistas a conservação e bom funcionamento da solução, bem como na correção de uma parada parcial ou total.

6.3. Com o monitoramento remoto em tempo real por imagens através de câmeras implantadas no perímetro interno e externo das unidades, aumentará a segurança paras os servidores e a população, implantação de câmeras nas unidades também facilitará a gestão interna dos responsáveis na movimentação de pessoas durante os dias úteis, facilitarão a gestão de segurança patrimonial.

6.4. A câmeras a serem instaladas no perímetro interno e externo fazem a captura das imagens em tempo real, além de detectar movimento no ambiente selecionado, informando através de alarme visual em monitor instalado na recepção da UNISP e CIOP. Todas as imagens são gravadas em NVR, que é utilizado para gerenciar e gravar imagens de câmeras IP em sistemas de vídeo-segurança. O gerenciamento das imagens é realizado pelo um software profissional para monitoramento e gerenciamento de câmeras de seguranças.

6.5. Após a instalação de todo o parque de videomonitoramento, a empresa contratada deverá fornecer treinamento técnico para operação do sistema bem como, as configurações aplicadas nas UNISPs e CIOP.

6.6. As manutenções preventivas e corretivas serão realizadas pela empresa contratada, tendo a responsabilidade de manter o sistema funcionando em sua totalidade, conforme previsto no item de Manutenções Preventiva e Corretiva nas Especificações técnicas.

7. MEMÓRIA DE CÁLCULO E JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

7.1. O quantitativo está baseada na necessidade das instituições beneficiárias, no qual ficou comprovado no Estudo Técnico Preliminar ([0048768829](#)).

7.2. Para a definição da demanda foi feita consulta junto a administração das Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISPs e o Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP através do processo ([0037.157987/2021-59](#)), solicitando informações e sugestões para a instalação das câmeras, pontos críticos, plantas baixas e imagem internas e externas dos ambientes que compõem a UNISP e CIOP.

7.3. Foi realizado o levantamento *In Loco* das informações (pontos com pouca segurança, pouca iluminação e possíveis locais para instalações de câmeras) necessárias, através de registro fotográfico e informações colhidas com policias que trabalham nas UNISPs, para subsidiar o projeto base a ser elaborado com a finalidade de adquirir os equipamentos necessários para implementação de sistema de videomonitoramento perimetral das UNISPs e CIOP conforme Memorando 588 ([0018695942](#)).

7.4. Segue nas tabelas abaixo a quantidade de equipamentos necessários por porte das UNISPs e CIOP após levantamento:

TABELA I

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS POR UNISPs e CIOP

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD UNIPS GRANDE PORTE	CIOP	QTD UNIPS PEQUENO PORTE
1	Câmera TIPO 1 - DOME	07 (42)	-	03 (33)
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	12 (72)	20	06 (66)
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	01 (6)	04	01 (11)
4	NVR - TIPO I	-	01	-
5	NVR - TIPO II	-	-	01 (11)
6	NVR - TIPO III	01 (6)	-	-
7	NVR - TIPO IV	01 (6)		01 (11)
8	Switch PoE – 24 Portas	01 (6)	02	01 (11)
9	Monitor LCD 25”	01 (6)	01	01 (11)
10	Rack 19” 12U’s	01 (6)	01	01 (11)
11	Nobreak 1.5 KVa	01 (6)	01	01 (11)
12	Smart TV 65”	01 (6)	04	01 (11)
13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	20 (120)*	24	10 (110)*
14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	01 (6)	-	-
15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	-	-	01 (11)
16	Instalação e Programação CIOP	-	01	-
17	Treinamento	01 (6)	01	01 (11)
18	Serviço de Manutenção UNISP Pequeno Porte	-	-	01 (11)
19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	01 (6)	-	-
20	Serviço de Manutenção CIOP	-	01	-

TABELA II

QUANTIDADE TOTAL DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD UNIDADE
1	Câmera TIPO 1 - DOME	75
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	158
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	21
4	NVR - TIPO I	01
5	NVR - TIPO II	11
6	NVR TIPO III	06
7	NVR - TIPO IV	17
8	Switch PoE – 24 Portas	19
9	Monitor LCD 25”	18
10	Rack 19” 12U’s	18
11	Nobreak 1.5 KVa	18
12	Smart TV 65”	21
13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	254
14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	11
15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	06
16	Instalação e Programação CIOP	01
17	Treinamento	18
18	Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	11
19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	06
20	Serviço de Manutenção CIOP	01

*A quantidade do item 12 - Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV, está vinculado a quantidade câmeras das UNISP's, ou seja, cada câmera necessitará uma licença de uso.

7.5. Locais e quantidades de equipamentos e serviços

7.6. Os Sistemas de video monitoramento foram separados em regiões, conforme o estabelecido na **Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007**, para facilitar a cotação e previsão de preços diferentes para que as empresas que tiverem interesse em participarem do certame apresentem propostas mais precisas e realistas. Isto permite a definição de preços distintos quando o objeto for entregue em locais diferentes. Esta abordagem tem como objetivo proporcionar maior clareza e equidade no processo de cotação, garantindo que as especificidades logísticas e operacionais de cada região sejam devidamente consideradas. Assim, buscamos assegurar a competitividade e a viabilidade econômica da contratação.

Lote	Região	Local	EQUIPAMENTO															Instalação e Programação CIOP	Serviço	
			Câmera TIPO 1 - DOME	Câmera TIPO 2 - BULLET	Câmera TIPO 3 – PTZ	NVR - TIPO I	NVR - TIPO II	NVR - TIPO III	NVR - TIPO IV	Switch PoE – 24 Portas	Monitor LCD “25”	Rack 19” 12U ‘s	Nobreak 1.5 KVa	Smart TV 65”	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	Instalação e Programação UNISP Grande Porte		Treinamento	Serviço de Manutenção
1	Região I: Porto Velho Nova Mamoré Porto Velho - CIOP	UNISP Porto Velho (CENTRO - Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	-	1	1
		UNISP Porto Velho (SUL - Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	-	1	1
		UNISP Porto Velho (LESTE - Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	-	1	1

		UNISP Nova Mamoré (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1		
		CIOP (Respectivo a UNISP de Grande Porte)	-	20	4	1	-	-	-	2	1	1	1	4	24	-	-	1	1		
2	Região II: Ariquemes Cujubim Buritis	UNISP Ariquemes (Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	-	1	1	
		UNISP Cujubim (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
		UNISP Buritis (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
3	Região III: Ji-Paraná Jaru Ouro Preto D' Oeste Machadinho D'Oeste Alvorada D'Oeste.	UNISP Ji- Paraná (Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	-	1	1	
		UNISP Jaru (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
		UNISP Ouro Preto do Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
		UNISP Machadinho d' Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
		UNISP Alvorada d' Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
4	Região IV: Rolim de Moura Nova Brasilândia d' Oeste Espigão do Oeste	UNISP Rolim de Moura (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
		UNISP Nova Brasilândia d' Oestes (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
		UNISP Espigão do Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
5	Região V: Vilhena Colorado D'Oeste	UNISP Vilhena (Grande Porte)	7	12	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	20	-	1	-	1	1	
		UNISP Colorado do Oeste (Pequeno Porte)	3	6	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	10	1	-	-	1	1	
	TOTAL		75	158	21	1	11	6	17	19	18	18	18	21	254	11	6	1	18	18	

7.7. O quantitativo de câmeras de segurança pode variar de acordo com as dimensões das áreas em que as UNISPs e CIOP estão localizadas e pontos críticos com pouca iluminação e monitoramento, podendo posteriormente ser alterado conforme andamento do Projeto, caso necessário, através da confluência entre necessidade e disponibilidade orçamentária.

7.8. Estão descritos as quantidades de equipamentos e serviços de acordo com a tabela acima (**Locais e quantidades de equipamentos e serviços**), em cada localidade com suas especificações.

7.9. A empresa vencedora do contrato deverá fornecer o treinamento à equipe técnica que irá operar nas unidades onde forem instalados os equipamentos de vídeo monitoramento.

7.10. O treinamento a ser realizado pela empresa contratada deverá ser comunicada com no **mínimo 15 (quinze) dias de antecedência**, para fins de planejamento logístico.

7.11. Deverá ser ministrado o treinamento a uma equipe de até 10 agentes designados a operar a solução em cada **unidade/localidade** que for implementada o Sistema de Monitoramento, permitindo que os mesmos tenham conhecimentos suficientes para configurar e utilizar todos os recursos da solução.

7.12. A carga horária deverá ser, no mínimo, 06 (seis) horas aula, sendo que 70% dessas horas aulas deverão ser aulas práticas de manuseabilidade do sistemas e equipamentos.

7.13. Os treinamento ocorrerão nas unidades em que receberem as instalações.

7.14. Todas as despesas com passagem e pagamento de hora/aula ao(s) instrutor(es), ocorrerão por conta da empresa contratada, devendo ainda apresentar Plano de Aula juntamente com a proposta comercial para a aprovação da contratante.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Contratação do Sistema de Videomonitoramento Perimetral:

8.1.1. A aquisição de um sistema completo de videomonitoramento perimetral destina-se a reforçar a segurança das Unidades Integradas de Segurança Pública (UNISP) e do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP). A solução visa a implementação de um sistema integrado de segurança, abrangendo monitoramento interno e externo, controle de acesso, e vigilância constante das áreas, visando a proteção de pessoas, informações, e o patrimônio público. A aquisição será realizada por meio de licitação eletrônica, conforme a Lei 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

8.2. Objetivo da Solução:

8.2.1. O objetivo principal é garantir a segurança e integridade das instalações e das pessoas que nelas circulam. A solução busca minimizar riscos através de um sistema que permita a detecção precoce de intrusos, o monitoramento contínuo de áreas críticas, o controle eficiente de acesso e a prevenção de incidentes nas áreas internas e externas das UNISPs e CIOP. Além disso, o sistema permitirá a vigilância das celas, visando evitar fugas e proteger a integridade física dos detentos.

8.3. Especificações Técnicas:

8.3.1. O sistema deve incluir câmeras de alta definição com capacidade de gravação e transmissão em tempo real, softwares de reconhecimento de placas veiculares, e dispositivos para controle de acesso. As instalações devem contemplar tanto o perímetro interno quanto externo das UNISPs e do CIOP, garantindo cobertura total das áreas sensíveis. O sistema deve ser integrado ao já existente no CIOP, assegurando a continuidade e interoperabilidade das operações. Todos os equipamentos e serviços devem atender às normas técnicas vigentes, com manuais em português e suporte técnico assegurado.

8.4. Ciclo de Vida da Solução:

I - **Implantação e Configuração:** Instalação e configuração do sistema nas 17 UNISPs e no CIOP, abrangendo a totalidade do perímetro interno e externo. A contratada será responsável pela instalação e configuração do sistema, incluindo todas as despesas de transporte e adequação tecnológica.

II - **Operação:** O sistema será utilizado para o monitoramento 24h das áreas cobertas, com operadores treinados e capacitados para a análise das imagens em tempo real, possibilitando respostas rápidas a eventuais incidentes.

III - **Manutenção e Suporte:** A contratada deve fornecer manutenção preventiva e corretiva por um período da duração do contrato ou mais conforme ajuste com a empresa que quiser oferecer garantia estendida, incluindo substituição de peças e reparos necessários, assegurando o funcionamento ininterrupto do sistema.

IV - **Desmobilização:** Ao término do ciclo de vida útil dos equipamentos, deve ser considerada a renovação e atualização tecnológica dos componentes conforme as necessidades operacionais da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

8.5. Justificativa:

8.5.1. A aquisição do sistema de videomonitoramento é essencial para a modernização das estruturas de segurança pública em Rondônia, contribuindo para a prevenção de crimes e a manutenção da ordem pública. A implementação de tecnologias avançadas de segurança permitirá maior eficiência nas operações, redução dos índices criminais, e uma sensação reforçada de segurança tanto para os servidores quanto para a população. A solução está alinhada ao Plano Estratégico do Governo de Rondônia, buscando aprimorar a segurança pública e garantir um ambiente mais seguro e protegido para todos.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

9.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme preceitua o artigo 20 da Lei n.º 14.133, de 2021, sendo considerados necessário para cumprir as finalidades às quais se destinam e por se tratar de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

9.2. Após analisar aspectos que envolvem essa classificação, ou seja a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente, a disponibilidade no mercado deste material, e verificado que as especificações adotadas são usuais neste mesmo mercado, o objeto da presente aquisição foi considerado comum.

9.3. Por se tratar de bem comum e, sobretudo, visando ampliar a competitividade e auferir maior economia ao erário, a modalidade adotada no processo em pauta será o Pregão Eletrônico.

10. JUSTIFICATIVA PARA PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

10.1. Os Sistemas de vídeo monitoramento foram segmentados em LOTES por região, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007, para facilitar a cotação e previsão de preços distintos. Esta segmentação permite que as empresas interessadas em participar do certame apresentem propostas mais precisas e realistas, considerando as especificidades logísticas e operacionais de cada região. Tal abordagem tem como objetivo proporcionar maior clareza e equidade no processo de cotação, garantindo que as variáveis regionais sejam devidamente contempladas, assegurando a competitividade e a viabilidade econômica da contratação.

Lote	Região	Local
1	Região I: Porto Velho Nova Mamoré.	UNISP Porto Velho (CENTRO - Grande Porte)
		UNISP Porto Velho (SUL - Grande Porte)
		UNISP Porto Velho (LESTE - Grande Porte)
		UNISP Nova Mamoré (Pequeno Porte)
	Região: Porto Velho CIOP	CIOP (Respectivo a UNISP de Grande Porte)

2	Região II: Ariquemes Cujubim Buritis	UNISP Ariquemes (Grande Porte)
		UNISP Cujubim (Pequeno Porte)
		UNISP Buritis (Pequeno Porte)
3	Região III: Ji-Paraná Jaru Ouro Preto D’ Oeste Alvorada D’Oeste Machadinho D’Oeste	UNISP Ji- Paraná (Grande Porte)
		UNISP Jaru (Pequeno Porte)
		UNISP Ouro Preto do Oeste (Pequeno Porte)
		UNISP Machadinho d' Oeste (Pequeno Porte)
		UNISP Alvorada d' Oeste (Pequeno Porte)
4	Região IV: Rolim de Moura Nova Brasilândia D’Oeste Espigão D’Oeste	UNISP Rolim de Moura (Pequeno Porte)
		UNISP Nova Brasilândia d' Oestes (Pequeno Porte)
		UNISP Espigão do Oeste (Pequeno Porte)
5	Região V: Vilhena Colorado D’Oeste	UNISP Vilhena (Grande Porte)
		UNISP Colorado do Oeste (Pequeno Porte)

10.2. A empresa poderá sagrar-se vencedora em mais de um **LOTE**, desde que assuma integralmente a responsabilidade pela execução do objeto adjudicado, sendo vedada a terceirização do fornecimento e da prestação dos serviços. Para assegurar a estabilidade contratual e a uniformidade na execução, a contratada deverá garantir capacidade técnica e operacional suficiente para atender, de forma direta, todas as unidades contempladas, prestando o devido suporte em tempo hábil. Ressalta-se que a previsão de preços distintos para a aquisição dos sistemas de videomonitoramento destinados às UNISPs e ao CIOP encontra respaldo no artigo 82, inciso III, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual admite diferenciação de valores quando o objeto for entregue em locais diversos, vejamos:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

[...]

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

10.3. Ao segmentar os Sistemas de vídeo monitoramento por região, a administração pública facilita a cotação e permite que as empresas apresentem propostas mais precisas e realistas. Esta segmentação leva em conta fatores como distância, condições de acesso e infraestrutura das vias, que variam significativamente entre as diversas áreas do estado de Rondônia. Dessa forma, evitam-se generalizações que poderiam resultar em propostas inviáveis ou inadequadas para determinadas regiões, promovendo uma competição justa e transparente entre os fornecedores.

10.4. A adoção desta metodologia visa ampliar a participação de empresas no certame, incluindo aquelas que possuem maior capacidade de operação em regiões específicas. Ao permitir que as empresas cotem preços diferenciados de acordo com a localidade de entrega, estimulamos a participação de um número maior de fornecedores, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública. Esta estratégia, além de atender aos preceitos legais, busca garantir uma contratação eficiente, econômica e adequada às necessidades específicas das diferentes regiões do estado de Rondônia, com a condição de que apenas uma empresa forneça o material, assegurando a estabilidade contratual. Essa abordagem visa concentrar a responsabilidade em um único fornecedor ou consórcio de fornecedores, assegurando maior coerência e responsabilidade na execução do contrato, além de facilitar a gestão e o monitoramento do projeto.

11. DO CADASTRO RESERVA

11.1. Nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 131 e §§ 1º a 3º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, **admite-se a formação de cadastro de reserva de fornecedores ou prestadores de serviços**, observada a ordem de classificação do certame.

11.2. Após a definição do preço final do licitante vencedor, os demais licitantes serão consultados acerca do interesse em cotar o objeto pelo mesmo preço do adjudicatário vencedor, hipótese em que integrarão o cadastro de reserva, a ser incluído em anexo à ata de registro de preços.

11.2.1. O cadastro de reserva terá por finalidade garantir a continuidade do fornecimento ou da prestação do serviço, podendo ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I - impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;
- II - descumprimento das condições estabelecidas na ata pelo compromitente;
- III - recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis;
- IV - liberação do compromisso por razões admitidas no Decreto Estadual nº 28.874/2024.

11.3. Com a formação do cadastro de reserva, a Administração mitiga riscos de descontinuidade do fornecimento ou da prestação de serviços, assegurando a satisfação do interesse público com agilidade, sem necessidade de instauração de novo procedimento licitatório.

11.4. **A convocação** dos licitantes integrantes do cadastro de reserva **observará, rigorosamente, a ordem de classificação no certame e os preços** registrados na ata.

11.5. Portanto, a inclusão do cadastro reserva no edital e na ata de registro de preços representa uma prática administrativa compatível com os princípios da eficiência, planejamento, vantajosidade e continuidade do serviço público, assegurando melhores condições para atender às demandas da Administração Pública.

11.6. A habilitação dos fornecedores integrantes do cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

11.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do caput do art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata nas condições por eles originalmente ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

12. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADO POR ITEM

12.1. Quantidade mínima a ser cotado

12.1.1. De acordo com o art. 82, II. da Lei 14.133/21, deverão ser cotadas as seguintes quantidades mínimas:

Para os seguintes itens serão cotadas as quantidades:

- I - Câmera TIPO 1 - DOME - **75 unidades**
- II - Câmera TIPO 2 - BULLET - **158 unidades**
- III - Câmera TIPO 3 – PTZ - **21 unidades**
- IV - NVR - Tipo I - **01 unidades**
- V - NVR -Tipo II - **11 unidades**
- VI - NVR - TIPO III - **06 unidades**
- VII - NVR - TIPO IV - **17 unidades**
- VIII - Switch PoE – 24 Portas - **19 unidades**
- IX - Monitor LCD “25” - **18 unidades**
- X - Rack 19” 12U´s - **18 unidades**
- XI - Nobreak 1.5 KVa - **18 unidades**
- XII - Smart TV 65” - **21 unidades**
- XIII - Software de Monitoramento e Gerenciamento – **CFTV - 254 unidades**
- XIV - Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte - **11 Serviço**
- XV - Instalação e Programação UNISP Grande Porte - **06 Serviço**
- XVI - Instalação e Programação CIOP - **01 Serviço**
- XVII - Treinamento - **18 Serviço**
- XVIII - Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte - **11 Serviço**
- XIX - Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte - **06 Serviço**
- XX - Serviço de Manutenção CIOP - **01 Serviço**

12.1.2. De acordo com o art. 82, IV da Lei 14.133/21, para o presente certame, **o licitante deverá oferecer proposta para a totalidade do quantitativo** especificado no edital, não sendo admitida a apresentação de quantidade inferior ao previsto para o objeto desta licitação. Essa exigência visa assegurar a integridade e continuidade do fornecimento, garantindo o atendimento pleno das demandas descritas no Termo de Referência. O não atendimento desse requisito resultará na desclassificação da proposta, conforme disposições legais.

12.2. Da Quantidade mínima e Condições de Fornecimento

12.2.1. **Dos Pedidos Mínimos:** Para assegurar a economicidade, a otimização logística e a racionalização dos custos operacionais, fica estabelecido que o quantitativo mínimo por ordem de fornecimento será correspondente a **50% do quantitativo registrado em Ata para o sistema de videomonitoramento**. Excepcionalmente, poderá ser autorizado pedido em quantidade inferior, desde que **devidamente justificado pelo órgão demandante** e previamente aprovado pelo órgão gerenciador, observadas as disposições da Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável.

12.2.2. **Do Prazo e Condições de Entrega:** A entrega dos itens deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos no Edital e no Contrato decorrente, sendo realizada mediante **solicitação formal** dos órgãos gerenciador, participantes ou não participantes, conforme sua respectiva vinculação à Ata de Registro de Preços.

12.2.3. As solicitações deverão respeitar o quantitativo mínimo estabelecido, bem como as condições de fornecimento, embalagem, transporte, instalação (quando aplicável) e demais requisitos técnicos definidos no Termo de Referência.

13. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.1. Na fase de **apresentação das propostas**, deverá constar na mesma a **marca e modelo dos objetos ofertados**, bem como o detalhamento técnico, folders, panfletos em formato digital ou material semelhante que permita a melhor análise da proposta pela comissão responsável, sendo vedado o uso de fotos ou capturas de tela (prints), que possam prejudicar a visualização e a compreensão dos detalhes pela comissão avaliadora. Solicitamos que as propostas sejam enviadas exclusivamente em formato PDF, ou outro formato que seja possível de copiar e pesquisar os dados, a fim de verificar se os produtos ofertados são compatíveis com o solicitado, garantindo assim a clareza necessária para a adequada avaliação das propostas apresentadas.
- 13.2. A empresa deverá garantir que os **descritivos técnicos sejam incluídos integralmente no corpo da proposta comercial, evitando apresentá-los como anexos separados**. Essa medida é necessária para prevenir eventuais erros durante o processo de envio das propostas pela Superintendência Estadual de Licitações (**SUPEL**), para análise. A ausência dos descritivos técnicos, quando apresentados como anexos, pode comprometer a avaliação técnica adequada, causando prejuízos à análise e à correta condução do processo licitatório. Assim, a inclusão direta no corpo do documento principal é imprescindível para assegurar a completude e clareza das informações exigidas.
- 13.3. A realização de avaliação das propostas contribui com a economicidade para a Administração Pública pois evita que sejam contratados produtos que não atenderão ou que estejam em desconformidade com as necessidades das unidades que serão contempladas com esta aquisição.
- 13.4. A proposta deverá ser apresentada em planilha detalhada, que deverá conter no mínimo:
- 13.5. **Redação em língua portuguesa**, sendo vetados rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos, entrelinhas ou capturas de tela que dificultem a visualização.
- 13.6. Dados da LICITANTE tais como: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente, data e assinatura do representante legal.
- 13.7. Marca, modelo e descrição detalhada das características do objeto e equipamentos que compõe a solução, bem como dos materiais e componentes utilizados no fornecimento do objeto, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- 13.8. Deverá relacionar em documento único os equipamentos ofertados e anexar com os documentos de Habilitação Encartes técnicos originais dos fornecedores, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, **de forma clara**, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão.
- 13.9. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**.
- 13.10. **Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

14. **DA GARANTIA**

- 14.1. O objeto contratado deverá possuir garantia contra quaisquer defeitos de fabricação de, **no mínimo**, 12 (doze) meses.
- 14.2. **O prazo de garantia é contado a partir da data do recebimento definitivo.**
- 14.3. Durante o período de garantia, as despesas decorrentes da manutenção corretiva e de substituição de peças/componentes que apresentem defeitos de fabricação, devido ao uso normal dos objetos adquiridos, **ocorrerão por conta exclusiva da contratada**.
- 14.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, **o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante**.
- 14.5. Aplica-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.
- 14.6. O prazo da garantia será contado a partir da data de recebimento, de forma definitiva, pela Administração e visam à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário dos objetos, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela contratante, na seguinte conformidade.
- 14.7. O prazo a que se refere o subitem anterior, ficará suspenso pelo mesmo período em que o objeto permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.
- 14.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 14.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 14.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 14.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 14.12. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 14.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 14.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 14.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 14.16. Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.
- 14.17. **Das condições da assistência técnica:**
- 14.17.1. A Contratada deverá emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica no momento de avaliação da proposta.
- 14.17.2. Caso a contratada ofereça manutenções para os objetos a serem adquiridos, estas deverão ser executados pelo fabricante ou empresa por ele autorizado, sendo da Contratada a responsabilidade da coleta, transporte, armazenamento, devolução nos locais onde se encontram os bens.
- 14.17.3. Os serviços de assistência técnica deverão ser executados pelo fabricante ou empresa por ele autorizado.
- 14.17.4. A Contratada é a responsável exclusiva, perante a SESDEC, pela cobertura das garantias referentes aos objetos a serem adquiridos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção (terceirização).
- 14.17.5. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante, devidamente registrado através de protocolo criado para esse fim;
- 14.17.6. É vedado a empresa contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento de fábrica, haja vista que o presente Termo de Referência prevê serviços e peças a serem executadas pela contratada, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas.
- 14.18. **Da execução dos serviços;**
- 14.18.1. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ABNT e dispositivos previstos em Leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento;
- 14.18.2. Os técnicos deverão se apresentar sempre uniformizados;
- 14.18.3. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento, sem ônus para Secretaria, de todo o material de consumo instrumental, equipamentos de proteção – EPI, ferramentas e demais aparelhagens necessárias para a execução dos serviços.
- 14.18.4. será responsável pela organização do ambiente onde o serviço será executado, incluindo a disponibilidade de mão de obra, se necessário, para a remoção/desobstrução dos locais onde os móveis serão montados.
- 14.18.5. A Contratada deverá manter organizado, limpos e em bom estado de higiene o local onde estiver executando os serviços de instalação ou manutenção, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando e removendo as sobras de materiais, caixas, plásticos, entulhos e detritos em geral

15. **DA VALIDADE DOS MATERIAIS FORNECIDOS E INSTALAÇÃO**

- 15.1. **A validade dos produtos deverá ser maior ou igual a validade do contrato, a contar da data do recebimento.**
- 15.2. Com substituição no prazo de **30 (trinta) dias corridos** em caso de defeito de fabricação, defeitos em virtude do transporte, má acomodação, quando o fabricante não especificar prazo maior.
- 15.3. Os produtos deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega.
- 15.4. O produto deverá ser novo e acondicionado em sua embalagem original fechada.
- 15.5. Todas as despesas de transporte e instalações dos equipamentos de vídeo monitoramento de caráter técnico e não técnico deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, esse transporte e instalações consistem nos seguintes trajetos (rol exemplificativo):
- 15.5.1. ***Transporte da fábrica ou loja até o local/órgão/município de destino da CONTRATANTE para realizar a entrega, montagem e instalação;***
- 15.6. Transporte para o local de destino caso haja necessidade de encaminhar os equipamentos de vídeo monitoramento para a realização de reparos ou outros serviços cobertos pela garantia ou assistência técnica de responsabilidade da Contratada.
- 15.7. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

16. **ENTREGA / EXECUÇÃO**

- 16.1. **Local/Horário:**
- 16.2. Os objetos deverão ser **entregues** no prazo de até **60 (sessenta) dias corridos**, a contar após o recebimento da nota de empenho, ou quando couber, da assinatura do contrato, prazo esse que poderá ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência e com a **devida justificativa**, devendo a empresa vencedora envidar esforços para a entrega de forma mais célere possível, em remessa única conforme o Quadro descritivo, contendo os itens, objetos, descrição, especificação e quantidade apontados no Tópico "**7. MEMÓRIA DE CÁLCULO**" deste Termo de Referência, nos seguintes locais:

I - **UNISP Porto Velho;**

- **Endereço 1:** R. Três e Meio, Bairro - Floresta, Porto Velho - RO, 76808-026, **Endereço 2:** R. Brasília, 1405 - Tucumanzal, Porto Velho - RO, 76804-486 e **Endereço 3:** Av. Amazonas, 6781 - Escola de Polícia, Porto Velho - RO, 76820-115.

II - **CIOP Porto Velho** - Endereço: Rua José Adelino com Rua Davi Canabarro, nº 385, Setor 19,Quadra 15, Lote 282, Bairro Costa e Silva.

III - **UNISP Ariquemes** - Endereço: Av. Tancredo Neves, 03 - St. 03, Ariquemes - RO, 76870-526;

IV - **UNISP Nova Mamoré** - Endereço: Av. Raimundo Brasileiro - Cidade Nova, Nova Mamoré - RO, 76857-000;

V - **UNISP Nova Brasilândia d' Oestes** - Endereço: Rua Canaã, 1665, Centro - setor 14, Nova Brasilândia do Oeste/RO;

VI - **UNISP Alvorada d' Oeste** - Endereço: Av. Duque de Caxias, nº 5335 – São Francisco, Alvorada do Oeste/RO;

VII - **UNISP Machadinho d' Oeste** - Endereço: Av. João Batista Figueiredo, entre Ruas Rio Branco e Mato Grosso, Bairro União, Machadinho do Oeste;

VIII - **UNISP Rolim de Moura** - Endereço: Rua Jamari, 5426, Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RO;

- IX -

UNISP Vilhena - Endereço: BR-174, 249 - Jardim América, Vilhena - RO, 76980-000;
- X -

UNISP Jaru - Endereço: Rua: Florianópolis, nº 2594, Setor 03, Jaru - RO, 76890-000;
- XI -

UNISP Ouro Preto do Oeste - Endereço: Av. Cap. Sílvio Gonçalves de Farias, 500 - Do Incra, Ouro Preto do Oeste - RO, 76920-000;
- XII -

UNISP Ji Paraná - Endereço: R. Café Filho, 1066 - São Pedro, Ji-Paraná - RO, 76913-598;
- XIII -

UNISP Espigão do Oeste - Endereço: R. Rosa Pedro Agostinho, 1931 - Vista Alegre, Espigão D'Oeste - RO, 76974-000;
- XIV -

UNISP Colorado do Oeste - Endereço: Av. Mal. Rondon, 1024-1246 - Centro, Colorado do Oeste - RO, 76993-000;
- XV -

UNISP Cujubim - Endereço: Av. Maracanã, 1265, Cujubim - RO, 76864-000; e
- XVI -

UNISP Buritis - Endereço: Av. Porto Velho, 800 – Setor 01, Buritis - RO.
- 16.3.

A contratada deverá informar previamente a data da entrega a instalação, dentro de um prazo de no mínimo 15 dias de antecedência.
- 16.4.

Será enviado um email no endereço eletrônico da CONTRATADA que deverá, no prazo de 03 (três) dias a partir do envio, notificar formalmente à CONTRATANTE o recebimento do e-mail que conterá as informações referentes à nota de empenho ou ordem de fornecimento. No caso de a CONTRATADA deixar de efetuar a referida notificação no prazo estipulado, tal omissão será interpretada como um recebimento tácito, resultando nas obrigações estabelecidas no contrato.
- 16.5.

A **NOTA FISCAL** deverá ser emitida em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP, CNPJ: 33.500.189/0001-30.
- 16.6.

A data de entrega deverá ser informada previamente à CONTRATADA através do e-mail **funesp@sesdec.ro.gov.br**.
- 16.7.

Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos bens, desde que, a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito em até 10 dias antes do vencimento no prazo previsto no item anterior, ficando a critério da SESDEC/RO a sua aceitação.
- 16.8.

A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos objetos, deverá ser dirigida à **Gerência do fundo estadual de segurança pública**, através do e-mail **funesp@sesdec.ro.gov.br**, no horário de expediente, 07h30min às 13h30min.
- 16.9.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.10.

O adjudicatário terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação e disponibilização através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.11.

Qualquer dúvida durante a execução do objeto solicitado deverá ser sanada junto à Comissão Executora do Contrato da SESDEC/RO, não podendo a empresa Contratada se precipitar ou decidir sobre questões duvidosas e relevantes, sem autorização expressa da Contratante.
- 16.12.

O ato da entrega será acompanhada por servidores designados por ato da CONTRATADA.
- 16.13.

Se no interstício da viagem o bem for danificado, a empresa deverá arcar com todos os insumos pertinentes ao objeto para troca e terá um prazo de até 30 dias para troca.
- 16.14.

Qualquer dúvida durante a execução do objeto solicitado deverá ser sanada junto à Comissão Executora do Contrato da SESDEC/RO, não podendo a empresa Contratada se precipitar ou decidir sobre questões duvidosas e relevantes, sem autorização expressa da Contratante.
- 16.15.

O Recebimento Provisório
- 16.15.1.

O objeto será recebido:
- 16.15.1.1.

provisoriamente, em até **5 (cinco) dias** contados da data do recebimento da Nota Fiscal (**emitida em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP, CNPJ: 33.500.189/0001-30**), para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, Nota de Empenho e proposta.
- 16.16.

O Recebimento Definitivo
- 16.16.1.

O objeto será recebido:
- 16.16.1.1.

definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, da Nota de Empenho e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até **10 (dez) dias** do recebimento provisório, sendo a conclusão do recebimento atestada pela Comissão de Recebimento, composta de no mínimo 3 (três) membros designados pela Administração, artigo 140 da Lei 14.133 de abril de 2021.
- 16.16.2.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 16.16.3.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 16.16.4.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 16.16.5.

Na hipótese de a verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
17.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 17.1.

A Lei 14.133/2021 estabelece diretrizes essenciais para as licitações e contratações públicas, enfatizando a necessidade de ampla participação das empresas nos certames. Esta abertura fomenta a competição, incentivando a oferta de produtos e serviços de qualidade, além de contribuir para a obtenção de condições mais vantajosas em termos de preço e prazo para a administração pública.
- 17.2.

Um dos aspectos centrais da lei de licitações, conforme disposto no artigo 96, é a exigência de garantia pelo contratado. Essa medida visa garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais e está alinhada com o princípio de assegurar a isonomia entre os licitantes, evitando exigências que possam criar barreiras injustificadas à participação.
- 17.3.

O Termo de Referência, como documento fundamental no processo de licitação, deve ser elaborado de forma a atrair potenciais licitantes e não deve conter cláusulas que representem obstáculos desnecessários à participação das empresas interessadas. É crucial que todas as exigências editalícias estejam alinhadas com os princípios de isonomia e ampla concorrência, conforme preconizado pela Lei de Licitações, para garantir que apenas condições necessárias e proporcionais sejam estabelecidas.
- 17.4.

Conforme o artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, temos:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.
- 17.5.

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantias contratuais é facultativa e, considerando que a aquisição e instalação do sistema de videomonitoramento para as UNISPs e o CIOP não apresentam grande complexidade técnica ou riscos relevantes de execução, **opta-se por não exigir tais garantias**. Ressalta-se que o contrato já conterá cláusulas específicas que asseguram o cumprimento das obrigações, bem como a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, de modo que a Administração estará devidamente resguardada, preservando-se, ainda, a competitividade do certame.
18.

CRITÉRIOS DE PAGAMENTO
- 18.1.

As Notas Fiscais/Faturas serão apresentadas juntamente com a entrega dos materiais. As Notas Fiscais/Faturas, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, **em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, CNPJ 33.500.189/0001-30, até o 5º dia útil do mês**, devendo conter no corpo, a descrição do objeto, número do empenho, o número da Conta Bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** a contar do recebimento definitivo elaborado pela comissão.
- 18.2.

Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a **CONTRATANTE** poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura **CONTRATADA** de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a **CONTRATANTE**, a partir da análise do Controle Interno da SESDEC, para efetuar o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem anterior.
- 18.3.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 18.4.

As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos/“certidão negativa ou certidão positiva, com efeito, de negativa”: Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Estadual, Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todos devidamente atualizados, **as quais poderão ser solicitadas a qualquer tempo nos termos do certame.**
- 18.5.

Liquidação:
- 18.5.1.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) Prazo de validade;

b) Data da emissão;

c) Dados do contrato e do órgão contratante;

d) Período respectivo de execução do contrato;

e) Valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 18.7.

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021**.
- 18.8.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

c) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

- 18.9.

O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 18.10.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 18.12.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = percentual de taxa anual = 6%
EM = I x N x VP, onde:		
I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.		

- 18.14.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.
- 18.15.

Pagamento
- 18.15.1.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.15.2.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.15.3.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, caso o recolhimento ainda não tenha sido realizado pela contratada, devendo para tal, caso opte por recolhimento, apresentar os devidos comprovantes.
- 18.15.4.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 18.15.5.

Não deverá ser efetuado pagamento à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela contratante.
- 18.15.6.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1.

Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos no Plano Plurianual (PPA 2024-2027), conforme estabelecido na Lei nº 5.718, de 3 de janeiro de 2024, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - 2025), conforme a Lei nº 5.832, de 16 de julho de 2024, por meio do(s) Programa/Atividade abaixo:
- 19.2.

Para aquisição dos equipamentos de: **Câmera TIPO 1 - DOME; Câmera TIPO 2 - BULLET; Câmera TIPO 3 – PTZ; NVR - TIPO I, II, III e IV; Switch PoE – 24 Portas; Monitor LCD “25”; Rack 19” 12U’s; Nobreak 1.5 KVa, Smart TV 65”**, serão usados os recursos:
- 19.2.1.

UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:
- 19.2.2.

Programa Atividade: 06.126.2166.**2237**
- 19.2.3.

Elemento de Despesa: **4.4.90.52** (GPF: 452)
- 19.2.4.

Fonte: **1.713.0.00001/2.713.0.00001.**
- 19.3.

Para aquisição dos equipamentos de: **Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV**, serão usados os recursos:
- 19.3.1.

UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:
- 19.3.2.

Programa Atividade: 06.126.2166.**2237**
- 19.3.3.

Elemento de Despesa: 4.4.90.40
- 19.3.4.

Fonte: **1.713.0.00001/2.713.0.00001.**
- 19.4.

Para aquisição dos equipamentos de: **Instalação e Programação**, serão usados os recursos:
- 19.4.1.

UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:
- 19.4.2.

Programa Atividade: 06.126.2166.**2237**
- 19.4.3.

Elemento de Despesa: 3.3.90.40
- 19.4.4.

Fonte: **1.713.0.00001/2.713.0.00001.**

20. ESTIMATIVA DE DESPESA:

- 20.1.

Conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar, no item "Estimativa e Custo Total da Contratação", foi realizado um levantamento prévio com base em pesquisas de preços, com o objetivo de subsidiar o quantitativo dos custos necessários para a execução do projeto. Após a análise das informações coletadas, chegou-se ao montante total estimado para a solução, conforme Quadro Comparativo Ajustado ([69441607](#)), que corresponde a **R\$ 3.788.789,10** (três milhões, setecentos e oitenta e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos), garantindo, assim, uma base para a definição do orçamento e o planejamento econômico-financeiro do projeto.
- 20.2.

A pesquisa de mercado para estimativa de preços deverá ser realizada pelo setor competente da SUPEL (Superintendência Estadual de Compras e Licitações), visando aprimorar a precisão na definição dos valores que serão despendidos na contratação da solução. Esse levantamento auxiliará de forma mais efetiva na determinação do quantitativo necessário, proporcionando maior segurança e embasamento técnico econômico ao processo de contratação.

21. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 21.1.

O objeto a ser adquirido, juntamente com os serviços correlatos, foi estruturado em lotes distintos por região, de modo a ampliar a competitividade e permitir maior aderência do mercado fornecedor, considerando as peculiaridades operacionais e a necessidade de organização territorial do sistema de videomonitoramento. A divisão por lotes garante maior participação de empresas especializadas, evitando-se a necessidade de novas licitações para suprir a demanda.
- 21.2.

Dentro de cada lote, o conjunto de equipamentos e serviços que compõem a solução apresenta natureza integrada e interdependente, razão pela qual não é possível seu fracionamento interno sem comprometer a uniformidade técnica, a padronização, a interoperabilidade dos componentes e o desempenho operacional do sistema. A separação da responsabilidade entre diferentes fornecedores dentro do mesmo lote geraria significativo aumento da complexidade do gerenciamento contratual, dificultando a atuação dos fiscais, especialmente na identificação de falhas e na segregação de responsabilidades entre fornecimento de materiais, instalação, manutenção preventiva e corretiva.
- 21.3.

Dessa forma, o não parcelamento dentro de cada lote justifica-se pela necessidade de que todas as etapas que compõem a solução sejam executadas por um único fornecedor por lote, assegurando unidade de responsabilidade, coerência técnica e redução de riscos associados à fragmentação contratual. Ressalte-se que a licitação resultará em um fornecedor distinto para cada lote, conforme o critério de julgamento de menor preço por lote, inexistindo obrigatoriedade de adjudicação global a uma única empresa.
- 21.4.

A adoção do critério de **MENOR PREÇO POR REGIÃO EM LOTE** justifica-se, portanto, pela necessidade de que cada lote seja executado por um único fornecedor, assegurando unidade de responsabilidade, padronização técnica e integridade da solução no âmbito regional correspondente. Salienta-se que esta medida não implica adjudicação global do objeto a uma única empresa, uma vez que cada lote será disputado de forma independente, permitindo a contratação de fornecedores distintos para as diferentes regiões, sem prejuízo da competitividade.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

- 22.1.

Fica expressamente **vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação**, especialmente considerando que se trata do fornecimento direto de **equipamentos de vídeo monitoramento**.
- 22.2.

Nos termos do disposto no **art. 122, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que por regulamento ou edital de licitação poderá vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. No presente caso, a vedação justifica-se pela necessidade de **controle direto da Administração sobre a responsabilidade técnica e comercial da contratada**, em razão das especificações técnicas sensíveis e da essencialidade da padronização dos equipamentos fornecidos, bem como da garantia de suporte, manutenção e assistência técnica prestados diretamente pelo fornecedor responsável, bem como os locais onde o serviço será prestado são instituições de segurança.
- 22.3.

A proibição tem por finalidade assegurar que a empresa contratada detenha efetivamente **todas as qualificações técnicas, operacionais e comerciais exigidas para a execução do objeto licitado**, respondendo integralmente pela entrega, instalação, configuração, funcionamento, suporte e assistência técnica dos equipamentos. Além disso, a vedação à subcontratação contribui para a **mitigação de riscos operacionais e contratuais**, tais como falhas na cadeia de fornecimento, perda de rastreabilidade das garantias e dificuldade de responsabilização por eventuais inadimplementos.
- 22.4.

Assim, o contratado deverá **executar diretamente todas as etapas do fornecimento**, responsabilizando-se integralmente por eventuais vícios, defeitos ou descumprimentos contratuais, não sendo admitida a transferência a terceiros da execução contratual, ainda que parcial, sob pena de rescisão contratual e demais sanções cabíveis.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
- 23.2.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFIMP, Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, os seus efeitos recaem apenas na esfera administrativa do órgão que a aplicou.
- 23.3.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 23.4.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- 23.5.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- 23.6.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (artigo 155 da Lei 14.133):

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

23.7. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

23.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso;	06	4,0% por dia
3	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	04	1,6% por dia
5	Atrasar, injustificadamente, o início da execução contratual após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço; por ocorrência.	03	0,8% por dia
6	Interromper a execução do objeto sem autorização formal da Administração; por ocorrência.	04	1,6% por dia
7	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços,	05	3,2% por dia
8	Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a vigência contratual, mesmo após notificação; por ocorrência.	03	0,8% por dia
9	Fornecer materiais de qualidade inferior ou não compatível com o objeto do contrato.	05	3,2% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
10	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
12	Disponibilizar equipamentos, insumos dentre outros necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	02	0,4% por dia
13	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
14	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato;	02	0,8% por dia
15	Deixar de substituir, no prazo fixado pela Administração, material ou equipamento recusado pela fiscalização por não atender às especificações técnicas; por ocorrência.	03	0,8% por dia
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	02	0,4% por dia
17	Deixar de apresentar relatórios, documentos técnicos ou comprovações de execução exigidos pela fiscalização; por ocorrência.	02	0,4% por dia
18	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO;	03	0,8% por dia
19	Deixar de atender às determinações formais emitidas pela fiscalização ou gestor do contrato dentro do prazo estabelecido; por ocorrência.	02	0,4% por dia

** Incidente sobre a parcela inadimplida.*

- 23.9. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 23.10. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 23.11. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.13. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 23.14. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 23.15. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 23.16. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.17. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.18. A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da mesma lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 23.19. A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta lei.
- 23.20. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 23.21. A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 23.22. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I - quando aplicada por órgão do poder executivo, será de competência exclusiva de ministro de estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos poderes legislativo e judiciário, pelo ministério público e pela defensoria pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.23. As sanções seguem os parâmetros descritos na Lei 14.133/2021, mesmo que não tenham sido listadas neste termo de referência.

24. **DAS OBRIGAÇÕES**

24.1. **Da Contratante / Gerenciador**

- 24.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 24.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 24.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 24.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou por outro meio, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 24.1.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 24.1.6. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que forem solicitadas pela Contratada;
- 24.1.7. A Administração não responderá por quaisquer **compromissos assumidos pela Contratada com terceiros**, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 24.1.8. Rejeitar as propostas cujas especificações dos equipamentos não atenderem, para cada item, aos requisitos mínimos constantes deste termo de referência.
- 24.1.9. Atender às recomendações da fornecedora e do fabricante, quanto a conservação e o uso dos equipamentos.
- 24.1.10. Liquidar a despesa e efetuar o pagamento à fornecedora, após emissão do termo de recebimento definitivo.
- 24.1.11. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, verificando se estão em conformidade com as especificações, condições e preços pactuados; no que se refere à entrega, garantia, assistência técnica e treinamento.
- 24.1.12. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar a entrega dos mesmos, dentro das normas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 24.1.13. Rejeitar no todo ou em parte os bens fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-lhe imediatamente qualquer irregularidade verificada no que concerne a eventuais imperfeições, falhas ou vícios ou defeitos de qualidade;
- 24.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.
- 24.1.15. Reter créditos e aplicar as sanções cabíveis previstas neste instrumento e na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto.
- 24.1.16. Efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente instrumento bem como prorrogar prazos e aplicar sanções se for o caso.
- 24.1.17. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;
- 24.1.18. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

24.2. **Da Contratada / Fornecedor**

- 24.2.1. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os **acrécimos será de 50% (cinquenta por cento)** (art. 125, da Lei 14.133/2021);
- 24.2.2. Fornecer o objeto deste Termo de Referência à CONTRATANTE, nas condições, prazos e especificações estipulados neste instrumento, responsabilizando-se pela qualidade do objeto.
- 24.2.3. Não deverá ser efetuado pagamento à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela contratante.
- 24.2.4. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante.
- 24.2.5. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 24.2.6. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.
- 24.2.7. O objeto deve estar acompanhado de manuais do usuário; devendo estar acompanhados da versão original e uma versão em português juramentado, em mídia eletrônica e versão impressa.
- 24.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 24.2.9. Substituir, reparar ou corrigir, em 30 dias, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos.
- 24.2.10. **Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade** com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**.
- 24.2.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 24.2.12. A empresa deverá apresentar a CONTRATADA, juntamente com a proposta de preços, relação das empresas fornecedoras dos produtos para a comercialização e procedimentos de assistência técnica e garantia.
- 24.2.13. Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 24.2.14. Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.
- 24.2.15. Comunicar aos representantes da CONTRATANTE, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.
- 24.2.16. Emitir relatório quinzenal sobre a execução do projeto, devendo este ser remetido a Comissão de Fiscalização da CONTRATANTE.
- 24.2.17. Todas as condições e obrigações referentes aos encargos de frete e seguro inerentes ao transporte e armazenamento, do local de origem para o de destino, bem como do pagamento de taxas, impostos, encargos e demais despesas, devidamente previstos na legislação aplicável, serão as expensas da CONTRATADA.
- 24.2.18. A CONTRATADA deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período de 12 meses, ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.
- 24.2.19. Colocar à disposição da CONTRATANTE, durante a execução do projeto, todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos equipamentos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas.
- 24.2.20. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo à SESDEC/RO, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Termo de Referência e/ou do Contrato
- 24.2.21. Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.
- 24.2.22. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a CONTRATADA pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.
- 24.2.23. Considerando a atipicidade da atividade fim desempenhada pela SESDEC/RO, a CONTRATADA deverá apresentar relação nominal sempre atualizada, contendo o número da carteira de identidade e do CPF, das pessoas indicadas/autorizadas a ingressarem nas dependências dos Órgãos de Segurança para prestar os serviços de manutenção e assistência técnica nos equipamentos.
- 24.2.24. A CONTRATADA obriga-se a tratar como “SEGREDOS COMERCIAIS E CONFIDENCIAIS” todos os produtos e subprodutos relativos aos serviços contratados.
- 24.2.25. Designar responsável(is) técnico(s) para efetuar(em) a entrega e acompanhar(em) o recebimento do objeto.
- 24.2.26. Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste certame.
- 24.2.27. Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.
- 24.2.28. Incluir em seu preço todos os impostos, taxas e outros, e ainda, o custo do transporte/frete, para entrega no local de recebimento provisório.
- 24.2.29. **Apresentar proposta de preço com prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias.**
- 24.2.30. As despesas referentes aos equipamentos ou componentes substituídos, transporte, impostos e seguros, são de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo quaisquer ônus para a Administração.
- 24.2.31. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 24.2.32. No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.
- 24.2.33. A fornecedora deverá entregar, juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.
- 24.2.34. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, riscos, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos equipamentos até o local de sua efetiva entrega;
- 24.2.35. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 24.2.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

25. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 25.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – **SUPEL**, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.
- 25.2. Conforme preconiza o Art. 122, do Decreto Estadual 28.874/2024, que diz:

Art. 122. Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:
I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;
[...]
VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

25.3. Conforme Art. 122 do Decreto Estadual 28.874/2024, caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – **SUPEL** a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

26. DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR E DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – **SUPEL** a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.
- 26.2. As obrigações do gerenciador da ata se encontram no **Art. 122 do Decreto Estadual nº. 28.874, de 25 de janeiro de 2024**, conforme versa abaixo:

Art. 122. Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:
I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;
II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;
IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;
V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;
VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;
VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;
IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;
XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;
XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
§ 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.
§ 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.
§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.
- 26.3. Em conformidade com o disposto no art. 42, §1º, VII, do Decreto Estadual nº 28.874, de 2024, a detentora da ata de registro de preços deverá:

Art. 42. O termo de referência é documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados a aquisições de bens e contratação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia, quando possível, devendo os demais casos observar a obrigatoriedade de elaboração de projeto básico, excetuando-se a hipótese prevista no § 1º do artigo anterior devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:
§1º Nos casos de contratação utilizando o Sistema de Registro de Preços, além dos requisitos elencados no caput, o termo de referência deverá conter:
VII - obrigações da detentora da ata, exceto quando corresponderem àquelas previstas em instrumentos padronizados a serem utilizados na licitação, hipótese em que deverão ser descritas apenas as obrigações específicas relativas ao objeto pretendido.
- 26.3.1. Cumprir os prazos de entrega dos itens contratados, conforme estabelecido na ata e no Termo de Referência.
- 26.3.2. Manter a qualidade e as especificações dos produtos/serviços, conforme previamente acordado e detalhado no edital e na ata.
- 26.3.3. Apresentar relatórios de fornecimento e desempenho sempre que solicitado pelos órgãos/entidades participantes.
- 26.3.4. Notificar imediatamente os órgãos/entidades participantes sobre quaisquer dificuldades que possam comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.
- 26.3.5. Atender às demandas dos órgãos/entidades participantes, conforme a necessidade de aquisição, respeitando as condições e limites estabelecidos.

26.3.6. O não cumprimento das obrigações aqui estabelecidas poderá acarretar penalidades, conforme a legislação vigente e as disposições do Termo de Referência.

27. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E MODO DE DISPUTA**

27.1. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021 no seu Artigo 28, inciso I, trata dos tipos de modalidades de licitações, conforme a seguir:

Art. 28. São modalidades de licitação:
I - pregão;
II - concorrência;
III - concurso;
IV - leilão;
V - diálogo competitivo. (grifo nosso)

27.1.1. Ainda, o Decreto Estadual Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024 regulamentou a lei no texto expresso no Artigo 42, inciso XIII e o Artigo 45, inciso I, a seguir:

Art. 42. O termo de referência é documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados a aquisições de bens e contratação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia, quando possível, devendo os demais casos observar a obrigatoriedade de elaboração de projeto básico, excetuando-se a hipótese prevista no § 1º do artigo anterior devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:
[...]
XIII - modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa, apresentando motivação sobre a adequação e eficiência da combinação desses parâmetros; (grifo nosso)
[...]
Art. 45. Além dos elementos constantes do art. 6º, inciso XXIII e do art. 40, § 1º, para o termo de referência, e do art. 6º, inciso XXV, para o projeto básico, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os referidos documentos deverão:
I - indicar a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa, devendo ser demonstrada a adequação da eleição tendo em conta a necessidade de selecionar a proposta idônea a garantir a contratação mais vantajosa para a Administração, considerado todo o ciclo de vida do objeto; (grifo nosso)

27.1.2. Nessa contratação a modalidade de licitação será através do **PREGÃO**.

27.2. O julgamento das Propostas de Preços do fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** com adjudicação **POR LOTE que foram fragmentados em regiões**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Termo de Referência.

27.3. O Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, em seu Artigo 42, inciso XIII e Artigo 45, inciso I, trouxe a regulamentação do artigo supracitado que no Termo de Referência deve constar o modo de disputa. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021 no seu Artigo 56, incisos I e II e parágrafos expressa o seguinte:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:
I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;
II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação

27.3.1. Para esta contratação fica estabelecido que o modo de disputa será preferencialmente **aberto**, em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de **lances públicos, sucessivos e decrescentes**.

27.4. A empresa vencedora do certame deverá apresentar suas propostas com os custos detalhados por região onde serão instalados os itens que a administração pública busca adquirir. Este detalhamento deve incluir todos os custos envolvidos, tais como transporte, instalação, mão de obra, e qualquer outro custo adicional específico de cada localidade.

28. **DA HABILITAÇÃO**

28.1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva

28.2. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- g) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

28.3. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme previsão no **artigo 69 inciso II da lei nº 14.133/2021**.
- b) Balanço Patrimonial, referente aos últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de no mínimo **5% (cinco por cento)** do valor estimado do lote que o licitante estiver participando.
- c) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
- d) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- f) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- g) As regras descritas nas alíneas "c" e "d", deste subitem deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s)
- h) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

28.4. **Outras declarações**

28.4.1. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as disposições legais.

28.4.2. Deverá ainda apresentar as declarações constantes no rol do **Art. 63 da Lei 14.133/2021 para habilitação**:

28.4.3. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:
I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
[...]
IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.
§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

28.4.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

28.4.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

28.4.6. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

28.4.7. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente;

28.4.8. Apresentar a Declaração de ME/EPP;

28.4.9. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital;

28.4.10. Apresentar a Declaração de Menor. Apresentar a Declaração Independente de Proposta;

28.4.11. Apresentar a Declaração de Acessibilidade. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem;

28.4.12. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

29. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: BASE LEGAL: ART. 67,C/C §§ 1º E 2º DA LEI FEDERAL 14.133/2021.**

29.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade nos termos do (Art. 67 da Lei nº 14.133/21, art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/21; art. 37, inciso XXI da Constituição Federal),

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

[...]

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

[...]

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

29.2. Considerando os valores das aquisições, as empresas deverão apresentar **Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;**

29.3. Entende-se por pertinente e compatível em características o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância do objeto desta licitação, quais sejam **pelo fornecimento sistema de videomonitoramento**, em conformidade com a proposta apresentada, **ou outro com a mesma complexidade tecnológica ou superior** em conformidade com a proposta apresentada, na quantidade correspondente a no mínimo **10% (dez por cento)** do quantitativo total do lote/item que apresentar proposta.

29.4. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA: a parcela de maior relevância e valor significativo dos lotes desta licitação ficam determinadas na forma abaixo:

a) **Câmera TIPO 2 - BULLET;**

b) **Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV**

29.5. Considerando a natureza e a proporção dos objetos a serem licitados e, também, a necessidade de assegurar a execução por empresa com comprovada experiência na prestação de serviços e o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento, fixou-se o percentual mínimo de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do lote/item como parâmetro para aferição da capacidade técnico operacional. Tal percentual é considerado adequado e proporcional, pois permite verificar a experiência prática do licitante com a **parcela de maior relevância**, composta pelos equipamentos principais que exigem maior domínio técnico. A adoção desse percentual é proporcional para que empresas que possuam a capacidade de fornecer tais equipamentos possam concorrer, assegurando competitividade e, ao mesmo tempo, a contratação de fornecedor que detenha experiência compatível com a complexidade tecnológica e operacional exigida no presente certame.

29.6. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

29.7. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

29.8. Caso o atestado esteja em língua estrangeira o mesmo deverá ser submetido a um processo de tradução juramentada.

29.9. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável emitente (autoridade máxima da instituição ou ordenador de despesa).

29.10. A LICITANTE poderá apresentar tantos Atestados de Capacidade Técnica quantos julgar necessários.

29.11. **Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

30. **DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP**

30.1. Considerando que o objeto envolve itens que compõem uma solução integrada, a abertura da cota de ME e EPP neste certame ensinaria na contratação de diversos fornecedores em um mesmo lote, o que poderia acarretar **riscos de perda da garantia e de responsabilização solidária**, especialmente no caso de falhas técnicas ou incompatibilidades entre os equipamentos e sistemas fornecidos. Assim, a restrição ao tratamento diferenciado de ME e EPP mostra-se medida necessária para mitigar riscos operacionais, assegurar a continuidade da prestação dos serviços e resguardar o interesse público, nos termos do art. 49, III, da LC nº 123/2006 e do art. 4º, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

30.2. A fragmentação do objeto poderia comprometer a padronização técnica, dificultar a gestão contratual e elevar os custos administrativos, além de gerar entraves no acompanhamento e responsabilização pela execução integral do fornecimento. Deste modo, **neste certame, não será observado a legislação pertinente a participação de Microempresa - ME e Empresa de pequeno porte - EPP** (arts. 47 e 48 da LC 123/06), conforme disposto no art. 49, inc. III, da Lei Complementar 123/06 e art. 4º, §1º, I da Lei 14.133/2021, visto que poderá ocasionar em prejuízos para a Administração o parcelamento do item/lote.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

[...]

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

31. **DA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS REUNIDAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO**

31.1. Fica expressamente **vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio** na presente licitação.

31.2. Tal vedação encontra amparo no caput do **art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que dispõe que a participação de consórcios em licitações **depende de justificativa da Administração Pública**, a quem compete avaliar a conveniência e a viabilidade técnica da união de empresas para execução do objeto contratual. Neste caso específico, **não se justifica a admissão de consórcios**, tendo em vista que o objeto a ser contratado **não apresenta grau de complexidade técnica que exija a conjunção de expertises complementares ou a divisão de especialidades**, tampouco demanda vultosos investimentos financeiros que justifiquem a reunião de capacidades econômicas de diferentes entes privados.

31.3. A Administração, com fundamento no **Acórdão TCU nº 1.316/2010 – Plenário**, exerce, portanto, **sua prerrogativa discricionária e motivada de não admitir a participação de consórcios**, uma vez que o objeto licitado **pode ser perfeitamente executado por uma única empresa ou entidade**, individualmente habilitada para tal fim.

31.4. Adicionalmente, em situações em que os objetos a serem contratados exigem **padronização e compatibilidade técnica**, como é o caso de aquisições com necessidade de uniformidade de marca ou modelo para garantir a interoperabilidade entre componentes, a vedação à formação de consórcios se mostra **ainda mais necessária**, sob pena de se comprometer a funcionalidade, a manutenção e a eficácia do fornecimento ou da prestação dos serviços, o que poderia prejudicar a continuidade e a qualidade das atividades institucionais da Administração.

32. **MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

32.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em ato contínuo, após a assinatura do contrato deverá ser nomeada a comissão.

32.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

32.3. Na fase de apresentação comercial, deverá ser apresentada a marca e modelo do objeto ofertado, bem como os custos com a capacitação a ser realizada na cidade de Porto Velho/RO.

32.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

32.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

32.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

33. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

33.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

33.2. A SESDEC, conforme disposto no Art. 117, § 1º e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, designará um representante para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais desta contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

33.3. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

33.4. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

33.5. **Fiscalização Técnica:**

33.5.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

33.5.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

33.5.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

33.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

33.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

33.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

33.6. **Fiscalização Administrativa:**

33.6.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

- 33.6.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 33.7. **Gestor do Contrato:**
- 33.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 33.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 33.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 33.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 33.7.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

34. **AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 34.1. Na fase de apresentação comercial, deverá ser apresentada a marca e modelo do objeto ofertado, bem como os custos com a capacitação a ser realizada na cidade de Porto Velho/RO.
- 34.2. O início da execução contratual se dará após a assinatura do Contrato, ficando vedado estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada.
- 34.3. A duração do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como marco a assinatura do contrato.
- 34.4. O objeto do certame deverá possuir **garantia de no mínimo 12 (doze) meses** quanto ao seu funcionamento, bem como manutenção em razão de eventuais problemas técnicos de fábrica, ou vícios. Prevalecendo a garantia da Contratada se esta for superior, observados ainda a garantia legal, Lei nº 8.078/1990.
- 34.5. Será designada pela contratante equipe de fiscalização de contratos, que deverá ser composta por Integrante Técnico e Integrante Administrativo do Contrato, Gestor de Contrato e seus suplentes, podendo, à critério da contratante, designar pessoal do quadro das próprias Instituições usuárias dos sistemas.
- 34.6. Em ato contínuo, após a assinatura do contrato deverá ser nomeada a comissão.
- 34.7. Todas as despesas de manutenção durante e período de Garantia ocorrerão por conta da empresa contratada.
- 34.8. Após convocação, **a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder a assinatura do contrato**, sob pena dos efeitos da lei.

35. **RESCISÃO DO CONTRATO**

- 35.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 35.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 35.3. A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

d) A extinção determinada por ato unilateral da administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 35.4. A extinção determinada por ato unilateral da administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta lei, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 35.5. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da administração pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à administração pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 35.6. As condições gerais para a rescisão de contrato estão regidas na Lei nº 14.133 de 2021.

36. **DA JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇO**

- 36.1. O Sistema de Registro de Preços - SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens para contratações futuras.
- 36.2. O registro de preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.
- 36.3. Vale salientar que esse procedimento de compra é adequado, pois não há obrigatoriedade da contratação e a Administração poderá efetivar a contratação somente quando houver a necessidade. As hipótese para sua realização, está disciplinada na **Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 28.874/2024**.
- 36.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição do Objeto deste Termo de Referência, enquadra-se, também, no **Decreto 28.874**, de 25 de janeiro de 2024, que prevê as hipóteses de utilização em seu **Art. 116**, in verbis:

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

- 36.5. A presente aquisição visa atender ao programa de governo do Estado tanto a nível de aparelhamento quanto a promoção de meios tecnológicos voltados a melhoria da segurança pública através dos recursos do Fundo Nacional de Segurança pública. Nesse sentido, convém esclarecer que os objetos serão solicitados conforme a liberação orçamentária e a necessidade de cada unidade, observando a previsão das entregas parceladas, controle de estoque e o planejamento organizacional, nos termos da Lei 14.133/21.
- 36.6. Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública.
- 36.7. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma de pregão presencial e eletrônico. Tal modalidade agilizou o processo licitatório, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam no planejamento organizacional.
- 36.8. Isso posto, conclui-se, à luz do acima exposto, que a forma legal e mais eficiente para a presente contratação justifica-se na adoção do Sistema de Registro de Preços, com enquadramento no **art. 116, inciso III, do Decreto nº 28.874/2024**, por se tratar de **objeto destinado ao atendimento de mais de um órgão**, notadamente o **Centro Integrado de Operações Policiais – CIOP** e as **Unidades Integradas de Segurança Pública – UNISPs** do Estado de Rondônia.

37. **DA DISPENSA DA VEICULAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 37.1. Conforme o Art. 117 do Decreto Estadual nº 28.874/24, a Intenção de Registro de Preços (IRP) deve ser publicada como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para possíveis órgãos ou entidades interessadas.
- 37.2. De acordo com o inciso I do § 2º do Art. 117 do Decreto Estadual nº 28.874/24, a publicação da IRP pode ser dispensada quando a natureza do objeto se relaciona exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame. Neste caso específico, a contratação dos itens necessários é de interesse exclusivo do órgão solicitante, dado que as especificações técnicas e operacionais dos itens estão diretamente vinculadas às particularidades das operações do órgão.
- 37.3. A inviabilidade, neste contexto, se deve ao fato de que: **A contratação em questão possui requisitos técnicos e operacionais específicos** (contratação de videomonitoramento das UNISPs e CIOP conforme ETP e levantamento das áreas de coberturas das unidades), **os quais são melhores atendidos através de um procedimento de contratação específica** (que atenda especificamente as unidades conforme estudo apresentado), **sem a necessidade de participação de outros órgãos ou entidades**.

38. **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP)**

- 38.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14.133/2021 e art. 125 do Decreto 28.874/2024, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade.
- 38.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos respectivos instrumentos convocatórios, observado o art. 84 da Lei 14.133/2021.
- 38.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
- 38.4. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 38.5. Homologado o resultado da licitação, a Ata de Registro de Preços será publicada na Imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação. (redação do caput do **art. 128**, dada pelo **Decreto Estadual nº 28.874** de 25/01/2024).
- 38.6. A publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 38.7. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 38.8. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 38.9. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, ou emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme preceitua a legislação.
- 38.10. Os órgãos participantes do registro de preços, além de observarem o disposto na Lei 14.133 de 2021 e regulamentações decorrentes, deverão instruir seus processos de contratação com a cópia, no mínimo, dos seguintes documentos:

a) Termo de Participação;

b) Edital de licitação e seus anexos;

c) ARP;

d) Minuta de contrato, se for o caso.
- 38.11. Eventuais alterações no contrato e demais instrumentos referidos no caput obedecerão às disposições contidas na Lei 14.133 de 2021.
- 38.12. A Administração poderá aceitar que o beneficiário entregue para o item ou lote produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou fato superveniente à licitação, e desde que o produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.
- 38.13. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

39. **DA ADESÃO**

- 39.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 39.2. Conforme preceitua o **Decreto 28.874/2024**, em seu Art. 124, diz que:

Art. 124. A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador.

§ 1º A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ 2º O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

§ 4º A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ 5º As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

IV - autorização expressa do órgão gerenciador;

V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

§ 6º A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

§ 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.

§ 8º É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.
- 39.3. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 39.4. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

40. **DO REAJUSTE DO CONTRATO**

- 40.1. Conforme expressa o art. 154 do Decreto 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.
- 40.2. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano, conforme previsão expressa no art. 154, §8º, do **Decreto nº 28.874/2024**.

§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.
- 40.3. Em caso de pedido do reajuste para corrigir a desvalorização da moeda em virtude da inflação, dar-se-á por índices específicos calculado conforme o Índice Geral de Preços - Mercado (IGPM), com base no Artigo 25, § 8º, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021 e a regulamentação do Artigo 154, caput, § 2º do Decreto Estadual Nº 28.874/2024, a seguir:

Art. 154.O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

[...]

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.
- 40.4. Caso haja prorrogação do contrato, o contratado deverá ressalvar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão de acordo com o §3º do artigo 154 do **Decreto 28.874/24**.
- 40.5. Os demais parâmetros para a realização de reajuste, repactuação ou revisão de preços estão previstos no **Decreto Estadual nº 28.874**, de 25 de Janeiro de 2024 e na **Lei 14.133/21**.

41. **DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA**

- 41.1. Em conformidade com o **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, as alterações na Ata de Registro de Preços devem observar rigorosamente os limites legais, não podendo resultar em aumento dos quantitativos registrados, conforme previsto no **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021**. Qualquer alteração contratual decorrente do registro de preços deve seguir as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicáveis os limites legais de acréscimos e supressões ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.
- 41.2. **Revisão e Alteração dos Preços Registrados**
- 41.2.1. Os preços registrados poderão ser revisados ou alterados nas seguintes situações:

I - **Fato Superveniente e Adequação ao Mercado:** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores para negociação, visando à redução dos preços registrados para adequá-los aos valores de mercado. Caso o fornecedor se recuse a reduzir seus preços, ele será liberado dos compromissos assumidos, sem a imposição de penalidades administrativas. A redução do preço registrado deverá ser comunicada aos órgãos que formalizaram contratos baseados no respectivo registro, permitindo que avaliem a necessidade de revisão dos preços contratados.

II - **Elevação do Preço de Mercado:** Se o preço de mercado se elevar além dos preços registrados, e o fornecedor demonstrar, por meio de planilhas de custos e documentação comprobatória, a inviabilidade de cumprimento das obrigações conforme as condições originalmente pactuadas, o fornecedor poderá requerer a atualização do preço registrado. Cabe ao órgão gerenciador a análise e deliberação sobre o pedido, com base nos requisitos estabelecidos no artigo 135 do Decreto. Na ausência de comprovação efetiva da necessidade de atualização, o pedido será indeferido, e o fornecedor permanecerá obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades cabíveis.

III - **Força Maior, Caso Fortuito ou Fato do Príncipe:** Nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, será permitida a revisão dos preços registrados. A revisão deverá ser instruída adequadamente, cabendo ao órgão gerenciador da ata conduzir as negociações necessárias com os fornecedores, conforme previsto no artigo 133 do Decreto.

IV - **Criação, Alteração ou Extinção de Tributos ou Encargos:** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados, poderá ser solicitada a revisão dos preços, desde que o pedido seja devidamente instruído com a documentação comprobatória correspondente.

V - **Reajustamento e Repactuação:** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, poderá ser realizada a revisão dos preços. No caso de reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 41.3. **Procedimentos em Caso de Revisão ou Alteração**
- 41.3.1. **Comunicado aos Órgãos Contratantes:**

a) Qualquer alteração no preço registrado deverá ser comunicada aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, conforme o artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 41.4. **Convocação de Fornecedores do Cadastro de Reserva:**

a) Caso o registro de preços seja cancelado, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva para assumir o fornecimento nas condições registradas, ou, na ausência de cadastro de reserva, convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura da ata, respeitando os valores estimados para a contratação.
- 41.5. Tais diretrizes asseguram que quaisquer alterações na Ata de Registro de Preços sejam realizadas em conformidade com as normas legais, garantindo a integridade e a transparência do processo, em conformidade com os artigos 132 ao 135 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

42. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 42.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 42.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante

- 42.3.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 42.4.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 124,§2º, do Decreto 28.874/24.

§ 2º O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 42.5.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 42.6.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

43. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 43.1.

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 43.2.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 43.3.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa
- 43.4.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 43.5.

Nos termo do **Art. 136, do Decreto 28.874/24**, O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

§ 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

44. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

- 44.1.

A sustentabilidade ambiental da Contratada no cumprimento das normais ambientais vigente, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- 44.2.

A Contratada no decorrer dos serviços deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente e ao ambiente público;
- 44.3.

Caso ocorra danos passivo ao meio ambiente em decorrência da execução dos serviços desta licitação, deverá a Contratada assumir as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para corrigir os danos causados;
- 44.4.

A Contratada deverá cumprir o que dispõe a legislação vigente, o Art. 144 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021 que expressa que os serviços contratados devem segui os padrões e critérios de qualidade e sustentabilidade ambiental, vejamos na íntegra:

Art. 144. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.

45. DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 45.1.

As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, bem como os princípios de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

46. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 47.1.

O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data do início de sua assinatura, na forma do art. 105 da lei nº 14.133 de 2021, podendo ser objeto de prorrogação para fins de cumprimento do objeto.
- 47.2.

O prazo de **vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses**, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 47.3.

A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos respectivos instrumentos convocatórios, observado do art. 84 da Lei 14.133/2021.
- 47.4.

Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

48. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 48.1.

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 48.2.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais(LGPD).
- 48.3.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 48.4.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 48.5.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei nº 13.709/2018 é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 48.6.

É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 48.7.

O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 48.8.

O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 48.9.

O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 48.10.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados conforme art. 37 da Lei nº 13.709/2018, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 48.11.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 48.12.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 48.13.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à autoridade nacional.

49. DO JUÍZO DE ARBITRAGEM

- 49.1.

Conforme Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/2021, A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

50. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

- 50.1.

Em atendimento ao disposto no art. 7º, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 3º, §4º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, declara-se que, no presente processo de contratação, será assegurada a segregação de funções entre os agentes públicos responsáveis pelas etapas de **planejamento, na condução da licitação, julgamento, decisão/homologação e fiscalização contratual**, de forma a garantir a legalidade, a transparência e o controle institucional.
- 50.2.

Ressalta-se que as designações dos responsáveis por cada etapa serão formalizadas oportunamente, observando-se a necessária distinção de atribuições e a ausência de conflitos de interesse, com o objetivo de garantir a legalidade, a transparência, o controle institucional e a impessoalidade da contratação.

51. DA MATRIZ DE RISCO

- 51.1.

Conforme preceitua o art. 22 da Lei nº 14.133/2023, a matriz de risco se faz necessária tendo em vista o fato de mitigar as possíveis ocorrências tanto na esfera econômica, como eventuais sinistros que possam vir a ocorrer, garantindo, assim, a maior seguridade para esta Administração Pública. Neste viés, foi produzido o documento de Matriz de Risco 3, conforme Id. ([0064789874](#)).

52. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 52.1.

Neste processo licitatório, será observada a vedação expressamente prevista no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, conforme transcrito abaixo:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação**; (grifo nosso)
- 52.2.

Este dispositivo visa assegurar a imparcialidade e a transparência no processo licitatório, prevenindo conflitos de interesse entre os participantes e os responsáveis pela condução do processo.
- 52.3.

Ademais, a Administração poderá utilizar da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007/2017 e Lei n. 9.307/1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129/2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11 da Lei Estadual 4.007, de 28 de março de 2017.
- 52.4.

As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente projeto serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

53. FORO

Confecção do TR: DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR Assessor	Elaboração técnica: RÔNEGA SANTOS COSTA Integrante Técnico CIOP	Elaboração técnica: IGOR DA SILVA CRUZ Chefe de Núcleo Gerência de Tecnologia da SESDEC	Revisão técnica administrativa: JACKSON ROBLEDO D. Gerente do Fundo Estadual de S
Aprovação pelo Ordenador de Despesa: JOSE HELIO CYSNEIROS PACHÁ Secretário da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC			

ANEXO I - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I - DESCRITIVO TÉCNICO

PARA QUE SEJA TOTALMENTE EFETIVA A SEGURANÇA PERIMETRAL DAS UNISPS E CIOP SE FAZ NECESSÁRIA A PRESENÇA DE 6 (SEIS) ELEMENTOS:

1- Equipamentos de monitoramento, 2 - Sistema de Monitoramento, 3 - Sistema de Armazenamento, 4 - Serviço de Instalação, 5 - Treinamento e 6 - Manutenção da solução.

a) Equipamentos de monitoramento são compostos praticamente por 3 (três) tipos de câmeras, escolhidos tecnicamente pela a capacidade de captura e localização no ambiente das UNISPS.

b) Equipamentos de Armazenamento são composto por NVR, Switch PoE – 24 Portas, Monitor LCD “25”, Rack 19” 12U’s, Nobreak 1.5 KVa;

c) Sistema de monitoramento e o software de monitoramento e gerenciamento;

d) Serviço de Instalação e composto pelo a instalação de todos os equipamentos, e configuração dos equipamentos e software;

e) Treinamento da equipe técnica;

f) Manutenção da solução e cuidado com vistas a conservação e bom funcionamento da solução, bem como na correção de uma parada parcial ou total.

Com o monitoramento remoto em tempo real por imagens através de câmeras implantadas no perímetro interno e externo das unidades, aumentará a segurança paras os servidores e a população, implantação de câmeras nas unidades também facilitará a gestão interna dos responsáveis na movimentação de pessoas durante os dias úteis, facilitarão a gestão de segurança patrimonial.

A câmeras a serem instaladas no perímetro interno e externo fazem a captura das imagens em tempo real, além de detectar movimento no ambiente selecionado, informando através de alarme visual em monitor instalado na recepção da UNISP e do CIOP. Todas as imagens são gravadas em NVR, que é utilizado para gerenciar e gravar imagens de câmeras IP em sistemas de vídeo-segurança. O gerenciamento das imagens é realizado pelo um software profissional para monitoramento e gerenciamento de câmeras de seguranças.

Após a instalação de todo o parque de videomonitoramento, a empresa contratada deverá fornecer treinamento técnico para operação do sistema bem como, as configurações aplicadas nas UNISPs.

As manutenções preventivas e corretivas serão realizadas pela empresa contratada, tendo a responsabilidade de manter o sistema funcionando em sua totalidade, conforme previsto no item de Manutenções Preventiva e Corretiva nas Especificações técnicas.

TABELA I

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS POR UNISPs E CIOP

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD UNIS GRANDE PORTE	CIOP	QTD UNIS PEQUENO PORTE
1	Câmera TIPO 1 - DOME	07 (42)	-	03 (33)
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	12 (72)	20	06 (66)
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	01 (6)	04	01 (11)
4	NVR - TIPO I	-	01	-
5	NVR - TIPO II	-	-	01 (11)
6	NVR - TIPO III	01 (6)	-	-
7	NVR - TIPO IV	01 (6)		01 (11)
8	Switch PoE – 24 Portas	01 (6)	02	01 (11)
9	Monitor LCD 25”	01 (6)	01	01 (11)
10	Rack 19” 12U’s	01 (6)	01	01 (11)
11	Nobreak 1.5 KVa	01 (6)	01	01 (11)
12	Smart TV 65”	01 (6)	04	01 (11)
13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	20 (120)*	24	10 (110)*
14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	01 (6)	-	-
15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	-	-	01 (11)
16	Instalação e Programação CIOP	-	01	-
17	Treinamento	01 (6)	01	01 (11)
18	Serviço de Manutenção UNISP Pequeno Porte	-	-	01 (11)
19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	01 (6)	-	-
20	Serviço de Manutenção CIOP	-	01	-

TABELA II

QUANTIDADE TOTAL DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD UNIDADE
1	Câmera TIPO 1 - DOME	75
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	158
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	21
4	NVR - TIPO I	1
5	NVR - TIPO II	11
6	NVR TIPO III	6
7	NVR - TIPO IV	17
8	Switch PoE – 24 Portas	19
9	Monitor LCD 25”	18
10	Rack 19” 12U’s	18
11	Nobreak 1.5 KVa	18
12	Smart TV 65”	21
13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	254
14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	11
15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	06
16	Instalação e Programação CIOP	01
17	Treinamento	18
18	Serviço de Manutenção UNISPS Pequeno Porte	11
19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	6
20	Serviço de Mantutenção CIOP	01

*A quantidade do item 12 - Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV, está vinculado a quantidade câmeras das UNISP's, ou seja, cada câmera necessitará uma licença de uso.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

CÂMERA TIPO 1 - DOME

53.2.1. O objeto deverá ter no mínimo:

53.2.2. Dispositivo de captura de 1/2.8, resolução de 2.0Mp com 30fps e sistema de varredura progressiva.

53.2.3. Deve ser formato Dome.

53.2.4. Possuir lente fixa ou varifocal de 3mm ou menor.

53.2.5. Iluminação mínima de 0.14 Lux em modo colorido e 0 Lux em modo Preto & Branco.

53.2.6. Deverá possuir iluminação IR para 30 metros.

53.2.7. Possuir velocidade de obturador de 1/30 a 1/12,000s.

53.2.8. Deve possuir 512MB RAM e 256MB ROM.

53.2.9. Deve possuir no mínimo 3 streams. independentes.

53.2.10. Deve possuir as compressões H.264, H.265 e MJPEG.

53.2.11. Deve estar em conformidade com o padrão ONVIF com os perfis G,S e T, devendo ter a seguinte funcionalidade Secure Streaming: Sim. Todas as comprovações devem ser feitas através do site oficial da onvif pelo endereço <https://www.onvif.org/conformant-products/>. Não serão aceitas carta de fabricante para comprovação desse requisito.

53.2.12. Função Day/Night com remoção de filtro infravermelho.

53.2.13. A câmera deve possuir alcance dinâmico estendido WDR de 120dB.

53.2.14. Deve possuir tecnologia de controle dinâmico do comprimento de GOV (Group of video), em função da movimentação dos objetos na cena;

53.2.15. Deve possuir tecnologia de controle dinâmico do fotograma FPS (Fotos Por Segundo), em função da movimentação dos objetos na cena;

53.2.16. Deve ser compatível com os métodos de transmissão Unicast e Multicast. Sendo no modo unicast com conexões simultâneas de no mínimo 05 usuários.

53.2.17. Deve possuir compensação de luz de fundo BLC e SSDR.

53.2.18. Deve possuir função de espelhamento de imagem (Mirror);

53.2.19. Deve possuir formato corredor sem interferir na estética da câmera. Deve implementar o formato de imagem que permite um stream de vídeo orientado verticalmente, em formato retrato, com taxa de proporção 9:16 para monitoramento de corredores, evitando a captura e o armazenamento de imagens de áreas desnecessárias ao monitoramento, como as paredes vazias, permitindo um melhor uso da largura de banda e do espaço disponível para o armazenamento dos vídeos;

53.2.20. Deve possuir correção de distorção da lente;

53.2.21. Deve possuir interface de rede, conexão através de RJ45.

53.2.22. Deve suportar os seguintes protocolos de rede: DNS, DDNS, RTP, RTSP, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, NTP, UPnP, SNMPv1/v2/v3(MIB-2), SMTP, SSL/TLS, ARP, IGMP, QoS, UDP.

53.2.23. Permitir a implementação de autenticação de login HTTPS (SSL), autenticação de login Digest, filtragem de endereço IP, registro de acesso do usuário e autenticação 802.1x (EAP-TLS);

53.2.24. Deve possuir grau de proteção IP66.

53.2.25. Deve possuir CE, VCCI e FCC.

53.2.26. Deve comprovar estar em conformidade com o NDAA;

53.2.27. Deve ser fornecido com cartão de memória de no mínimo 32GB;

53.2.28.	Deve possuir análise de vídeo embarcada ou através da simples adição de licença, composta de detecção de sabotagem, detecção de movimento, cruzamento de linha virtual, detecção de direção, área de intrusão e área de entrada e saída;
53.2.29.	Deve comprovar que o produto está homologado pelo sistema de videomonitoramento ofertado.
53.2.30.	Fabricante deve possuir empresa de assistência técnica autorizada no Brasil.
53.2.31.	Deve possuir 5 (cinco) anos de garantia contra defeitos de fabricação.
53.2.32.	Modelos de referência - Axis M3125-LVE, Wisenet Anv-l6012r, Bosch Nde-3512al ou similar técnico desde que especificações atendam as especificações técnicas acima.
53.3.	CÂMERA TIPO 2 - BULLET
53.3.33.	Dispositivo de captura de 1/2.8, resolução de 2.0Mp com 30fps e sistema de varredura progressiva.
53.3.34.	Deve ser formato Bullet.
53.3.35.	Possuir lente fixa ou varifocal de 3mm ou menor.
53.3.36.	Iluminação mínima de 0.07 Lux em modo colorido e 0 Lux em modo Preto & Branco.
53.3.37.	Deverá possuir iluminação IR para 30 metros.
53.3.38.	Possuir velocidade de obturador de 1/30 a 1/12,000s.
53.3.39.	Deve possuir 512MB RAM e 256MB ROM.
53.3.40.	Deve possuir no mínimo 3 streams.independentes.
53.3.41.	Deve possuir as compressões H.264, H.265 e MJPEG.
53.3.42.	Deve estar em conformidade com o padrão ONVIF com os perfis G,S e T, devendo ter a seguinte funcionalidade Secure Streaming: Sim. Todas as comprovações devem ser feitas através do site oficial da onvif pelo endereço https://www.onvif.org/conformant-products/ . Não serão aceitas carta de fabricante para comprovação desse requisito.
53.3.43.	Função Day/Night com remoção de filtro infravermelho.
53.3.44.	A câmera deve possuir alcance dinâmico estendido WDR de 120dB.
53.3.45.	Deve possuir tecnologia de controle dinâmico do comprimento de GOV (Group of video), em função da movimentação dos objetos na cena;
53.3.46.	Deve possuir tecnologia de controle dinâmico do fotograma FPS (Fotos Por Segundo), em função da movimentação dos objetos na cena;
53.3.47.	Deve ser compatível com os métodos de transmissão Unicast e Multicast. Sendo no modo unicast com conexões simultâneas de no mínimo 05 usuários.
53.3.48.	Deve possuir compensação de luz de fundo BLC e SSDR.
53.3.49.	Deve possuir função de espelhamento de imagem (Mirror);
53.3.50.	Deve possuir formato corredor sem interferir na estética da câmera: Deve implementar o formato de imagem que permite um stream de vídeo orientado verticalmente, em formato retrato, com taxa de proporção 9:16 para monitoramento de corredores, evitando a captura e o armazenamento de imagens de áreas desnecessárias ao monitoramento, como as paredes vazias, permitindo um melhor uso da largura de banda e do espaço disponível para o armazenamento dos vídeos;
53.3.51.	Deve possuir correção de distorção da lente;
53.3.52.	Deve possuir interface de rede, conexão através de RJ45.
53.3.53.	Deve suportar os seguintes protocolos de rede: DNS, DDNS, RTP, RTSP, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, NTP, UPnP, SNMPv1/v2/v3(MIB-2), SMTP, SSL/TLS, ARP, IGMP, QoS, UDP.
53.3.54.	Permitir a implementação de autenticação de login HTTPS (SSL), autenticação de login Digest, filtragem de endereço IP, registro de acesso do usuário e autenticação 802.1x (EAP-TLS);
53.3.55.	Deve possuir grau de proteção IP66.
53.3.56.	Deve possuir CE, VCCI e FCC.
53.3.57.	Deve comprovar estar em conformidade com o NDAA;
53.3.58.	Deve ser fornecido com cartão de memória de no mínimo 32GB;
53.3.59.	Deve possuir análise de vídeo embarcada ou através da simples adição de licença, composta de detecção de sabotagem, detecção de movimento, cruzamento de linha virtual, detecção de direção, área de intrusão e área de entrada e saída;
53.3.60.	Deve comprovar que o produto está homologado pelo sistema de videomonitoramento ofertado.
53.3.61.	Fabricante deve possuir empresa de assistência técnica autorizada no Brasil.
53.3.62.	Deve possuir 5 (cinco) anos de garantia contra defeitos de fabricação.
53.3.63.	Modelos de referência - Axis P1455-LE, Wisenet Ano-l6012r, Bosch Nbe-3502al ou similar técnico desde que especificações atendam as especificações técnicas acima.
53.4.	CÂMERA TIPO 3 - PTZ
53.4.64.	O objeto deverá ter no mínimo:
53.4.65.	Dispositivo de captura de 1/2.8, resolução de 2.0Mp com 30fps e sistema de varredura progressiva.
53.4.66.	Deve ser formato PTZ.
53.4.67.	Iluminação mínima de 0.06 Lux em modo colorido e 0 Lux em modo Preto & Branco.
53.4.68.	Deve possuir iluminação IR para 100 metros.
53.4.69.	Deve possuir zoom óptico de 25x.
53.4.70.	Deve possuir obturador de 1/6 a 1/10,000s.
53.4.71.	Deve possuir movimentação panorâmica sem fim de 360° e velocidade panorâmica de 0,2º/s a 120º/s em modo manual;
53.4.72.	Deve possuir faixa de inclinação de 110º (-20º a 90º) e velocidade inclinação de 0,2º/s a 90º/s em modo manual;
53.4.73.	Deve possuir 1GB RAM e 256MB ROM.
53.4.74.	Deve possuir no mínimo 3 streams.independentes.
53.4.75.	Deve possuir as compressões H.264, H.265 e MJPEG.
53.4.76.	Deve possuir função de estabilização digital de imagem;
53.4.77.	Deve possuir tecnologia para aperfeiçoar a imagem capturada em condições de fumaça, névoa ou poluição;
53.4.78.	Deve permitir a criação de 32 (trinta e duas) zonas privativas Poligonais na área de imagem;
53.4.79.	Deve possuir tecnologia de controle dinâmico do comprimento de GOV (Group of video), em função da movimentação dos objetos na cena;
53.4.80.	Deve possuir tecnologia de controle dinâmico do fotograma FPS (Fotos Por Segundo), em função da movimentação dos objetos na cena;
53.4.81.	Deve estar em conformidade com o padrão ONVIF com os perfis G,S e T, devendo ter a seguinte funcionalidade Secure Streaming: Sim. Todas as comprovações devem ser feitas através do site oficial da onvif pelo endereço https://www.onvif.org/conformant-products/ . Não serão aceitas carta de fabricante para comprovação desse requisito.
53.4.82.	Função Day/Night com remoção de filtro infravermelho.
53.4.83.	A câmera deve possuir alcance dinâmico estendido WDR de 120dB.
53.4.84.	Deve possuir compensação de luz de fundo HLC, BLC e SSDR.
53.4.85.	Deve possuir interface de rede, conexão através de RJ45.
53.4.86.	Deve ser compatível com os métodos de transmissão Unicast e Multicast. Sendo no modo unicast com conexões simultâneas de no mínimo 05 usuários.
53.4.87.	Deve suportar os seguintes protocolos de rede: DNS, DDNS, RTP, RTSP, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, NTP, UPnP, SNMPv1/v2/v3(MIB-2), SMTP, SSL/TLS, ARP, IGMP, QoS, UDP.
53.4.88.	Permitir a implementação de autenticação de login HTTPS (SSL), autenticação de login Digest, filtragem de endereço IP, registro de acesso do usuário e autenticação 802.1x (EAP-TLS);
53.4.89.	Deve possuir grau de proteção IP66 e IK10.
53.4.90.	Deve possuir CE, VCCI e FCC.
53.4.91.	Deve comprovar estar em conformidade com o NDAA;
53.4.92.	Deve ser fornecido com cartão de memória de no mínimo 256GB;
53.4.93.	Deve possuir análise de vídeo inteligente embarcada, ou opcionalmente em servidor, devidamente licenciada, composta de análise de Sabotagem, linha virtual, direção, entrada/saída e detecção de Movimento. Ativar eventos de alarme através de: detecção de movimento, análise de vídeo inteligente e desconexão de rede;
53.4.94.	Deve comprovar que o produto está homologado pelo sistema de videomonitoramento ofertado.
53.4.95.	Fabricante deve possuir empresa de assistência técnica autorizada no Brasil.
53.4.96.	Deve possuir 5 (cinco) anos de garantia contra defeitos de fabricação.
53.4.97.	Modelos de referência - Axis q6135-le, Wisenet Qnp-6250r, Bosch mic-3502-al ou similar técnico desde que especificações atendam as especificações técnicas acima.
53.5.	NVR TIPO I
53.5.98.	Unidade de Medida: Por equipamento
53.5.99.	Deverá ser do tipo appliance, isto é, ser composto por software embarcado de fábrica em plataforma de hardware para gerenciamento de videomonitoramento.
53.5.100.	O appliance deverá ter total compatibilidade com as principais marcas de câmeras IP do mercado, e capacidade de processar e até 32 canais simultâneos com garantia de suporte por 24 meses.

- 53.5.101. Deve possuir pelo menos 1 (um) processador com clock turbo mínimo de 3.40GHz e cache 6MB de 64bits, com no mínimo 4 cores por processador e 4 threads. O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador e possuir no mínimo 1 slot M2 2280;
- 53.5.102. Deve possuir pelo menos memória instalada de 16GBytes DDR4 3200MT/S
- 53.5.103. Deve possuir no mínimo, 01 (um) disco tipo SSD M2 de no mínimo 480GB (quatrocentos e oitenta gigabytes);
- 53.5.104. Deve possuir no mínimo, 01 (um) disco tipo SATA 3,5” 12TB tipo Enterprise ou tipo Surveillance (não serão aceitos discos Desktop);
- 53.5.105. Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
- 53.5.106. Deve possuir conectores das portas de entrada/saída de sinal são identificados pelos nomes ou símbolos:
- 53.5.107. 04 (quatro) interfaces USB sendo 2 USB 2.0 e 2 USB 3.0;
- 53.5.108. 03 (três) portas para monitor de vídeo padrão 1 DP, 1 HDMI e 1 Tipo C;
- 53.5.109. 01 (uma) porta de Áudio;
- 53.5.110. 01 (uma) porta Tipo C;
- 53.5.111. 02 (duas) interfaces de rede Ethernet operando em taxa de transferência de 2.5GbE RJ45.
- 53.5.112. Deverá possuir sistema operacional Windows Enterprise 10 IoT ou superior, já gravado e totalmente compatível com o equipamento e com o software embarcado. A contratada deverá fornecer a respectiva licença de uso definitiva do software de sistema operacional;
- 53.5.113. Ser fornecido com gabinete tipo Mini Compacto, no máximo de tamanho 170mm x 170mm x 210mm. Possuir gavetas, de no mínimo 02 (duas) gavetas para instalação de discos rígidos de 3,5” ou 2,5” polegadas;
- 53.5.114. Deve possuir ventilação interna adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- 53.5.115. Deve possuir fonte de alimentação simples externa com potência suficiente para o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, ou seja, a fonte deve suportar o equipamento em sua configuração máxima suportada de processadores, memórias e discos. Adaptador na Faixa de tensão de saída DC 19V. Entrada 100-240VAC em 60 Hz com chaveamento automático de voltagem com fornecimento de cabo de alimentação padrão Br;
- 53.5.116. O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo website, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias
- 53.5.117. Devem ser fornecidos junto com o servidor, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;
- 53.5.118. O fabricante deverá oferecer garantia de 24 meses Onsite 8x5 NBD contra defeitos de fabricação, incluindo atendimento no local, com suporte remoto e telefônico. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

53.6. NVR TIPO II

- 53.6.119. Unidade de Medida: Por equipamento
- 53.6.120. Deverá ser do tipo appliance, isto é, ser composto por software embarcado de fábrica em plataforma de hardware para gerenciamento de videomonitoramento.
- 53.6.121. O appliance deverá ter total compatibilidade com as principais marcas de câmeras IP do mercado, e capacidade de processar e até 10 canais simultâneos com garantia de suporte por 24 meses.
- 53.6.122. Deve possuir pelo menos 1 (um) processador com clock turbo mínimo de 3.40GHz e cache 6MB de 64bits, com no mínimo 4 cores por processador e 4 threads. O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador e possuir no mínimo 1 slot M2 2280;
- 53.6.123. Deve possuir pelo menos memória instalada de 16GBytes DDR4 3200MT/S
- 53.6.124. Deve possuir no mínimo, 01 (um) disco tipo SSD M2 de no mínimo 480GB (quatrocentos e oitenta gigabytes);
- 53.6.125. Deve possuir no mínimo, 01 (um) disco tipo SATA 3,5” 6TB tipo Enterprise ou tipo Surveillance (não serão aceitos discos Desktop);
- 53.6.126. Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
- 53.6.127. Deve possuir conectores das portas de entrada/saída de sinal são identificados pelos nomes ou símbolos:
- 53.6.128. 04 (quatro) interfaces USB sendo 2 USB 2.0 e 2 USB 3.0;
- 53.6.129. 03 (três) portas para monitor de vídeo padrão 1 DP, 1 HDMI e 1 Tipo C;
- 53.6.130. 01 (uma) porta de Áudio;
- 53.6.131. 01 (uma) porta Tipo C;
- 53.6.132. 02 (duas) interfaces de rede Ethernet operando em taxa de transferência de 2.5GbE RJ45.
- 53.6.133. Deverá possuir sistema operacional Windows Enterprise 10 IoT ou superior, já gravado e totalmente compatível com o equipamento e com o software embarcado. A contratada deverá fornecer a respectiva licença de uso definitiva do software de sistema operacional;
- 53.6.134. Ser fornecido com gabinete tipo Mini Compacto, no máximo de tamanho 170mm x 170mm x 210mm. Possuir gavetas, de no mínimo 02 (duas) gavetas para instalação de discos rígidos de 3,5” ou 2,5” polegadas;
- 53.6.135. Deve possuir ventilação interna adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- 53.6.136. Deve possuir fonte de alimentação simples externa com potência suficiente para o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, ou seja, a fonte deve suportar o equipamento em sua configuração máxima suportada de processadores, memórias e discos. Adaptador na Faixa de tensão de saída DC 19V. Entrada 100-240VAC em 60 Hz com chaveamento automático de voltagem com fornecimento de cabo de alimentação padrão Br;
- 53.6.137. O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo website, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias
- 53.6.138. Devem ser fornecidos junto com o servidor, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;
- 53.6.139. O fabricante deverá oferecer garantia de 24 meses Onsite 8x5 NBD contra defeitos de fabricação, incluindo atendimento no local, com suporte remoto e telefônico. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

53.7. NVR TIPO III

- 53.7.140. Unidade de Medida: Por equipamento
- 53.7.141. Deverá ser do tipo appliance, isto é, ser composto por software embarcado de fábrica em plataforma de hardware para gerenciamento de videomonitoramento.
- 53.7.142. O appliance deverá ter total compatibilidade com as principais marcas de câmeras IP do mercado, e capacidade de processar e até 20 canais simultâneos com garantia de suporte por 24 meses.
- 53.7.143. Deve possuir pelo menos 1 (um) processador com clock turbo mínimo de 3.40GHz e cache 6MB de 64bits, com no mínimo 4 cores por processador e 4 threads. O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador e possuir no mínimo 1 slot M2 2280;
- 53.7.144. Deve possuir pelo menos memória instalada de 16GBytes DDR4 3200MT/S
- 53.7.145. Deve possuir no mínimo, 01 (um) disco tipo SSD M2 de no mínimo 480GB (quatrocentos e oitenta gigabytes);
- 53.7.146. Deve possuir no mínimo, 01 (um) disco tipo SATA 3,5” 10TB tipo Enterprise ou tipo Surveillance (não serão aceitos discos Desktop);
- 53.7.147. Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
- 53.7.148. Deve possuir conectores das portas de entrada/saída de sinal são identificados pelos nomes ou símbolos:
- 53.7.149. 04 (quatro) interfaces USB sendo 2 USB 2.0 e 2 USB 3.0;
- 53.7.150. 03 (três) portas para monitor de vídeo padrão 1 DP, 1 HDMI e 1 Tipo C;
- 53.7.151. 01 (uma) porta de Áudio;
- 53.7.152. 01 (uma) porta Tipo C;
- 53.7.153. 02 (duas) interfaces de rede Ethernet operando em taxa de transferência de 2.5GbE RJ45.
- 53.7.154. Deverá possuir sistema operacional Windows Enterprise 10 IoT ou superior, já gravado e totalmente compatível com o equipamento e com o software embarcado. A contratada deverá fornecer a respectiva licença de uso definitiva do software de sistema operacional;
- 53.7.155. Ser fornecido com gabinete tipo Mini Compacto, no máximo de tamanho 170mm x 170mm x 210mm. Possuir gavetas, de no mínimo 02 (duas) gavetas para instalação de discos rígidos de 3,5” ou 2,5” polegadas;
- 53.7.156. Deve possuir ventilação interna adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- 53.7.157. Deve possuir fonte de alimentação simples externa com potência suficiente para o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, ou seja, a fonte deve suportar o equipamento em sua configuração máxima suportada de processadores, memórias e discos. Adaptador na Faixa de tensão de saída DC 19V. Entrada 100-240VAC em 60 Hz com chaveamento automático de voltagem com fornecimento de cabo de alimentação padrão Br;
- 53.7.158. O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo website, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias
- 53.7.159. Devem ser fornecidos junto com o servidor, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;
- 53.7.160. O fabricante deverá oferecer garantia de 24 meses Onsite 8x5 NBD contra defeitos de fabricação, incluindo atendimento no local, com suporte remoto e telefônico. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

53.8. NVR TIPO IV

- 53.8.161. Unidade de Medida: Por equipamento
- 53.8.162. Deverá ser do tipo appliance, isto é, ser composto por software embarcado de fábrica em plataforma de hardware para processamento de inteligência artificial.
- 53.8.163. O appliance deverá ter total compatibilidade com as principais marcas de câmeras IP do mercado, e capacidade de processar e até 10 canais de analíticos simultâneos com garantia de suporte por 24 meses.
- 53.8.164. Deve possuir pelo menos 1 (um) processador X86, operando com clock real a 2.50 GHz, clock máximo a 4,2GHz número de núcleos no mínimo 4 e cache de 12 MB;
- 53.8.165. Deve possuir pelo menos memória instalada de 8GBytes DDR4 SDRAM;
- 53.8.166. Deve possuir 04 slots DIMM, suporte para módulos de memória DDR4 2933/2666/2400/2133 MHz;
- 53.8.167. Deve possuir 1 (um) SSD com capacidade de 512GB SATA 6 GB/s;
- 53.8.168. Deve possuir no mínimo 2 x portas USB 3.2;
- 53.8.169. Deve possuir pelo menos 1 (uma) Interfaces de rede Gigabit Ethernet Controlador Integrado;
- 53.8.170. Deverá possuir sistema operacional Windows Enterprise 10 IoT ou superior, já gravado e totalmente compatível com o equipamento e com o software embarcado. A contratada deverá fornecer a respectiva licença de uso definitiva do software de sistema operacional;

53.8.171.	Deverá possuir software embarcado integrado a solução de gerenciamento de vídeo. Caso a solução não seja do mesmo fabricante, deverá apresentar comprovação por ambos ofertados. Atender aos requisitos abaixo:
53.8.172.	Deve suportar a análise de quaisquer transmissões de vídeo ONVIF / RTSP de câmeras fixas, angulares ou aéreas. Estas podem ser câmeras IP ou câmeras analógicas através de codificadores.
53.8.173.	A solução deve suportar a análise de fluxos de vídeo de câmeras ópticas.
53.8.174.	A solução deve suportar resolução mínima de 480p e deve ser capaz de suportar fluxos de maior resolução, para melhorar a distância e a precisão da detecção.
53.8.175.	A resolução máxima suportada deve ser de até 4k.
53.8.176.	A solução deve suportar a análise de fluxos de vídeo com taxa mínima de quadros de 8 FPS.
53.8.177.	A solução deve suportar a análise de fluxos de vídeo de câmeras térmicas.
53.8.178.	A solução deve suportar resolução mínima de QVGA (320 x 240 pixels) e deve ser capaz de suportar fluxos de maior resolução para melhorar a distância de detecção e precisão.
53.8.179.	Deve suportar a análise de fluxos de vídeo com taxa mínima de quadros de 8 FPS.
53.8.180.	Deve possuir tecnologia de análise de vídeo baseada na tecnologia de aprendizagem profunda (Deep Learning) para detecção e classificação de alvos.
53.8.181.	Deve suportar a detecção automática e a classificação dos seguintes tipos de alvos:
53.8.182.	Pessoa: Em pé e/ou caída no chão;
53.8.183.	Veículo de duas rodas: Motocicleta, Bicicleta
53.8.184.	Veículo: Carro, Caminhonete, Van, Ônibus, Caminhão
53.8.185.	Objeto: Malas, Bolsas, Mochilas, Caixas
53.8.186.	Fumaça e Fogo Fumaça, Fogo
53.8.187.	Deve ser capaz de detectar e ignorar automaticamente os seguintes objetos:
53.8.188.	Nuvem
53.8.189.	Pássaros
53.8.190.	Cães/gatos
53.8.191.	Vegetação
53.8.192.	A solução deve suportar a detecção da existência ou ausência de tipos de objetos personalizados.
53.8.193.	Possuir recursos de detecção e análise de eventos baseados em regras. Deve oferecer um conjunto de regras analíticas para fornecer detecção em tempo real dos seguintes comportamentos:
53.8.194.	Alvos movendo-se em uma área / vadiagem – o alvo está se movendo na região de interesse por um período de tempo, definido pelo usuário;
53.8.195.	Alvo/s cruzando uma linha – o alvo cruzou uma linha definida pelo usuário em uma direção específica ou em qualquer direção;
53.8.196.	Veículo parado – o alvo parou na região de interesse por um período de tempo definido pelo usuário;
53.8.197.	Excesso de velocidade do veículo – o veículo alvo cruza uma linha a uma velocidade maior do que a determinada;
53.8.198.	Agrupamento – detecção de um grupo denso de pessoas (quantidade configurável) na região de interesse, detectado por um período de tempo definido pelo usuário;
53.8.199.	Ocupação – detecção de pessoas (quantidade configurável) na região de interesse, detectada por um período de tempo definido pelo usuário;
53.8.200.	Objeto abandonado - detecção de mala/bolsa/mochila abandonada na região de interesse por um período de tempo definido pelo usuário;
53.8.201.	Proteção patrimonial – marque um objeto no campo de exibição e receba um alerta quando esse objeto for removido;
53.8.202.	Contramão – um veículo está viajando na direção oposta;
53.8.203.	Deslizamento & queda – uma pessoa escorrega ou cai no chão ou é detectada deitada no chão;
53.8.204.	Cada regra de detecção deve ser aplicável aos tipos de destino relevantes. O usuário deve ser capaz de selecionar vários tipos de destino relevantes para cada regra de detecção.
53.8.205.	A solução deve ser capaz de detectar a existência ou desaparecimento de objetos personalizados dentro de uma região de interesse definida pelo usuário.
53.8.206.	A solução deve fornecer a capacidade de executar operações em massa para ativar, desativar e agendar várias regras de análise.
53.8.207.	A solução deve permitir que qualquer combinação de regras de análise seja executada na mesma câmera simultaneamente, sem limitações.
53.8.208.	A solução deve permitir que o operador defina várias regiões de detecção por câmera.
53.8.209.	Deve possuir recurso de calibração da cena, ou seja, à tradução de pixels na imagem para tamanho real (metros/pés) em diferentes partes da imagem:
53.8.210.	O sistema deve calibrar automaticamente os tamanhos dos objetos na imagem com base nos tamanhos padrão dos alvos classificados segundo modelo de rede neural profunda (DNN) na cena, ao longo do tempo.
53.8.211.	O sistema deve ter a possibilidade de substituir a calibração automática, ou calibrar cenas onde não ocorre movimento. A calibração manual deve suportar diferentes traduções de pixel para diferentes partes da imagem, criando uma malha de calibração flexível através do quadro de imagem.
53.8.212.	Todos os métodos de calibração devem suportar traduções precisas em ambientes desafiadores resultantes, por exemplo, da distorção de imagens de câmeras do tipo olho de peixe (fisheye) e cenas com múltiplos níveis.
53.8.213.	Deve ter a função de geração de eventos, como:
53.8.214.	A solução deve possibilitar a geração de eventos em tempo real para alertar os operadores quando um comportamento que corresponda à regra definida pelo usuário for detectado.
53.8.215.	A solução deve suportar o rastreamento simultâneo de vários alvos dentro das regiões de detecção e/ou das linhas de perímetro interno e/ou externo.
53.8.216.	A solução deve gerar um vídeo curto de evento para cada detecção, mostrando vários segundos antes e depois do evento, e incluir uma caixa de limites ao redor do alvo que acionou o evento.
53.8.217.	Deve realizar a detecção de anomalias. Ser capaz de "aprender" continuamente o comportamento típico da cena, sendo capaz de detectar automaticamente comportamentos anormais de alvos detectados e gerar eventos de anomalia em tempo real. Deve gerar um evento de anomalia, incluindo um clipe de evento com vários segundos antes e depois da data e hora do evento, delimitando caixas em torno dos alvos relevantes e descrição da anomalia detectada.
53.8.218.	Deve suportar a funcionalidade de mascaramento de vídeo estático e dinâmico. A funcionalidade deve ser individualmente configurável por fluxo de vídeo. Diferentes métodos de mascaramento devem ser suportados
53.8.219.	Mascaramento estático – Uma "máscara preta" que é aplicada estaticamente a cada quadro dos dados de vídeo. O mascaramento deve ser aplicado a polígonos pré-definidos, ocultando assim os dados de imagem subjacentes.
53.8.220.	Mascaramento baseado em objetos – Uma máscara dinâmica, "anonimização", aplicada a cada quadro dos dados de vídeo. O mascaramento deve ser aplicado dinamicamente apenas a determinados tipos de objetos na imagem: Pessoa / Veículo de Duas Rodas (Motocicleta/Bicicleta) / Veículo (Carro, Caminhonete, Van, Ônibus, Caminhão). O fundo não deve ser mascarado.
53.8.221.	Mascaramento de fundo – Tudo o que não faz parte de objetos classificados dos tipos Pessoa / Veículo de Duas Rodas (Motocicleta/Bicicleta) / Veículo (Carro, Picape, Van, Ônibus, Caminhão) deve ser mascarado.
53.8.222.	Combinação – Qualquer ou todos os métodos acima devem ser possíveis de combinar livremente.
53.8.223.	Diferentes tipos de máscaras devem ser suportados
53.8.224.	Pixelização adaptativa
53.8.225.	Cor sólida
53.8.226.	Deve ter a função de Investigação de vídeo. Deve analisar todas as câmeras em tempo real e criar metadados que serão armazenados em um banco de dados. Deve ser possível procurar qualquer câmera com um atraso de no máximo 20 segundos em tempo real. Ser possível pesquisar qualquer ou todas as câmeras na instalação simultaneamente e sem a necessidade de processar as câmeras em pequenos lotes, independentemente do número de câmeras instaladas no sistema.
53.8.227.	Não deve exigir que o operador aplique qualquer regra ou configuração de comportamento com antecedência como pré-requisito para a realização de investigação de vídeo.
53.8.228.	A investigação de vídeo deve ser conduzida simultaneamente em câmeras selecionadas únicas ou múltiplas, seja a partir de uma lista ou mapa.
53.8.229.	Deve oferecer a busca pelos seguintes conjuntos de comportamentos, seja no campo de visão da camera ou de uma área de interesse pré definida:
53.8.230.	Pessoa / Veículo de Duas Rodas (Motocicleta/Bicicleta) / Veículo (Carro, Picape, Van, Ônibus, Caminhão) movendo-se por um tempo especificado;
53.8.231.	Pessoa / Veículo de Duas Rodas (Motocicleta/Bicicleta) / Veículo (Carro, Caminhonete, Van, Ônibus, Caminhão) cruzando uma linha para um sentido específico ou em ambos os sentidos
53.8.232.	Pessoas agrupando-se em uma área de interesse por um tempo especificado;
53.8.233.	Pessoas ocupando uma área de interesse por um tempo especificado;
53.8.234.	Veículo de Duas Rodas (Motocicleta/Bicicleta) / Veículo (Carro, Picape, Van, Ônibus, Caminhão que parou por um tempo especificado;
53.8.235.	Bolsas/mochilas/malas que foram adicionadas por um tempo especificado;
53.8.236.	Deve permitir filtragem de resultados de pesquisa com base nas características de cor alvo. Para as pessoas, a solução deve permitir especificar a cor superior do corpo e a cor inferior do corpo.
53.8.237.	Ser capaz de pesquisar ao longo de várias opções de intervalo de tempo:
53.8.238.	Ao longo dos últimos minutos, horas ou dias (por exemplo, nas últimas 3 horas; últimos 7 dias)
53.8.239.	Desde uma data e hora de início até uma data e hora de término
53.8.240.	Durante um intervalo de tempo recorrente em um intervalo de data (por exemplo, entre 8-9 da manhã, todos os dias entre 1 e 10 de janeiro)
53.8.241.	Deve fornecer a capacidade de procurar alvos semelhantes: Se um alvo for encontrado, outra pesquisa pode ser realizada no vídeo gravado (gerado a partir da mesma câmera ou qualquer grupo de câmeras) para encontrar alvos que sejam iguais ou semelhantes ao alvo encontrado.
53.8.242.	Deve possuir recursos de visualização de resultados de pesquisa, ou seja, deve ser capaz de exibir gravação de vídeo para qualquer resultado de pesquisa, sem exigir integração a uma solução de gravação de terceiros. Fornecer várias opções para visualizar resultados de pesquisa:
53.8.243.	<ul style="list-style-type: none">• Miniaturas do evento
53.8.244.	<ul style="list-style-type: none">• Caminho de destino / Localização
53.8.245.	<ul style="list-style-type: none">• Mapa de calor
53.8.246.	Deve fornecer os seguintes recursos de processo e investigação:
53.8.247.	<ul style="list-style-type: none">• Os usuários devem ser capazes de salvar uma consulta de pesquisa com um nome dado para reutilização posterior.
53.8.248.	<ul style="list-style-type: none">• Os usuários devem ser capazes de salvar resultados de pesquisa com instantâneos das detecções e informações de identificação dos resultados (ID da câmera, tempo).

53.8.249.	A solução deve permitir que os usuários exportem um resultado de pesquisa para um arquivo de vídeo.
53.8.250.	Deve oferecer regra de análise estatística para vários tipos de destino, mas não se limitando a:
53.8.251.	Contagem do número de alvos se movendo em direção, distinguindo alvos individuais em um cluster. Se um aglomerado de 4 pessoas cruzar uma linha (por exemplo), uma contagem de 4 ocorrerá em vez de 1.
53.8.252.	Cálculo da velocidade média dos veículos que cruzam uma linha.
53.8.253.	A solução deve oferecer estatísticas de alertas de saúde gerados no sistema, ao longo do tempo.
53.8.254.	Os dados estatísticos devem estar disponíveis diretamente na aplicação ou usando APIs;
53.8.255.	A solução deve permitir que o usuário configure os seguintes dados geoespaciais por fonte de vídeo conectada à solução:
53.8.256.	A localização da fonte de vídeo em um mapa;
53.8.257.	O registro do campo de visão da fonte de vídeo e a correlação de varios pontos em um mapa;
53.8.258.	Deve ser capaz de apresentar eventos em tempo real ou resultados de pesquisa de investigação de vídeo em um mapa.
53.8.259.	Deve permitir a seleção de câmeras relevantes, dentro de uma zona definida pelo usuário no mapa, para investigação de vídeo.
53.8.260.	Deve ser capaz de apresentar um caminho de destino rastreado sobre um mapa.
53.8.261.	Deve auto monitorar seus principais componentes para garantir alta disponibilidade e análise de vídeo confiável, sendo capaz de enviar alertas para uma lista configurável de destinatários de e-mail. Este monitoramento deve incluir os seguintes aspectos:
53.8.262.	Capacidade de puxar corretamente o fluxo de vídeo ONVIF/RTSP
53.8.263.	Taxa mínima de quadros e resolução de fluxo de vídeo
53.8.264.	Iluminação da cena (muito escura / saturada / bloqueada)
53.8.265.	Status de entrega de eventos
53.8.266.	Monitoramento de servidores de análise (o computador executando a análise de vídeo)
53.8.267.	O fabricante deverá possuir página de suporte técnico na Internet com disponibilidade das últimas versões de drivers, firmwares;
53.8.268.	Deverá comprovar ser capacitado pelo fabricante do hardware a instalar, administrar e suportar o sistema. Essa comprovação deve ser feita através de declaração emitida pelo fabricante que comprove explicitamente que o proponente tem em seu quadro de funcionários pelo menos 1 funcionário certificado. Este documento deve possuir data de validade, deverá estar válido e ser entregue junto com as outras documentações exigidas.
53.8.269.	Deverá comprovar ser homologado junto ao sistema de videomonitoramento ofertado.
53.8.270.	Os equipamentos deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, no portfólio de produtos do(s) fabricante(s), não sendo aceitos equipamentos descontinuados pelo(s) fabricante(s);
53.8.271.	Equipamentos e com previsão de continuidade de fabricação de no mínimo um ano. Caso seja descontinuado no período mencionado deverá ser substituído;
53.8.272.	Anexar documentação técnica detalhada oficial do fabricante contemplado todos os requisitos solicitados;
53.8.273.	Indicação no site do fabricante do(s) produto(s) proposto(s).
53.9.	Switch PoE – 24 Portas
53.9.274.	O objeto deverá ter no mínimo:
53.9.275.	Deverá acompanhar os kits de fixação para instalação em rack de 19”;
53.9.276.	Deverá possuir fonte interna de alimentação com operação em 110/220VAC, 60Hz, com chaveamento automático de tensão;
53.9.277.	Possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) interfaces 10/100/1000BASE-T PoE+ com conectores RJ45, não sendo permitido o fornecimento de conectores RJ21, RJ.5, harmônicos ou similares;
53.9.278.	Deve possuir 4 portas 1GbE SFP, podendo ser do tipo combo. Essas portas devem operar de forma independente das outras, totalizando 28(vinte e oito) portas ativas simultaneamente;
53.9.279.	Deve suportar IEEE 802.3af e 802.3at em todas as portas 10/100/1000BaseT ofertadas;
53.9.280.	A capacidade da fonte para alimentar dispositivos sem PoE, sem considerar o consumo do switch, deve ser pelo menos 375W.
53.9.281.	Deve possuir capacidade de switching de no mínimo 56 Gbps.
53.9.282.	Deve possuir a capacidade de encaminhamento de pacotes de no mínimo 41Mpps (medidos com pacotes de 64 bytes).
53.9.283.	Deve implementar o mínimo de 4000 Vlans de acordo com o padrão IEEE 802.1Q;
53.9.284.	Suportar jumbo frames - 9KB;
53.9.285.	Permitir a configuração de Private VLAN;
53.9.286.	Deve implementar reconhecimento de telefones IP e a associação automática de seu tráfego em VLAN específica (Voice VLAN).
53.9.287.	Deve implementar os seguintes padrões IEEE: IEEE 802.1D, IEEE 802.1p IEEE 802.1Q, IEEE 802.1s, IEEE 802.1w, IEEE 802.1AB, IEEE 802.1P, IEEE 802.1X, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3ad, IEEE 802.3i, IEEE 802.3x, IEEE 802.3z, IEEE 802.1D, IEEE 802.1w, IEEE 802.1s;
53.9.288.	Deve permitir a criação mínima de 08 instâncias de MSTP;
53.9.289.	Deve implementar a funcionalidade Root Guard;
53.9.290.	Permitir a implementação de mecanismos de proteção contra ataques de negação de serviço;
53.9.291.	Deve suportar isolamento de portas, de forma que uma porta isolada não possa enviar tráfego para outra porta isolada do mesmo switch;
53.9.292.	Permitir o gerenciamento através de navegador WEB padrão, com capacidade de visualizar o status de cada porta e configurar, pelo menos, VLANs, STP e parâmetros de velocidade das portas;
53.9.293.	Gerenciamento hibrido, podendo ser na nuvem ou local.
53.9.294.	Deve permitir a configuração total do equipamento via CLI (Command Line Interface);
53.9.295.	Deverá implementar segurança do gerenciamento do switch em métodos de acesso CLI, GUI OU MIB, através de SSHv2, SSL e SNMPv3;
53.9.296.	Deve possibilitar a priorização de frames através da implementação de IEEE 802.1p;
53.9.297.	Deve implementar mecanismo de escalonamento de fila StrictPriority (SP queueing) e WRR;
53.9.298.	Deve implementar mecanismos de limitação de banda com granularidade mínima de 64Kb;
53.9.299.	Deve permitir a execução de scripts baseado em eventos;
53.9.300.	Deve implementar cliente de atualização de data e hora por meio do emprego do protocolo SNTP ou NTP;
53.9.301.	Deve implementar os protocolos SNMP v2 e SNMP v3;
53.9.302.	Deve possuir a capacidade de enviar SNMP Traps em caso de falhas no sistema de ventilação, alimentação elétrica ou em caso de operação em alta temperatura;
53.9.303.	Deve suportar os seguintes grupos RMON: Statistics, History, Alarms e Events;
53.9.304.	Deve implementar o protocolo TELNET;
53.9.305.	Deve implementar o protocolo TFTP ou o protocolo SFTP;
53.9.306.	Deve implementar o protocolo SSHv2;
53.9.307.	Deve implementar controle de acesso por meio do protocolo IEEE 802.1x, PortBased Network Access Control com os seguintes recursos, no mínimo:
53.9.308.	Múltiplos suplicantes por porta;
53.9.309.	Associação dinâmica de VLANs;
53.9.310.	Deve implementar VLAN de convidados (Guest VLAN);
53.9.311.	Deverá implementar autenticação baseada em MAC Address;
53.9.312.	Deve implementar associação automática de VLAN de acordo com usuário autenticado;
53.9.313.	Deve possibilitar a criação de ACLs baseadas em informações da camada de enlace (endereços MAC), da camada de rede (endereços IP) e de informações da camada de transporte (portas UDP e TCP) para controle de tráfego;
53.9.314.	Deve permitir a aplicação de QoS baseado em critérios estabelecidos por meio de Listas de Controle de Acesso;
53.9.315.	Deve implementar mecanismo de controle de tráfego do tipo broadcast, multicast e unicast;
53.9.316.	Deverá implementar IGMP versões 1, 2 e 3.
53.9.317.	Deverá implementar DIFFSERV, permitindo o mapeamento para IEEE 802.1P e o mapeamento de IEEE 802.1P para DIFFSERV.
53.9.318.	Deve possibilitar o espelhamento do tráfego de rede (portmirroring/monitor), para fins de análise, de no mínimo uma porta de origem para uma porta de destino.
53.9.319.	Deve ser Dual Stack, ou seja possuir suporte a IPv6 e IPv4;
53.9.320.	Deve implementar roteamento estatico IPV6 e IPV4;
53.9.321.	Deve implementar MLD snooping, tanto v1 quanto v2;
53.9.322.	Deve suportar RADIUS Accounting conforme RFC 2866;
53.9.323.	Deve implementar DHCP Client;
53.9.324.	Deve implementar DHCP Relay;
53.9.325.	Deve suportar LLDP;
53.9.326.	O switch deve possuir mecanismo de proteção contra ataques do tipo negação de serviço;
53.9.327.	Deve suportar Protocolo Telnet sobre transporte IPv6 (Telnet over IPv6 transport);

53.9.328.	Ping sobre transporte IPv6 (Ping over IPv6 transport);
53.9.329.	Traceroute sobre transporte IPv6 (Traceroute over IPv6 transport);
53.9.330.	Deve suportar NTP;
53.9.331.	Deve suportar tunelamento 6-to-4;
53.9.332.	Deve suportar resolução do nomes DNS sobre IPv6;
53.9.333.	Deve possuir DHCP Snooping, suportando também inspeção dinâmica de ARP;
53.9.334.	Deve permitir implementar configurações de scripts automaticamente conforme eventos e de acordo com horários pré-estabelecidos;
53.9.335.	Deve estar em conformidade com as RFC's: 950, 932, 1191, 4541, 2246, 2865, 2866 e 2868;
53.9.336.	Deve estar em conformidade com a RFC 768;
53.9.337.	Deve estar em conformidade com a RFC 791;
53.9.338.	Deve estar em conformidade com a RFC 793;
53.9.339.	Deve possuir a capacidade de aprendizagem automática de no mínimo 16.000 endereços MAC;
53.9.340.	Deve vir acompanhado dos cabos de ligação elétrica necessários à instalação e ao seu perfeito funcionamento;
53.9.341.	Deve ter porta console RS-232 e vir acompanhado do cabo de comunicação;
53.9.342.	Módulos, portas, cabos ou qualquer outro acessório fundamental para o correto funcionamento do empilhamento deverão ser fornecidos;
53.9.343.	Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;
53.9.344.	O equipamento ofertado deve possuir certificado de homologação na Anatel, de acordo com a resolução n° 242;
53.10.	Monitor LCD “25”
53.10.345.	Deve possuir IPS
53.10.346.	Tempo de resposta de no máximo 5ms
53.10.347.	Resolução 1920 x 1080
53.10.348.	Brilho 250nits
53.10.349.	Conexões: 1 x HDMI + 1 x D-Sub
53.10.350.	Contraste 1.000:1
53.10.351.	Taxa de atualização 70Hz
53.11.	Rack 19 Polegadas 12U
53.12.	O objeto deverá ser no mínimo:
53.12.352.	Rack estrutural, fechado, padrão 19” (dezenove polegadas) com 12Us.
53.12.353.	Profundidade de 570mm.
53.12.354.	Deverá possuir porta de acrílico e fecho com chave.
53.12.355.	Deverá permitir abertura para ao lado direito ou esquerdo.
53.12.356.	Deverá possuir estrutura de aço e pintura em Epóxi.
53.12.357.	Compatível com as normas IEC 60297-3-100 e IEC60297-3-105.
53.13.	Nobreak 1.5KVa
53.13.358.	Tipo Rack e fornecido com trilhos;
53.13.359.	Potência Nominal: 1500VA.
53.13.360.	Tensão de Entrada (V): 120/220V.
53.13.361.	Tensão de Saída (V): 120V/220V.
53.13.362.	Conexões de Saída: 8(oito) tomadas NBR 14136, sendo 7(10A) e 1(20A).
53.13.363.	Possuir 4 baterias de 12 V 9Ah/12V
53.13.364.	Deve possuir forma de onda de saída senoidal pura e com controle digital;
53.13.365.	Possuir bateria selada tipo VRLA livre de manutenção e à prova de vazamento
53.13.366.	Possuir processamento de sinais True RMS;
53.13.367.	Comutação livre de transitórios devido à sincronização precisa entre rede e inversor (PLL);
53.13.368.	Possuir função de ser ligado mesmo na ausência de rede elétrica com religamento automático, mesmo com a bateria totalmente descarregada, proporcionando sua recuperação;
53.13.369.	Possuir Proteções:
53.13.370.	Contra sobrecarga e curto-circuito nas tomadas de saída;
53.13.371.	Contra sub e sobretensão da rede elétrica;
53.13.372.	Contra sub e sobrefrequência da rede elétrica;
53.13.373.	Contra descarga profunda e sobrecarga da bateria;
53.13.374.	Contra sobreaquecimento no inversor;
53.13.375.	Contra surtos da rede elétrica e descarga atmosférica;
53.13.376.	Possuir rearme automático para proteção de sobrecarga, curto-circuito e temperatura.
53.13.377.	Possuir gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria deverá ser substituída;
53.13.378.	Possuir sinalização visual através de display LCD no painel frontal com todas as condições do nobreak, da rede elétrica, da bateria e da carga
53.13.379.	Comprovar MTBF com no mínimo 9.000 horas;
53.13.380.	Possuir IP 20;
53.14.	Smart TV 65"
53.14.381.	Deve possuir IPS
53.14.382.	Tempo de resposta de no máximo 9ms
53.14.383.	Resolução 3840x2160
53.14.384.	Brilho 400nits
53.14.385.	Conexões: 3 x HDMI + 1 LAN RJ45 + 2 x USB 2 x RS232C
53.14.386.	Contraste 1.200:1
53.14.387.	Deve possuir MTBF de no mínimo 28.000 Hrs
53.14.388.	Deve possuir Wi-fi integrado
53.14.389.	Memória de 8GB
53.14.390.	Certificação FCC e CB1 entrada para USB.
53.14.391.	Taxa de atualização 60Hz
53.14.392.	Tecnologia da Tela em LED.
53.15.	INSTALAÇÃO E PROGRAMAÇÃO
53.15.393.	A fim de se evitar interferências eletromagnéticas deverá haver separação física entre os encaminhamentos da rede elétrica e do cabeamento de CFTV;
53.15.394.	A rede de eletrodutos de CFTV, deverá ser confeccionada em eletrodutos de PVC rígido ou aço galvanizado ou eletrocalhas/perfilados, fixados por abraçadeiras na laje e abrigado sobre o forro ou na parede. Exceto quando aparentes, situação em que os encaminhamentos de eletrodutos verticais serão de aço galvanizado. Em caso de haver a necessidade de passagem de algum conduto pelo piso, o contratante deverá ser avisado, para avaliar/aprovar a solução.
53.15.395.	As curvas deverão ser feitas por meio de condutes, e assim como as luvas, serão em PVC rígido ou em aço galvanizado, quando aparentes, com dimensões compatíveis com a rede de eletrodutos, devendo ser fixados na parede ou teto da edificação.
53.15.396.	Deverão ser utilizadas buchas e arruelas em liga metálica ou alumínio, quando da conexão de eletrodutos às terminações em caixas e suportes diversos, na dimensão de acordo com a rede de eletrodutos.
53.15.397.	Toda infraestrutura necessária para viabilizar o funcionamento da solução será disponibilizada pela eventual contratada.
53.15.398.	Para a instalação da infraestrutura será necessário a realização de diversos serviços, dentre os quais, de maneira exemplificativa, cita-se os seguintes: Fixação dos equipamentos e instalações/lógicas nas paredes e forros.
53.15.399.	A instalação de eletrodutos, cabos de rede, postes, tomadas, quadros, caixas de passagem, tomadas, disjuntores, conectores, suportes são de responsabilidade da CONTRATADA.

53.15.400.	Todo o cabeamento necessário para as instalações elétricas e lógicas da solução deverá ser acondicionado em eletrodutos embutidos nas paredes ou pelo chão.
53.15.401.	Nas dependências prediais, excepcionalmente, quando não for impossível instalar os cabos nas paredes, estes poderão ser acondicionados em eletrodutos aparentes.
53.15.402.	O sistema de cabeamento deverá obedecer ao seguinte padrão: Sempre que possível, os encaminhamentos serão embutidos nos forros removíveis, seguindo para as paredes. Em qualquer circunstância deste Termo de Referência, todos os serviços a serem realizados e os materiais e equipamentos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e legislações vigentes, em suas últimas revisões, tais como: Normas de segurança em Edificações, do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; Normas e Regulamentações de Saúde e Meio Ambiente; Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Normas internacionais aplicáveis, em sua última edição, para os casos em que a ABNT for omissa; Normas e Instruções das concessionárias de serviços públicos; Portarias, Recomendações e Resoluções do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO; Exigências do CONTRU e demais órgãos competentes; Especificações dos fabricantes, posturas técnicas, certificações e recomendações quanto à utilização dos materiais empregados, instalações e dos equipamentos e sistemas prediais; Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes aos serviços derivados da locação a ser contratada.
53.16.	TREINAMENTO
53.16.403.	A Contratada deverá administrar treinamento a integrantes da SESDEC conforme requisitos a seguir:
53.16.404.	Os custos de transporte, estadia e alimentação da equipe que administrara o treinamento serão de responsabilidade da Contratada.
53.16.405.	Requisitos de Capacitação:
53.16.406.	Instalação e configuração do Software de gerenciamento do monitoramento.
53.16.407.	Operação da solução de forma que estas sejam aptas a utilizar todos os recursos e funcionalidades do sistema;
53.16.408.	Deverá ter treinamento com aulas presenciais de no mínimo 30 horas para operação e configuração do sistema.
53.16.409.	Quantidade mínima de 06 participantes para operação e configuração do sistema.
53.16.410.	Deverá ser expedido certificado de participação para os participantes.
53.16.411.	Todo o custo de Material, apostilas, certificados relativos ao treinamento são de responsabilidade da CONTRATADA.
53.17.	SOFTWARE MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO
53.17.412.	Unidade de Medida: Por canal IP
53.17.412.1.	Sistema de gerenciamento de vídeo capaz de organizar e processar os eventos controlando através de uma única interface e integrando/gerenciando análise de informações (vídeos e metadados) com outros sistemas corporativos.
53.17.413.	Especificação
53.17.413.2.	Deve permitir o licenciamento simultâneo de usuários.
53.17.413.3.	Deve ser fornecido licenciamento com suporte para 36 meses.
53.17.413.4.	O licenciamento das câmeras por IP para um endereço MAC de hardware pode não estar disponível para substituir uma câmera imediatamente no caso de um defeito de hardware. Deve ser expansível a um número ilimitado de canais de câmera. O licenciamento será por endereço IP. Câmeras IP com vários fluxos, mas com apenas um endereço IP exigirão apenas uma licença de câmera. Câmeras multilentes e codificadores multicanal também devem ser licenciáveis com base no número de endereços IP (1 licença por endereço IP). Até seis fluxos de vídeo e seções de imagem (se permitido pelos modelos de câmera) devem ser utilizáveis no sistema por meio de uma licença de câmera.
53.17.413.5.	Deve ser expansível para um número ilimitado de servidores e clientes.
53.17.413.6.	Deve ser expansível a um número ilimitado de dispositivos de E/S.
53.17.413.7.	Suporte de canais multi-streaming, dependendo do tipo de câmera, de até 6 canais.
53.17.413.8.	Licença de banco de dados para armazenamento ilimitado
53.17.413.9.	Gerenciamento de um número ilimitado de módulos de E/S (para integração de contatos livres de potencial ou para ativação automática/manual de sistemas externos). E/S de rede para transmissão de mensagens via protocolo TCP padrão.
53.17.413.10.	Formatos de compressão suportados: MJPEG, MxPEG, MPEG-4, H.264 e H.265
53.17.413.11.	Formatos de compressão de áudio suportados: G.711 e G.726
53.17.413.12.	Comunicação de áudio bidirecional com funcionalidade push-to-talk no cliente
53.17.413.13.	Integração de e em sistemas de alarme, controle de acesso e alerta de perigo.
53.17.413.14.	Deve haver atualizações/extensões centralizadas de servidores e clientes VMS
53.17.413.15.	O sistema deve fornecer a gestão de senhas dos utilizadores locais de forma encriptada.
53.17.413.16.	A função de segurança dos dados deve ser definida individualmente para cada câmera.
53.17.413.17.	Deve ser possível apagar automaticamente os dados de imagem de cada câmera após um período definido.
53.17.413.18.	As câmeras e os subsistemas devem poder ser subdivididos no âmbito de uma instalação em subdiretórios para otimizar a visão geral.
53.17.413.19.	Deve haver um assistente de configuração para criar câmeras e copiar câmeras criadas e verificar se há erros de configuração.
53.17.413.20.	Devem ser possíveis múltiplas configurações de câmeras e dispositivos ligados.
53.17.413.21.	Deve existir uma capacidade de pesquisa de modo de configuração para nomes de câmeras, campo de descrição para câmeras e cenários de alarme para localizar rapidamente pontos de configuração específicos.
53.17.413.22.	Deve haver um assistente para copiar cenários de alarme.
53.17.413.23.	Reprodução de áudio em um cliente em caso de alarme.
53.17.413.24.	Em caso de alarme, o som do alarme deve poder ser reproduzido em loop.
53.17.413.25.	Os alarmes devem ser classificáveis (por exemplo, alarme falso, falha técnica, etc.).
53.17.413.26.	O sistema deve prever uma importação de ícones personalizados.
53.17.413.27.	Os ícones de câmera, planos de sítio, vistas, botões, sítios Web e módulos de E/S predefinidos devem ser substituíveis individualmente.
53.17.413.28.	No mínimo, os seguintes formatos devem ser suportados como formatos de arquivo: PNG, GIF, JPG e ICO.
53.17.413.29.	Ao importar os ícones, o sistema deve verificar se eles não são maiores do que 50 KB para acelerar o carregamento dos ícones.
53.17.413.30.	A cor da fonte utilizada pelo cliente VMS para os textos deve ser configurável.
53.17.413.31.	Devem existir atalhos de teclado livremente selecionáveis para mostrar ou ocultar elementos de controlo.
53.17.413.32.	Cada elemento de controle deve ser controlado separadamente ou em conjunto.
53.17.413.33.	A mudança para os diferentes modos (ao vivo, arquivo, evento, LPR, modo de configuração) também deve ser possível através de uma combinação de teclas predefinida.
53.17.413.34.	O armazenamento dos dados da imagem deve ser local ou em sistemas de armazenamento externos (DAS, SAN, NAS, etc.).
53.17.413.35.	A especificação de um caminho UNC deve ser suficiente para atribuir a gama de armazenamento ao sistema de gestão de vídeo.
53.17.413.36.	O armazenamento dos dados da imagem num armazenamento em nuvem deve ser possível.
53.17.413.37.	O suporte do sistema para múltiplas bases de dados multimidia independentes entre si deve gerir e armazenar dados áudio e vídeo. Estas bases de dados devem poder ser utilizadas em vários sítios.
53.17.413.38.	Deve fornecer uma exportação manual de dados de imagem local do lado do servidor ou opcional do cliente.
53.17.413.39.	Deve haver uma função de patrulha (para executar ações automatizadas com registro correspondente, como acionamento de posições predefinidas, abertura automática de janelas de câmera, comutação de contatos, e assim por diante).
53.17.413.40.	Opcionalmente, deve ser possível iniciar e terminar uma patrulha utilizando entradas de rede de sistemas de terceiros.
53.17.413.41.	Várias patrulhas devem funcionar ao mesmo tempo.
53.17.413.42.	A exibição de um passeio deve ser possível no videowall.
53.17.413.43.	O acesso instantâneo em situações críticas deve ser assegurado através do encaminhamento de câmeras ativas para outro utilizador ou grupo AD sem envolver o administrador.
53.17.413.44.	O usuário terá acesso temporário às câmeras sem alterar os direitos do usuário permanentemente.
53.17.413.45.	O utilizador que partilha câmeras deve poder remover o acesso e manter o controle total sobre as câmeras partilhadas.
53.17.413.46.	As câmeras PTZ devem ter controle independente do fabricante via "click-in-image" e/ou por joystick separado com as funções pan, tilt, focus incl. autofocus, zoom, iris control incl. auto-Iris, comutação dia/noite incluem comutação automática.
53.17.413.47.	O sistema deve alterar o controle PTZ para "Clique para Centro" se esta função for suportada pela câmera.
53.17.413.48.	Deve prever a atribuição de até 1000 prioridades para o controle PTZ para utilizadores, sequências e cenários de alarme.
53.17.413.49.	Os joysticks USB padrão devem ser suportados.
53.17.413.50.	Deve ser capaz de salvar seções de imagem com zoom digital de uma câmera como posições predefinidas.
53.17.413.51.	As posições pré-definidas digitais estarão disponíveis em modo ao vivo e de arquivo.
53.17.413.52.	A função deve ser independente da câmera utilizada (zoom digital padrão, dewarping).
53.17.413.53.	As posições digitais predefinidas devem poder ser utilizadas em combinação com patrulhas e alarmes.
53.17.413.54.	Administração de usuários com qualquer número de perfis de usuário e grupo. As seguintes funções devem ser configuráveis individualmente através destes perfis de utilizador:
53.17.413.55.	Vista a ser exibida nos monitores disponíveis, incluindo os da parede do monitor possivelmente conectada, quando o respectivo usuário fizer login.
53.17.413.56.	Definição da taxa de atualização por fluxo de vídeo exibido. Deve ser possível atribuir diferentes configurações para a exibição de imagens de vídeo como "Selecionado", "Não selecionado" ou "Alarme".
53.17.413.57.	Para além dos critérios de seleção acima mencionados, deve ser possível apresentar diferentes fluxos de vídeo fornecidos pela câmera como um multi-stream.

53.17.413.58. Deve prever o duplo login através do princípio dos quatro olhos. Isso fornece proteção ideal para áreas sensíveis, como dados de imagem gravados ou determinadas câmeras.
53.17.413.59. Deve fornecer exibição simultânea de imagens ao vivo e de arquivo de todas as câmeras
53.17.413.60. Deve prever a exibição de uma "vista de alarme", que consiste na visualização permanente da hora pré-alarme, na visualização permanente da hora pós-alarme, na visualização da imagem do alarme como uma imagem estática, bem como na imagem ao vivo numa visualização de imagem múltipla.
53.17.413.61. Deve proporcionar a operação simultânea do modo de exibição, armazenamento e arquivamento ao vivo.
53.17.413.62. Deve fornecer o bloqueio da interface do usuário.
53.17.413.63. Deve prever uma alternância dia/noite da interface do utilizador para evitar ofuscamento em ambientes com pouca luz.
53.17.413.64. O tamanho da fonte do título da câmera na interface do usuário deve ser configurável.
53.17.413.65. Deve poder exibir os dados estatísticos de conexão da câmera na imagem ao vivo.
53.17.413.66. Deve ser capaz de visualizar imagens da câmera como miniaturas de mouseover disponíveis no mapa.
53.17.413.67. Deve suportar multicast entre a câmera e o servidor.
53.17.413.68. Deve suportar as entradas e saídas digitais do lado da câmera, se aplicável, bem como outros eventos do lado da câmera, se aplicável, tais como detecção de movimento, monitorização da cobertura, funções de análise de vídeo e possíveis mensagens de falha.
53.17.413.69. Deve suportar a configuração dos seguintes parâmetros de câmera/codificador, sem a ajuda de outros programas:
53.17.413.70. Câmeras virtuais:
53.17.413.71. Notar texto na imagem
53.17.413.72. Ativar ou desativar a exibição de data e hora
53.17.413.73. Gire a imagem em 90°, 180°, 270° se suportado pela câmera/codificador
53.17.413.74. Modo de captura
53.17.413.75. Seleção de fluxo de vídeo
53.17.413.76. Modo de transmissão
53.17.413.77. Taxa de quadros
53.17.413.78. Comprimento GOP
53.17.413.79. Compressão de fluxo de vídeo
53.17.413.80. Resolução
53.17.413.81. Controle de largura de banda
53.17.413.82. Salvando posições predefinidas
53.17.413.83. Editando posições predefinidas
53.17.413.84. Alterar a senha da câmera.
53.17.413.85. Deve haver um campo de descrição para inserir qualquer informação sobre a câmera/codificador como texto livre.
53.17.413.86. Deve existir a capacidade de ligar ações a qualquer evento no âmbito do sistema, por exemplo, para conduzir contatos externos:
53.17.413.87. Inatividade de fluxo de vídeo com uma indicação de tempo limite.
53.17.413.88. Iniciar/parar os fluxos de vídeo.
53.17.413.89. Erro de rede com indicação de tempo morto.
53.17.413.90. Deve ser capaz de impedir a interferência de transmissão de imagem das câmeras devido ao streaming TCP.
53.17.413.91. Deve ser capaz de reproduzir várias fontes de áudio simultaneamente no modo ao vivo e no modo de arquivo.
53.17.413.92. Deve ser capaz de aumentar a velocidade de reprodução de gravação de arquivos em até 60 vezes
53.17.413.93. Deve fornecer reprodução reversa quadro a quadro para todas as câmeras exibidas.
53.17.413.94. Deve fornecer o uso de imagem única: Clicando gradualmente para frente e para trás através de gravações das câmeras exibidas.
53.17.413.95. Deve fornecer o uso quadro a quadro, navegando as imagens de um lado para o outro de forma incremental por meio de um seletor de corrida USB para todas as câmeras exibidas.
53.17.413.96. Deve fornecer exibição quadro a quadro à medida que você move a linha do tempo para até 4 câmeras exibidas com MPEG-4/H.264/H.265.
53.17.413.97. Deve fornecer quadro a quadro à medida que você move a linha do tempo para a câmera selecionada se mais de 4 câmeras com MPEG-4/H.264/H.265 forem exibidas (pode ser aplicada para todas as câmeras se o computador cliente for poderoso o suficiente para lidar com a carga).
53.17.413.98. Deve suportar a operação multimonitor/operação multiusuário.
53.17.413.99. Não deve haver limite do tamanho mínimo das janelas secundárias.
53.17.413.100Deve haver conexão manual e automática de grupos de câmeras, por exemplo, passeios.
53.17.413.101Deve haver uma mudança de câmera direcionada para mosaicos predefinidos de uma vista
53.17.413.102O utilizador deve poder guardar vistas criadas automaticamente sem que tenha de ter direitos de configuração.
53.17.413.103Deve ser capaz de expandir as exibições para obter blocos adicionais. Os itens já exibidos na vista original devem ser preservados.
53.17.413.104As entradas e saídas para integração de alarmes ou controle automático/manual de sistemas de terceiros por meio de módulos de E/S externos ou E/S da câmera devem ser operadas diretamente a partir da GUI.
53.17.413.105Deve fornecer suporte para as próprias funções de análise de vídeo da câmera (detecção de movimento, vadiagem e assim por diante)
53.17.413.106Os vestígios de alarme na linha do tempo do arquivo devem poder ser exibidos em pelo menos 16 milhões de cores diferentes.
53.17.413.107Deve possuir recurso para pesquisar gravações muito rapidamente para movimentos na imagem
53.17.413.108Deve prever a atribuição de múltiplas memórias de toque por câmera (memória padrão, memória de alarme) e deve ser configurável separadamente para cada câmera.
53.17.413.109Deve haver proteção contra sobregravação para gravações selecionadas. Deve ser utilizada de forma transversal e sem lacunas, tanto para gravações normalizadas e gravações de alarme, como para uma combinação de ambos os tipos de registo.
53.17.413.110Deve haver notificação do sistema em caso de falha de registo após um período de tempo livremente definido.
53.17.413.111Deve fornecer recurso para redução do espaço de armazenamento dos dados de vídeo, definindo um ponto no tempo no qual a taxa de quadros de gravações mais antigas é automaticamente reduzida a um valor especificado.
53.17.413.112Deve fornecer qualquer número de registos controlados por tempo e/ou alarme.
53.17.413.113Deve prever a atribuição de pelo menos 10 prioridades de alarme para um processamento otimizado de alarmes.
53.17.413.114O encaminhamento de alarmes deve ser fornecido por armadilhas SNMP.
53.17.413.115Deve haver uma pesquisa conveniente de dados de imagem armazenados por critérios de pesquisa, como câmera, tipo de alarme, tempo de alarme de todas as estações de trabalho autorizadas através de todas as câmeras do sistema.
53.17.413.116Deve prever a exportação SIP de fontes de áudio
53.17.413.117Deve fornecer exportação manual ou automática, cronometrada ou acionada de dados de imagem armazenados como imagens únicas ou sequências de vídeo em formatos JPG, AVI, etc.
53.17.413.118Tamanho de diretório predefinido, ou seja, as sequências exportadas devem ser salvas em tamanho de ajuste de CD, DVD ou Blu-ray.
53.17.413.119Deve existir a opção de exportar automaticamente as imagens selecionadas através de um atraso de tempo.
53.17.413.120As exportações falhadas serão reiniciadas exatamente onde foram interrompidas (retomada disponível).
53.17.413.121Deve haver uma exportação de dados de imagens utilizáveis judicialmente em formato de banco de dados proprietário.
53.17.413.122Deve haver proteção por senha para proteger arquivos de vídeo protegidos pela exportação de dados de imagem contra acesso não autorizado.
53.17.413.123Deve existir um instrumento de validação das exportações para verificar se uma exportação foi adulterada.
53.17.413.124Deve ser capaz de suportar a exportação de várias câmeras simultaneamente e/ou operações de exportação independentes de vários intervalos de tempo em AVI, JPEG ou um formato proprietário.
53.17.413.125Deve ser capaz de suportar uma exportação AVI no fluxo original da câmera ou com um codec que garanta uma proporção correta de qualidade/tamanho e sobreposição na imagem para nome, data e hora da câmera.
53.17.413.126Deve poder fornecer sequências de vídeo manual ou automaticamente com uma máscara ajustável e/ou áreas borradas antes da exportação. O mascaramento desfocado deve estar disponível na exportação AVI.
53.17.413.127Deve haver comparação manual e automática de imagens de referência:
53.17.413.128Comparação para verificação rápida e fácil das posições da câmera, permitindo especificar um valor de tolerância como limite.
53.17.413.129Para referência, tanto a imagem ao vivo como uma imagem de arquivo de qualquer data e hora devem ser usadas.
53.17.413.130Execução cíclica de uma comparação automática de imagens de benchmark. Devem ser indicados os seguintes intervalos:
53.17.413.131Intervalo em minutos
53.17.413.132Indicação de intervalo diário em um horário específico
53.17.413.133Intervalo semanal em um ou mais dias, incluindo indicação de tempo.
53.17.413.134O limiar de alarme da comparação automática de imagens de referência deve ser utilizado como critério de partida para qualquer cenário de alarme.
53.17.413.135O resultado da comparação manual de imagens de referência deve estar disponível como um relatório imprimível ou um arquivo PDF.
53.17.413.136Esse relatório deve incluir a imagem de referência, a imagem atual e uma imagem que mostre as alterações e o seu valor percentual.
53.17.413.137Deve fornecer detecção de manipulação do lado do servidor, monitorando permanentemente a imagem de vídeo para possíveis alterações, como torção, cobertura, grito, etc.

53.17.413.138	O alarme deve ser fixado através de um valor de limiar e pode ser utilizado como critério de partida para qualquer cenário de alarme.
53.17.413.139	Gerenciamento de usuário único: Todos os componentes conectados devem ser parametrizados remotamente na íntegra a partir de estações operacionais autorizadas.
53.17.413.140	Deve existir um módulo de planta do local para visualização do sistema com qualquer número de planos detalhados:
53.17.413.141	Todos os elementos de comando devem ser posicionados na superfície do mapa. Isso permite uma operação muito simples de todo o sistema, mesmo sem conhecimento local detalhado.
53.17.413.142	Os planos do local devem ser fornecidos com uma imagem de fundo.
53.17.413.143	Suporte para planos de sites geolocalizados. Devem estar disponíveis geocoordenadas para serem utilizadas para o posicionamento da câmera no mapa.
53.17.413.144	Os botões nas plantas do local devem ser poligonais, transparentes e configuráveis por cores.
53.17.413.145	Deve prever a seleção de câmeras e múltiplas câmeras via laço (cercando as câmeras necessárias) no plano do local para ativação rápida de até 16 câmeras mostrando seus dados de vídeo em uma matriz de monitor.
53.17.413.146	Deve possuir recurso de calendário para definir os feriados individuais. Os feriados regionais serão armazenados como modelos, portanto, só precisam ser recuperados.
53.17.413.147	Deve fornecer transmissão criptografada: Alta segurança de dados por meio de criptografia de ponta a ponta da câmera para o servidor e para o cliente
53.17.413.148	Deve prever notificações automáticas do sistema via SMTP e SNMP e envio opcional de uma visão geral diária de todas as mensagens do sistema ocorridas via SMTP. Além disso, as mensagens do sistema são exibidas no cliente por meio de mensagem do sistema, independentemente do modo usado no momento.
53.17.413.149	Deve ser capaz de integrar fontes de áudio SIP individuais (por exemplo, para ligar intercomunicadores de portas)
53.17.413.150	Deve ser capaz de enviar um e-mail ou interceptação SNMP no caso de eventos do sistema, como desconexão de uma ou mais câmeras ou codificadores de vídeo, interrupção de gravação e quaisquer outros eventos do sistema que indiquem um mau funcionamento do sistema. Esses eventos do sistema devem ser eventos de gatilho e são exibidos em um painel claro.
53.17.413.151	O tipo de mensagem deve ser selecionável.
53.17.413.152	O seu número deve ser reduzido ao mínimo através da proteção contra inundações.
53.17.413.153	Devem ser suportados eventos do sistema para falhas terminadas (mensagem positiva).
53.17.413.154	Deve ser fornecido um arquivo SNMP MIB para permitir que os eventos SNMP sejam apresentados numa aplicação de monitorização externa.
53.17.413.155	Deve fornecer uma Exibição de Informações: Ambiente do sistema (SO, arquitetura), licença do sistema, clientes registrados (endereço IP do PC cliente), etc.
53.17.413.156	Deve haver informações adicionais para o administrador do sistema sobre os clientes conectados: Nome de usuário, perfil de usuário, variante do cliente, IP do cliente local, etc.
53.17.413.157	O Cliente deve estar opcionalmente disponível como uma versão instalável ou portátil (sem instalação).
53.17.413.158	Deve possuir acesso ao sistema via aplicativo (iOS e Android) ou navegador da web.
53.17.413.159	Deve haver um aplicativo autônomo (visualizador) para visualizar as sequências exportadas a partir do banco de dados de arquivo do sistema.
53.17.413.160	As sequências de câmeras exportadas num formato proprietário devem ser apresentadas utilizando uma vista múltipla (pelo menos 4 câmeras por visualização).
53.17.413.161	Não devem ocorrer perdas de qualidade, bem como alterações na resolução e no número de imagens por segundo.
53.17.413.162	O espectador deve assegurar que todas as informações relevantes das sequências arquivadas, tais como data, hora, câmera etc. é exibido.
53.17.413.163	Reduza a reprodução para frente e para trás e exporte como uma única imagem (.jpg) ou sequência de vídeo (.avi) será possível.
53.17.413.164	O visualizador deve estar opcionalmente disponível como uma versão instalável ou portátil (sem instalação).
53.17.413.165	Deve suportar ONVIF e dispositivos com drivers ONVIF Simple, Profile-S, Profile-G, Profile-M e Profile-T e deve suportar a operação com todas as funções suportadas pelo dispositivo (câmera).
53.17.413.166	Deve fornecer verificação de plausibilidade ao criar câmeras no sistema para informar o administrador de erros durante a configuração.
53.17.413.167	Deve existir uma função de reprodução de arquivos otimizada para a largura de banda que permita a transmissão adaptada à largura de banda de rede disponível e, assim, a reprodução suave de gravações de arquivos em ligações de banda estreita, ajustando simultaneamente a qualidade e/ou a taxa de quadros.
53.17.413.168	Deve existir a possibilidade de processar marcadores criados pelo utilizador que contenham as seguintes informações:
53.17.413.169	Nome do Marcador
53.17.413.170	Carimbo de data/hora
53.17.413.171	Câmera preocupada
53.17.413.172	Quaisquer textos de descrição.
53.17.413.173	Deve haver uma função de pesquisa por data e hora da câmera em questão, ou palavras-chave do nome ou descrição do marcador. Os marcadores da câmera devem ser exibidos em sua linha do tempo de arquivo.
53.17.413.174	Deve suportar as seguintes línguas: Português e Inglês.
53.17.413.175	Deve oferecer um Software Development Kit (SDK) para permitir a integração de componentes de terceiros.
53.17.413.176	Deve fornecer uma interface baseada em SOAP predefinida, que permite que você interaja com o servidor em seus próprios aplicativos. Deve fornecer apenas os métodos e retorna as informações e dados necessários.
53.17.413.177	Deve fornecer uma interface analítica. Permite o uso de aplicações de análise baseadas em câmera e servidor de outros fabricantes. Os metadados gerados em softwares de terceiros (objetos, eventos) devem ser enviados para o sistema em formato padronizado e podem disparar alarmes por lá, por exemplo.
53.17.413.178	Deve utilizar uma Interface de Eventos que é um sistema de plug-in baseado no Microsoft .NET para integrar uma ampla gama de sistemas no VMS.
53.17.413.179	Deve fornecer integração com um painel de integridade que forneça os seguintes recursos:
53.17.413.180	Integridade e status baseados no servidor
53.17.413.181	Status da câmera e configurações como versão do firmware, número do modelo, endereço IP, imagem de referência, imagem atual, status de gravação e outros.
53.17.413.182	Upload automatizado de firmware para câmeras ser agrupamento e agendamento.
53.17.413.183	Administração de usuários e grupos para incluir adição, exclusão e modificação de privilégios.
53.17.413.184	Geração de relatórios de inventário e atividades dos usuários.
53.17.413.185	Os rótulos das entidades devem estar disponíveis para pesquisa rápida de câmeras, camadas e mapas. Os rótulos devem filtrar a árvore da empresa por seleção de um ou vários rótulos. Somente os rótulos são mostrados que o usuário tem direitos de ver.
53.17.413.186	A leitura de arquivos de vídeo deve estar disponível para importar arquivos de vídeo para o formato nativo. Uma vez importado, o arquivo local será automaticamente eliminado.
53.17.413.187	Deve fornecer a capacidade de selecionar e editar intervalos de tempo idênticos de várias câmeras ao mesmo tempo.
53.17.413.188	Deve possuir transmissão de dados criptografados (TLS 1.2) utilizada para a transmissão de dados entre a câmera e o servidor, a fim de garantir a segurança adequada. Devem ser tomadas medidas para garantir que os componentes da câmera, bem como o software de gestão de vídeo, cumprem estes requisitos.
53.17.413.189	As transferências de dados entre cliente e servidor, bem como entre todos os módulos internos, devem basear-se em ligações encriptadas AES-128.
53.17.413.190	As exportações da base de dados de imagens devem ser encriptadas utilizando AES-256.
53.17.413.191	O arquivo de cópia de segurança da base de dados deve ser encriptado utilizando AES-256.
53.17.413.192	Deve permitir a integração de outro módulo de E/S (para integração de contatos livres de potencial ou para controle automático/manual de sistemas externos) no sistema geral.
53.17.413.193	Deve ter detecção de movimento do lado do servidor. A detecção de movimento pode ser dividida entre vários servidores na rede. O número máximo de câmeras a serem analisadas não deve ser restrito no lado do software. A configuração da detecção de movimento deve permitir as seguintes configurações: Sensibilidade, Limiar e Tempo morto. A configuração precisa ser feita em tempo real. Ser possível desenhar até 10 áreas na imagem da câmera para monitoramento. As áreas desenhadas podem representar polígonos com um número ilimitado de pontos de canto. As definições de configuração podem ser testadas diretamente na caixa de diálogo de configuração.
53.17.413.194	A detecção de movimentos deve ser independente da câmera utilizada.
53.17.413.195	Deve ter um gerenciador de instalação intuitivo que armazena dados de conexão para servidores que já foram conectados uma vez. A reconexão com um clique deve ser possível. O usuário sempre terá a opção de adicionar novas entradas ao gerenciador de instalação e editar ou excluir entradas existentes.
53.17.413.196	O gestor de instalação deve ser utilizado para estabelecer automaticamente uma ligação às instalações existentes. As funções de filtragem, ordenação e pesquisa de quaisquer ligações disponíveis na lista devem simplificar a utilização da função.
53.17.413.197	Deve ser possível utilizar automaticamente os mesmos dados de início de sessão do utilizador para acessar a várias instalações.
53.17.414.	Administração
53.17.414.198	Deve permitir configuração multinível e administração do sistema de gerenciamento de vídeo. Os direitos de administração devem ser restritos a áreas limitadas para administradores específicos.
53.17.414.199	Privilégios separados devem ser atribuídos ao "administrador de área" para criar, modificar, excluir e visualizar todos os dispositivos e funções, como câmeras, usuários de hardware, grupos de usuários, gerenciamento de tempo, alarmes, visualizações, planos de site, botões, patrulhas, sequências do lado do servidor, paredes de vídeo, grupos de placas de veículos, servidores e páginas da web.
53.17.414.200	Uma estrutura de sucursal deve poder ser construída a partir deste conceito de autorização.
53.17.414.201	Essas funções explicitamente não se aplicam ao gerenciamento de usuários no lado do usuário. A disponibilidade das funções depende do nível administrativo.
53.17.414.202	Deve ser possível acessar o sistema com credenciais do Active Directory, seja realizando um logon manual com ou sem especificação de domínio ou com Single Sign On.
53.17.414.203	Deve ser possível importar vários utilizadores ou grupos do Active Directory através do seletor de objetos incorporado do sistema operativo.
53.17.414.204	Deve ser possível configurar direitos de acesso aos vários componentes do sistema através de utilizadores e/ou grupos do Active Directory.
53.17.414.205	A participação em grupos em cascata deve ser apoiada.
53.17.414.206	Os direitos de usuário ou grupo devem ser atribuíveis para ambientes de vários domínios, bem como para domínios confiáveis.
53.17.414.207	O objeto do Active Directory deve ser sincronizado com o controlador de domínio por meio de um identificador de segurança exclusivo e o nome e a existência dos objetos mantidos em sincronia com o controlador de domínio.
53.17.415.	Recurso contra falhas
53.17.415.208	Deve permitir o sistema com recursos de failover e gravação espelhada.

53.17.415.209Os dados de imagem devem ser registados de forma redundante como conceito de failover. Para isso, é importante armazenar um servidor de gravação de backup para cada servidor de produção no sistema central de gerenciamento de vídeo. Isso garante que, se um servidor de gravação falhar, os dados da imagem possam continuar a ser gravados em outro servidor.

53.17.415.210O sistema de gestão de vídeo deve proporcionar uma gestão inteligente dos servidores de gravação, bem como dos servidores de gravação de ativação pós-ativa, permitindo o acesso às gravações de dados de vídeo em caso de falha, sem necessidade de migração automática ou manual das gravações de um servidor de ativação pós-ativa para um servidor de produção. A reprodução de gravações não será afetada pelo servidor em que as gravações residem.

53.17.415.211Além do failover, uma função de gravação espelhada deve permitir que os dados de vídeo capturados por um servidor de gravação sejam espelhados para outro, usando todas as funções de failover acima em paralelo e garantindo que os dados de vídeo de ambos os servidores de gravação estejam disponíveis de forma independente.

53.17.415.212A função deve ser considerada e ativada junto com o fornecimento do sistema desde o início.

53.17.415.213Os servidores de gestão central nos quais estão armazenados a parametrização das funções do sistema, os direitos de utilizador, as definições de gravação etc., devem ser estruturados de forma redundante com as funções de software do próprio sistema de gestão de vídeo.

53.17.415.214O servidor de redundância deve permitir a operação completa de todo o sistema de gerenciamento de vídeo.

53.17.415.215Vários servidores de redundância devem ser definíveis, permitindo que sejam usados em diferentes locais para garantir a operação local do sistema de gerenciamento de vídeo, mesmo em caso de interrupções de linha entre os sites.

53.17.416. **Modulo para estação de trabalho (cliente-servidor)**

53.17.416.216Permite a visualização ao vivo e arquivada dos dados da imagem

53.17.416.217Uso do controle PTZ

53.17.416.218Uso da funcionalidade de áudio SIP (VoIP)

53.17.416.219Uso de botões de software (por exemplo, para abrir portas)

53.17.416.220Utilização de módulos de E/S

53.17.416.221Acesso à análise de eventos

53.17.416.222Exportação de eventos em formato csv e pdf

53.17.416.223Exibição simultânea de imagens ao vivo e de arquivo

53.17.416.224Início e parada de patrulhas virtuais

53.17.416.225Exibindo mapas

53.17.416.226Exportação de dados de imagem

53.17.416.227Fornece a configuração do sistema geral

53.17.416.228Acesso ao modo LPR (reconhecimento de placas)

53.17.416.229Exibição de qualquer número de câmeras (dependendo do número de licenças de câmera)

53.17.416.230Assistente de configuração para criar câmeras e copiar câmeras criadas.

53.17.416.231Assistente para copiar cenários de alarme

53.17.416.232Taxa de quadros ajustável individualmente para cada câmera

53.17.416.233Edição de alarmes (responder, mover e reconhecer)

53.17.416.234Ativação do modo de rastreamento rápido de objetos em várias câmeras

53.17.416.235Todos os recursos funcionais do software de gerenciamento de vídeo são mantidos irrestritos

53.17.416.236Ao adicionar uma nova estação de trabalho, nenhuma alteração à configuração anterior será necessária.

53.17.416.237A utilização de todos os recursos de desempenho dependerá das autorizações do respectivo usuário do sistema.

53.17.416.238As imagens de visualização das câmeras devem ser visualizadas via Mouseover. O tamanho das imagens de pré-visualização deve ser ajustável em três níveis e adaptar-se automaticamente à resolução da tela.

53.17.416.239Deve oferecer um modo de tela cheia sem moldura, bem como a ocultação de quaisquer elementos de controle para a exibição máxima da imagem das câmeras.

53.17.416.240Deve ser possível a listagem de elementos (por exemplo, câmeras, vistas, plantas do local, etc.) em estruturas de árvores. Estes devem ser ordenados por ordem alfabética e manual. Os nós de árvore devem ser capazes de arrastar e soltar camadas

53.17.416.241Todos os elementos de comando devem ser dobráveis e desdobráveis.

53.17.416.242Em caso de emergência, o usuário terá a opção de bloquear os recursos da câmera PTZ. Os cenários e sequências de alarme não devem ter qualquer influência nas funções PTZ durante o bloqueio.

53.17.416.243Deve estar em posição de detectar monitores com falha na inicialização e durante o tempo de execução e mover as câmeras visualizadas para outro monitor.

53.17.416.244Deve permitir o acesso ao arquivo de câmeras individuais em modo ao vivo. Sem acesso restrito ao arquivo.

53.17.416.245Deve ser possível o funcionamento híbrido de dois modos diferentes. Enquanto o monitor principal mostra imagens ao vivo das câmeras, o modo de arquivo para pesquisa, por exemplo, deve poder ser exibido no monitor secundário.

53.17.416.246Um comentário deve ser armazenável para gravações iniciadas manualmente. O usuário estará em posição de procurar esses comentários no modo de arquivamento.

53.17.416.247Opcionalmente, um prompt de senha deve ser ativado quando o aplicativo cliente for fechado para evitar que ele seja fechado acidentalmente.

53.17.416.248Deve ser possível definir línguas diferentes em cada estação de trabalho.

53.17.417. **Modulo para estação de trabalho (cliente-web)**

53.17.417.249Deve fornecer acesso ao modo ao vivo e de arquivamento através de qualquer navegador da Web.

53.17.417.250O início de sessão no sistema deve ser possível através de utilizadores/grupos locais, bem como através do Active Directory.

53.17.417.251A comunicação de rede deve ser criptografada por SSL.

53.17.417.252O sistema deve proporcionar a possibilidade de carregar certificados SSL definidos pelo utilizador para a utilização de certificados próprios para o acesso via cliente Web. Do lado do cliente, não haverá necessidade de instalações adicionais de aplicativos ou plug-ins de navegador.

53.17.417.253Várias câmeras devem poder ser exibidas em uma visão de várias câmeras ao mesmo tempo.

53.17.417.254A reprodução de arquivo de várias câmeras deve ser síncrona.

53.17.417.255O acesso ao arquivo não deve ser restringido.

53.17.417.256As câmeras que não estão sendo exibidas ativamente no momento devem ser pausadas para evitar a carga desnecessária de largura de banda.

53.17.417.257Devem estar disponíveis funções PTZ e controle predefinido das câmeras.

53.17.417.258Deve ser permitida a impressão de imagens individuais de câmeras fotográficas ou a sua guarda no lado do cliente.

53.17.417.259Os eventos/alarmes atuais devem ser visíveis para o operador na lista de alarmes.

53.17.418. **Modulo para cliente móvel (aplicativo)**

53.17.418.260Deve fornecer um aplicativo para clientes móveis. Android 6.0 ou iOS 11.0 ou superior

53.17.418.261Os dispositivos móveis devem ter acesso através de uma rede WLAN e 3G/4G/5G.

53.17.418.262O aplicativo deve exibir imagens ao vivo e arquivadas de câmeras ou visualizações no modo retrato ou paisagem.

53.17.418.263A exibição de câmera única ao vivo deve dar ao usuário a capacidade de alternar entre vários fluxos disponíveis para compensar um possível problema com a largura de banda disponível.

53.17.418.264A exibição do arquivo deve dar ao usuário a capacidade de mover linhas do tempo, saltar para um horário específico desejado para iniciar a reprodução ou usar funções de calendário para selecionar uma data/hora específica para a qual pular.

53.17.418.265A listagem da câmera deve ser organizada em subpastas e ramificações do sistema vinculado para fornecer uma melhor visão geral.

53.17.418.266O usuário deve ter a capacidade de procurar qualquer câmera ou camada do sistema usando uma ferramenta de filtro.

53.17.418.267Além disso, os botões de software devem ser capazes de acionar ações no servidor. O utilizador deve poder visualizar e procurar alarmes na aplicação.

53.17.418.268Uma seção de mapa deve ajudar o usuário a entender onde as câmeras estão localizadas, exibindo ícones de câmera e fornecendo a capacidade de abrir facilmente a visualização ao vivo ou de arquivo tocando no ícone da câmera.

53.17.418.269Para conexão rápida, o usuário terá a opção de salvar a senha para o próximo login.

53.17.418.270O número de ligações guardadas na aplicação deve ser ilimitado para alternar rapidamente entre diferentes sistemas.

53.17.418.271Devem ser ativadas várias ligações de servidor ao mesmo tempo para permitir que o utilizador receba notificações e veja câmeras de diferentes sistemas ao mesmo tempo.

53.17.418.272O cliente móvel deve ser capaz de controlar câmeras PTZ, incluindo o uso de predefinições.

53.17.418.273O cliente móvel deve poder receber notificações e reagir imediatamente quando os alarmes são acionados.

53.17.418.274Deve haver uma comunicação segura e criptografada entre o cliente móvel e o servidor.

53.17.418.275Os operadores devem poder reconhecer os alertas diretamente do cliente móvel.

53.17.418.276O cliente móvel deve ser capaz de enviar fluxo de vídeo capturado a partir de um dispositivo móvel (licença de câmera necessária)

53.17.418.277O cliente móvel deve suportar zoom óptico e digital.

53.17.418.278O cliente móvel deve suportar a reprodução contínua e quadro a quadro.

53.17.418.279O cliente móvel deve poder aceder ao vídeo gravado através do seletor de data/hora.

53.17.418.280O cliente móvel deve ser capaz de exportar arquivos AVI para facilitar o compartilhamento de vídeos de interesse.	
53.17.418.281O cliente móvel deve suportar compressões: MJPEG, MxPEG, MPEG4, H.264, H.265.	
53.17.419.	Modulo Mapa
53.17.419.282Deve estar disponível para todos os utilizadores em cada estação operadora de vídeo.	
53.17.419.283Os mapas devem ser integráveis no sistema em número ilimitado.	
53.17.419.284O formato de arquivo suportado para mapas deve ser JPG, PNG, BMP e GIF.	
53.17.419.285Se o dispositivo apontador (mouse ou similar) estiver pairado sobre um ícone de câmera, uma janela de visualização exibirá a imagem ao vivo da câmera de vídeo. Esta janela de pré-visualização deve ser redimensionável em três passos.	
53.17.419.286Clicar em um ícone de câmera, camada, mapa ou página da Web exibirá o objeto selecionado em um painel de vídeo.	
53.17.419.287Ao circular uma ou mais câmeras com o dispositivo apontador (mouse ou similar), as câmeras selecionadas devem ser exibidas numa vista múltipla correspondente. Se três câmeras forem selecionadas, por exemplo, elas devem ser exibidas em uma visão de 4 vezes (2x2). Se forem selecionadas 6 câmeras, elas serão exibidas em uma visão de 9 vezes (3x3).	
53.17.419.288Deve ser possível o zoom digital de entrada/redução de um mapa.	
53.17.419.289Deve ser possível colocar objetos como câmeras, mapas, visualizações, páginas da web, alarmes e botões em um mapa.	
53.17.419.290Deve ser possível converter botões e alarmes num polígono e definir o seu nível de cor e transparência.	
53.17.419.291Deve ser possível girar os ícones e ajustar o seu tamanho.	
53.17.419.292Ícones da câmera: Além da rotação e do tamanho, o usuário poderá ajustar o campo de visão em cores, transparência, rotação, ângulo de visão, raio interno e externo, bem como desligar completamente o campo de visão.	
53.17.419.293Deve ser possível desbloquear o alinhamento entre o campo de visão e a rotação do ícone da câmera ao utilizar um ícone personalizado.	
53.17.419.294No modo de configuração, deve ser possível selecionar vários ícones e redimensioná-los ou eliminá-los num só passo.	
53.17.419.295Deve ser possível introduzir manualmente os ângulos de visão.	
53.17.419.296A exibição do nome de uma entidade deve ser ativada (permanentemente) ao passar o mouse.	
53.17.419.297Para alarmes, deve ser possível destacar o ícone da câmera, o campo de visão, o ícone de alarme ou o polígono em vermelho, dependendo da configuração.	
53.17.420.	Demais funcionalidades
53.17.420.298O sistema deve fornecer o seu próprio localizador de dispositivos. Deve ser iniciado diretamente a partir da configuração. O localizador de dispositivos deve fornecer a função de localizar todos os dispositivos na rede que suportam um dos seguintes protocolos: UPnP, ONVIF ou Bonjour.	
53.17.420.299Um tempo limite para a consulta de pesquisa deve ser livremente definível.	
53.17.420.300Deve igualmente prever uma pesquisa subsequente de texto completo de todos os dispositivos encontrados, permitindo que a lista de visitas seja reduzida mais de perto.	
53.17.420.301A lista de visitas especiais deve conter as seguintes informações (se fornecidas pelo dispositivo): endereço IP, fabricante, tipo, nome, número de série ou endereço MAC.	
53.17.420.302O localizador de dispositivos deve atribuir diretamente os dispositivos encontrados a um driver de dispositivo disponível no sistema.	
53.17.420.303Se a atribuição estiver incorreta, o fabricante e o tipo devem poder ser alterados manualmente.	
53.17.420.304O dispositivo deve ser adicionado automaticamente à configuração pelo localizador de dispositivos com um clique no botão.	
53.17.420.305O nome do dispositivo e o nome de utilizador, a palavra-passe e o servidor de gravação devem ser configurados com valores predefinidos. Estes devem ser modificáveis manualmente.	
53.17.420.306Para evitar que as câmeras sejam adicionadas à configuração várias vezes, o localizador de dispositivos deve realizar uma comparação dos drivers de dispositivo existentes com os dispositivos encontrados. A correspondência deve poder ser desativada.	
53.17.420.307Além disso, deve ser possível adicionar vários dispositivos à configuração e abrir a página de configuração dos dispositivos recém-criados diretamente.	
53.17.420.308As configurações dos drivers de câmera dentro do sistema devem ser livremente intercambiáveis. A substituição deve ser possível em todos os fabricantes e modelos.	
53.17.420.309A configuração do driver da câmera antiga deve ser transferível (se suportada pelo novo driver). A gravação não deve ser suprimida pela mudança.	
53.17.420.310As gravações de arquivo antigas devem ser atribuídas ao novo driver da câmera.	
53.17.420.311Esta função destina-se a facilitar a substituição de câmeras defeituosas sem qualquer perda de dados e sem necessidade de reconfigurar a nova câmera.	
53.17.420.312Deve possuir a função de proteção/privacidade, ou seja, deve pixelizar todos os objetos em movimento na imagem ao vivo e na imagem de arquivo. Isso torna objetos em movimento, como pessoas, irreconhecíveis. A privacidade é, assim, protegida.	
53.17.420.313Os usuários com privilégios especiais posteriormente poderão desligar a pixelização para permitir uma pesquisa detalhada no modo de arquivo.	
53.17.420.314Esta função deve ser combinada com o chamado princípio dos quatro olhos (para uma determinada atividade, decisão ou transação possa ser aprovada e transacionada, ela deve ter a aprovação de no mínimo 2 pessoas).	
53.17.420.315O sistema deve fornecer uma função de desfoque com a finalidade de mascarar uma área do vídeo.	
53.17.420.316A função de desfoque deve ser definida pelo utilizador e o nível de desfocagem deve ser ajustável.	
53.17.420.317A máscara desfocada deve estar disponível na exportação AVI.	
53.17.420.318Áreas tornadas irreconhecíveis na imagem através de zonas de privacidade devem ser tornadas visíveis novamente por um acesso ao arquivo com a correspondente autorização (também com princípio de 4 olhos possíveis).	
53.17.420.319O mascaramento de privacidade estará disponível para vídeo ao vivo e de arquivo.	
53.17.420.320Deve oferecer a opção de se registrar com qualquer servidor SIP e se comunicar com outros dispositivos SIP. Deve receber seu próprio número de telefone pelo servidor SIP e deve fazer chamadas ou ser chamado por outros assinantes SIP.	
53.17.420.321Deve possibilitar a identificação de adulteração e comparação de imagens, fornecendo uma função automatizada para detectar e alertar rotações, oclusões e similares de câmeras. Deve ser possível configurar a função separadamente para cada câmera.	
53.17.420.322O valor-limite a ultrapassar deve ser livremente definível.	
53.17.420.323A posição da câmera deve ser continuamente monitorizada quanto à existência de adulterações.	
53.17.420.324O sistema deve também oferecer uma comparação automática de imagens de referência que é executada ciclicamente e desencadeia uma ação de acompanhamento.	
53.17.420.325A comparação deve ser desencadeada automaticamente, especificando um intervalo (pelo menos de cada minuto) ou por pontos fixos no tempo em determinados dias.	
53.17.420.326O sistema deve ter um designer de exportação que ajude o usuário a criar sequências de exportação de vídeo com imagens de sobreposição adicionais para desfocar um objeto específico na imagem ou para destacar o objeto desfocando toda a cena de imagem restante. A ferramenta deve fornecer recursos que apoiem a criação da exportação das seguintes maneiras:	
53.17.420.327Deve existir a opção de criar uma sequência a partir de uma ou mais câmeras com intervalos de tempo diferentes ou semelhantes	
53.17.420.328Deve haver a opção de inserir uma ou mais formas na imagem	
53.17.420.329As formas devem ser quadradas ou circulares.	
53.17.420.330O operador deve poder definir a cor de fundo ou da borda, o nível de transparência e a espessura da borda.	
53.17.420.331As formas devem ser invertidas	
53.17.420.332As formas devem ser movidas ao redor da imagem durante a reprodução para configurar um caminho na sequência	
53.17.420.333Deve ser definida uma posição de partida e de paragem para as formas, de modo que seja calculado um cálculo médio da velocidade de movimento entre as 2 posições para a sequência.	
53.17.420.334A sobreposição para exibir o título da câmera e a data/hora deve ser ativada	
53.17.420.335Uma proteção para criar um arquivo criptografado deve ser definida, e uma ferramenta de validação alerta o usuário ao abrir a exportação se ela foi comprometida de alguma forma.	
53.17.420.336As variáveis devem ser usadas para otimizar o nome do arquivo de exportação para adicionar data/hora, nome da câmera etc.	
53.17.420.337Várias exportações devem ser enfileiradas.	
53.17.420.338O trabalho atual deve ser salvo e carregado novamente mais tarde.	
53.17.421.	Integrações
53.17.421.339Deve ser possível integrar sistemas de controle de acesso e sistemas de detecção de intrusões.	
53.17.421.340Deve ser suportado o acionamento de cenários de alarme e uma pesquisa de arquivos de eventos.	
53.17.421.341Uma interface genérica deve oferecer a capacidade de criar plugins para apoiar fornecedores adicionais sem integração específica.	
53.17.421.342Deve possuir protocolo de integração para a memória do cartão na câmera. As lacunas de registro no arquivo causadas por interrupções da rede devem ser posteriormente recarregáveis com material de gravação do próprio suporte de armazenamento da câmera (cartão SD).	
53.17.421.343Deve ser possível importar as gravações na câmera manual ou automaticamente através de um horário configurável pelos administradores.	
53.17.421.344Deve ser possível marcar os dados de vídeo importados como registos padrão ou de alarme.	
53.17.421.345Esta importação deve ser funcional como um preenchimento de lacuna no sistema de armazenamento do servidor ou como uma importação completa para substituir os registos existentes.	
53.17.421.346A velocidade de importação deve ser configurável para garantir uma utilização segura da rede.	
53.17.421.347Se um processo de importação parar por qualquer motivo, o sistema deve retomá-lo no ponto em que parou e não reiniciar desde o início.	
53.17.421.348O processo de importação deve apoiar tarefas de importação paralelas de várias câmeras em simultâneo.	
53.17.422.	Certificações

53.17.422.349Deverá apresentar ISO 27001 visando cumprir os mais altos padrões de segurança cibernética, desde a origem (dispositivos) até as exportações, para isso estarão disponíveis barramentos de comunicação criptografados, assinatura digital, marca d'água e mecanismos de criptografia.

53.17.422.350Comprovar homologação junto aos fabricantes das câmeras ofertadas.

53.18. **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO**

53.18.423. A contratação deste item obriga a empresa a prestar os serviços descritos a seguir durante o período de 12 (doze) meses.

53.18.424. Os serviços descritos neste item atenderá as necessidades do CIOP e das UNISP's conforme previsto na Tabela III referente aos Itens 18, 19 e 20 do "Serviço de Manutenção".

53.18.425. **Manutenção Técnica**

53.18.425.351A Contratada deverá manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que caracterizarem ou não perda das funções básicas do sistema.

53.18.425.352A empresa contratada deverá efetuar os serviços de manutenção corretiva e preventiva com suporte técnico para os itens contratados, treinamento, cobertura total de peças e equipamentos reservas a todos os componentes do contrato.

53.18.426. **Manutenção Preventiva**

53.18.426.353Será realizada MENSALMENTE, com as datas e horários estabelecidos pela Contratante.

53.18.426.354Os serviços realizados nesta preventiva serão: limpeza, ajustes, reparos, inspeções e execução de testes, a fim de estender a vida útil do equipamento e garantir seu perfeito funcionamento.

53.18.426.355Caso seja necessário, serão solicitados os seguintes itens: Ajuste da definição (qualidade, ângulo e foco) de imagem, configuração da velocidade de reprodução e regulação ou mudança a posição das câmeras

53.18.426.356Entende-se por manutenção preventiva uma série de procedimentos executados conforme programação estabelecida ou a qualquer momento, sempre que necessário, com o objetivo de evitar ou reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um equipamento;

53.18.426.357Compõem-se pelas ações planejadas e/ou programadas que objetivam prevenir falhas no funcionamento dos elementos dos sistemas sob contrato, bem como da sua interoperabilidade.

53.18.426.358Sempre que tais ações implicarem em paradas parciais ou totais dos Sistemas, estas deverão ser agendadas com a CONTRATANTE com antecedência de uma semana.

53.18.426.359Nos procedimentos de Manutenção Preventiva deverão ser executados os serviços de recuperação dos equipamentos, naquilo que se encontra fora da normalidade, como lubrificação dos componentes mecânicos, substituição de cabos, conectores e cordões e reinstalação, inclusive em caso de queda ou vandalismo;

53.18.426.360Deverá ser apresentado um plano de ações e cronograma de manutenção preventiva para cada um dos sistemas sob contrato, até 30 dias após a assinatura do contrato, visando à adequação das ações da CONTRATANTE e CONTRATADA, bem como dos usuários da rede.

53.18.426.361Todos os materiais e insumos necessários a essas manutenções devem estar inclusos nos valores das propostas apresentadas.

53.18.426.362Integra a Manutenção Preventiva a correção de todas as condições de irregularidade da instalação do equipamento, como: reparo nas proteções, suspensões e fixações dos aparelhos (chumbadores, bases, abraçadeiras, mão francesa, grades de proteção, etc.);

53.18.426.363A Manutenção Preventiva é obrigatória em todos os equipamentos relacionados no Termo de Referência (ou os que venham a substituí-los), pelo menos uma vez a cada mês;

53.18.427. **Manutenção Corretiva**

53.18.427.364A manutenção corretiva será realizada a qualquer tempo, através de chamados técnicos realizados pela contratante 24 horas por dia 07 dias da semana.

53.18.427.365A Manutenção Corretiva visa colocar em funcionamento o equipamento/sistema paralisado ou em funcionamento irregular, em condições normais de operação, quando da ocorrência de eventuais falhas. Os serviços abrangerão as intervenções de técnicos para recuperação do sistema, efetuados com a substituição de partes, peças ou componentes avariados, ajustando, limpando e testando o funcionamento dos equipamentos;

53.18.427.366A Manutenção Corretiva será procedida, quando a contratante acusar funcionamento irregular de algum dos equipamentos contidos no contrato, e solicitar correção do mesmo;

53.18.427.367Depois de efetuado o atendimento corretivo a Contratada notificará a Contratante, qualquer ocorrência que tenha motivado a não solução do problema, informando um prazo, quando este for maior do que o estabelecido na tabela de acordos de serviço (SLA), onde são definidos os prazos de Atendimento dos Chamados para correção do problema;

53.18.427.368Todos os serviços necessários para o pronto reestabelecimento dos equipamentos e sistemas contratados, correrão por conta da empresa Contratada.

53.18.427.369A empresa contratada deverá prestar suporte de serviços, compreendendo reparos e substituições de peças, às suas expensas, inclusive em casos de queda e/ou vandalismo, obrigando-se a colocar os equipamentos em perfeito Estado de funcionamento, no prazo máximo estabelecido no SLA de Atendimento, contado a partir da abertura do chamado. Decorrido esse prazo, sem o atendimento devido, fica a contratante autorizado a glosar a nota fiscal de prestação dos serviços para o equipamento ou sistema pelo dia inteiro do ocorrido e pelos dias subsequentes até o reestabelecimento dos serviços e/ou, caso seja do interesse da administração, contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos ofertados ou do suporte de serviços prestados;

53.18.427.370A empresa contratada será responsável por Intermediar junto ao fabricante o processo de RMA (troca do equipamento em caso de defeito) e deverá disponibilizar equipamento equivalente, caso a previsão de resolução do problema ultrapasse o previsto pela SLA, visando minimizar a indisponibilidade dos serviços. A empresa contratada deverá trocar o equipamento instalado sob contrato, se, no período de 15 (quinze) dias corridos, ocorrerem defeitos sistemáticos que não sejam corrigidos nos prazos estabelecidos pelo SLA;

53.18.427.371A contratada deve prever em seu custo total mensal para fornecimento do serviço de manutenção e suporte técnico descritos neste contrato, todos os custos com materiais e equipamentos de reposição, visando à substituição de um danificado até a execução dos serviços de reparos.

53.18.427.372Deverá ser acionado o serviço de suporte e manutenção externa da Contratada, perfazendo assim, início para contagem do SLA descrito abaixo:

Classificação das prioridades para a Regularização do Funcionamento:

Prioridade 1	Urgente	O problema causa perda ou paralisação total do equipamento ou solução. A não operação passa a ser crítica para o negócio do cliente e a situação constitui uma emergência. Completa falha do equipamento ou solução. O equipamento ou solução continua no mesmo estado indefinidamente, causando demoras inaceitáveis ou indefinidas para recursos ou respostas. O equipamento ou solução falha repetidamente, após as tentativas de reinicialização;
Prioridade 2	Média	O problema causa uma perda de funcionalidade. As operações podem continuar ainda que de modo restrito. Problema de performance do equipamento ou solução. Equipamentos ou solução sem controle, mantidos pela redundância. O problema restringe a disponibilidade do equipamento ou da solução;
Prioridade 3	Normal	Falha de componentes ou módulos isolados que não resultem em restrições substanciais. O problema causa perda menor de funcionalidade, constituindo uma inconveniência. Erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do equipamento. O problema é pontual e não afeta seriamente a operação do equipamento. Baixo impacto no negócio do cliente, ou solicitações de intinerancia

SLA de atendimento e solução do problema:

Nível de Prioridade	Tipo	SLA de Atendimento	SLA Solução de Problema
Prioridade 1	Urgente	Em até 6 horas	Em até 36 horas
Prioridade 2	Média	Em até 8 horas	Em até 72 horas
Prioridade 3	Normal	Em até 12 horas	Em até 96 horas

53.19. **DEFINIÇÕES DE SERVIÇOS**

53.19.428. As orientações iniciais para a implantação do sistema deverão ser desenvolvidas inicialmente com desenhos esquemáticos e apresentados à unidade demandante para análise e deliberação.

53.19.429. Todo o pessoal e veículos envolvidos com a instalação, manutenção ou qualquer outro trabalho que envolva a CONTRATADA, deverão ser credenciados com identificação visível.

53.19.430. A Contratada deverá viabilizar que a Contratante monitore suas edificações 24(vinte e quatro) horas por dia, 7(sete) dias por semana.

53.19.431. Todos os equipamentos e acessórios deverão ser instalados, configurados, programados, certificados e testados, compreendendo infraestrutura e treinamento para o perfeito funcionamento dos sistemas.

53.19.432. A infraestrutura externa deverá ser realizada tomando em conta outros sistemas já instalados como: telefonia, elétrico, hidráulico, etc. Sempre que ocorrer algum dano em sistemas de terceiros em consequência da implantação da nova infraestrutura, este deverá ser reparado de imediato pela empresa contratada sem custos adicionais à Administração.

53.19.433. O sistema de CFTV a ser instalado terá como finalidade permitir a visualização diurna e noturna das câmeras nos locais relacionados, mantendo uma segurança estratégica a fim de inibir os atos de vandalismo.

53.19.434. As imagens deverão ser gravadas localmente, através dos **NVRS**, por um prazo mínimo de **30(trinta) dias em HD (hard disk)**.

53.19.435. A vigilância e gravação das imagens deverão ser feitas em tempo real 24(vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias do mês, de maneira que se possa visualizar a qualquer instante todas as câmeras de forma rápida e precisa.

53.20. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 53.20.436. A empresa deverá apresentar um cronograma para execução dos serviços, sob análise e deliberação da unidade demandante, com prazo para conclusão dos trabalhos de instalação que não ultrapassem 70 (setenta) dias.
- 53.20.437. A empresa deverá fornecer em comodato, todos os equipamentos e materiais necessários para execução dos serviços de monitoramento do CFVT.
- 53.20.438. No final do contrato todos os materiais usados e os equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.
- 53.20.439. A montagem e instalação deverão ser realizadas com as melhores práticas existentes sem uso de provisórios e adaptações, observando-se sempre os procedimentos de segurança com os trabalhadores, conforme orientações do Ministério do Trabalho, através das NR's, em especial a NR10 – os instaladores e mantenedores do sistema devem obrigatoriamente possuir certificado de treinamento em NR10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Por conseguinte, no que compete às despesas de instalação, o valor deverá ser faturado pela Contratante e o pagamento dividido no tempo de vigência do contrato, ou seja, em doze parcelas.
- 53.20.440. O fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos necessários para a realização dos serviços e testes deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA.
- 53.20.441. A empresa também se responsabiliza pela transferência do sistema de monitoramento em casos de alteração de endereço da unidade atendida, ou também em caso de mudança de layout interno.
- 53.20.442.

OBS.1: As especificações apresentadas no Anexo I deste Termo de Referência não são estritamente fixas ou taxativas, permitindo pequenas variações. Caso a proposta contenha divergências dentro dessas variações permitidas, é necessário fornecer informações técnicas detalhadas que comprovem que o produto oferecido é superior ao exigido e mais adequado ao objetivo proposto.

OBS.2: Variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos.



Documento assinado eletronicamente por **Igor da Silva Cruz, Assessor(a)**, em 27/04/2026, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR, Assessor(a)**, em 28/04/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON ROBLEDO DA SILVA, Gerente**, em 30/04/2026, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, Secretário(a)**, em 30/04/2026, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronega Santos Costa, Assessor(a)**, em 05/05/2026, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71364104** e o código CRC **A0C21A98**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-FUNESPNCOM

MATRIZ DE RISCO

Este documento visa a elaboração do MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para futuras **CONTRATAÇÕES**, com o intuito de atender o art. 22º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como o art. 37 e o art. 40 do Decreto N° 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Legenda das colunas:

- ¹: descrição do risco identificado;
- ²: motivo que resultou à ocorrência do risco;
- ³: efeitos que o risco causará no objeto da contratação.
- ⁴: probabilidade, indicação do peso referente a chance do risco se concretizar conforme a escala de probabilidade;
- ⁵: impacto, indicação do peso referente ao resultado do evento sobre o objeto conforme a escala de impacto;
- ⁶: fórmula para calcular o nível do risco;
- ⁷: identificação do nível conforme escala para classificação de níveis de risco;
- ⁸: classificação da ação que deverá ser desenvolvida em resposta ao risco, sendo elas Mitigar(M), Aceitar(A), Transferir(T) e Evitar(E);
- ⁹: ações antecipadas que visa prevenir a ocorrência do risco;
- ¹⁰: descrição das medidas que deverão ser tomadas para enfrentamento do evento, no qual deverá ser definido o responsável(quem?), o momento (quando?) e a medida (como?).

Tabela 1: Mapeamento de risco												
MATRIZ DE RISCOS E ANÁLISE DE RISCOS												
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE SISTEMA E EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO PERIMETRAL DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES POLICIAIS - CIOF E DAS UNIDADES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP.												
PROCESSO: 0037.157987/2021-59												
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO				NÍVEL DE RISCO			PRIORIZAÇÃO ⁷	RESPOSTA (M, A, T ou E) ⁸	AÇÕES SUGERIDAS ⁹	PLANO DE AÇÃO ¹⁰		
Numeração	Risco ¹	Causa do Risco ²	Consequência(s) ³	P ⁴	I ⁵	(P)x(I) ⁶				Quem?	Quando?	Como?
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO												
R1	Termo de Referência incompleto ou inadequado	Falhas na descrição técnica dos sistemas, câmeras, softwares e infraestrutura	Impugnações, atrasos e republicação do edital	2	2	4	Baixo	M	Elaborar checklist técnico; integrar especialistas de TI e segurança.	FUNESP e Demandante	Imediato	Demandante / Equipe Técnica – fase de planejamento.
R2	Quantitativos em excesso ou em quantidade insuficiente.	Falta de dimensionamento perimetral adequado.	Necessidade de aditivos ou falhas na cobertura de áreas críticas	2	4	8	Média	M	Justificar adequadamente o quantitativo solicitado; Tentar validar as quantidades com a área comercial e com a experiência dos fornecedores.	Demandante	Imediato	Demandante – antes da publicação do TR
R3	Especificações técnicas imprecisas	Requisitos incompatíveis com padrões de mercado	Contratação de solução ineficaz ou obsoleta	1	5	5	Médio	M	Definir requisitos mínimos e compatibilidade; prever testes de aceitação.	Demandante	Imediato	Demandante / Equipe Técnica – fase de TR
R4	Ausência de justificativa para a contratação	Falta de habilidade técnica sobre itens da contratação	Não atendimento ao princípio da motivação	1	3	3	Baixo	M	Apresentar justificativa para contratação conforme necessidades e planejamento estratégico da contratante.	Demandante	Durante elaboração do ETP	Recomendar correções e/ou adequações.
R5	Ausência de critérios para recebimento do objeto	Ausência de informação	Recebimento de equipamentos fora das especificações	1	4	4	Médio	E	Adotar critérios e prazos para recebimento do objeto conforme legislação, aceitação do objeto e funcionamento do objeto.	FUNESP e Demandante	Na elaboração do Termo de Referência	Definir e indicar a figura do fiscal para as contratações.
R6	Critérios inadequados para pagamento	Ausência de previsão à forma de pagamento	Conflitos e possíveis atrasos entre contratante e contratada; Desperdício de recursos.	1	5	5	Médio	M	Informar formas de pagamento disponíveis e pagamento vinculado à entrega definitiva e vistoria técnica do sistema de vídeo monitoramento.	FUNESP	Previsão na elaboração do TR	Adequando o TR
R7	Ausência ou insuficiência dos critérios de julgamento das propostas	Falta de definição no ETP	Seleção da proposta por critério diverso do objetivo da contratação; Desperdício de recursos.	1	5	5	Médio	M	Conferir se os critérios estão explícitos; Questionar a área demandante quanto aos critérios de julgamento.	Demandante deve prever na elaboração do ETP para que seja inserido no TR	Na elaboração do ETP para inserir no TR	Adequando o TR e definir e indicar a figura do fiscal para as contratações para verificar os objetos entregues.
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO												
R8	Estimativa incorreta de preços	Pesquisa de mercado insuficiente ou desatualizada, ausência de fontes oficiais ou comparáveis.	Valor orçado incompatível com a realidade de mercado, risco de licitação fracassada/deserta, necessidade de revisão orçamentária e atraso no processo.	2	3	6	Médio	M	Ajustar o escopo. Realizar o máximo de pesquisas de preços, esgotando todos os meios (web, banco de preços e fornecedores), Analisar criteriosamente os valores apresentados.	Demandante e SUPEL-CPEAP	Imediato	Trabalho em conjunto da equipe de planejamento da contratação e Setor de Pesquisa de Preços
R9	Estimativa incorreta de quantidades	Definição incorreta das distribuições e setores que serão atendidos	Adequação do projeto quanto as suas especificações e distribuição	3	3	9	Médio	M	Ajustar o Estudo Técnico; Especificar corretamente a quantidade e forma de distribuição; necessidade de alinhamento com planejamento estratégico da unidade demandante.	Demandante	Imediato	Trabalho em conjunto da equipe de planejamento da contratação
R10	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a atrasos de pagamentos pela Contratante.	Paralisação das entregas e rescisão do contrato de prestação de serviços	1	5	5	Médio	M	A licitação necessita ser iniciada com a previsão de existência de recursos orçamentários para a execução do contrato.	Demandante. As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	Imediato	Previsão de adequação orçamentária e capacidade técnica prevista no TR bem como os critérios de pagamento previamente estabelecidos.
FASE DE ANÁLISE: LICITAÇÃO												
R11	Acordos entre empresas que atuam no ramo pesquisado	Análise deficiente dos fornecedores dos serviços	Elevação do preço cobrado no mercado sobre o mesmo serviço ou produto.	2	5	10	Médio	M	- Realizar, juntamente com o demandante, análise criteriosa do Quadro Estimativo de Preços.	SUPEL	No momento da aprovação do Quadro Estimativo de Preços	Em conjunto com o demandante
R12	Seleção de prestadores sem condições de cumprir o contrato	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas,	Inexecução do contrato	1	5	5	Médio	E	Verificar a idoneidade da empresa em outros órgãos da Adm. Pública; Exigir certificação compatível com o objeto no momento da contratação.	SUPEL	Durante a fase de habilitação e antes da	Com os meios de contato disponíveis, certificando nos autos

		financeiras, seguro, atestado e sanções									elaboração do contrato	
R13	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do T.R.	Deficiência na realização da pesquisa estimativa de preço	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	E	- Elaborar orçamentos que representem a realidade atual, portanto utilizar meios confiáveis como pesquisas no Banco de Preços e no mercado.	Demandante	No momento da elaboração do Quadro Estimativo de Preços	Recomendar correções e/ou adequações.
R14	Risco de existência de número elevado de interposição de recursos ao resultado da Licitação	Minutas e documentos em desacordo com práticas usuais de modelos de execução	Atraso no processo; Necessidade de mobilização de equipes envolvidas em caráter prioritário.	1	3	3	Baixo	M	- Produzir minutas e documentos de acordo com práticas usuais e modelos de execução e remuneração adequados	SUPEL em conjunto com o demandante	Imediato	Em conjunto com o demandante e equipe de planejamento.
	FASE DE ANÁLISE: FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO											
R15	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos.	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	3	4	12	Alto	M	- Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; - Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Gestor do contrato	Fase de execução do contrato	O gestor deve nomear servidores dos órgãos que serão contemplados com a aquisição e montar as equipes, com fins a identificar a real possibilidade de execução das demandas
R16	Fiscalização ineficiente do contrato.	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	1	5	5	Médio	M	- Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federal , adotando a multidisciplinaridade de funções; - Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Setor Demandante, Fiscais e Gestores	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco
R17	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a gestão interna da Contratada.	Rescisão do contrato de prestação de serviços.	2	5	10	Médio	M	- Verificar a possibilidade de se exigir o Seguro Garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento;	Setor Demandante	Fase de execução do contrato	Adotar medida estratégica par a utilização da Garantia Contratual e analisar no processo licitatório se há possibilidade de convocar outras licitantes para assumir a execução. Os requisitos legais de vem ser analisados para a tomada de decisão. Solicitar a qualificação técnica.
R18	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato.	Ausência de expertise técnica e operacional	Atraso ou paralisação na entrega dos objetos.	1	4	4	Baixo	E	- Exigir atestados técnicos de fornecimento similar; monitorar execução, prever garantias e penalidades. A empresa deve comprovar ou garantir a assistência técnica em todos os municípios que forem contemplados com a solução em Rondônia.	Gestor/fiscal do contrato	Antes e durante a execução	Análise documental, acompanhamento contínuo e aplicação de sanções
	FASE DE ANÁLISE: EXECUÇÃO DO CONTRATO											
R19	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais	Desconhecimento das obrigações ou má-fé do fornecedor.	Atrasos, descumprimento contratual, necessidade de substituição, aplicação de sanções.	1	4	4	Baixo	M	- Capacitar gestor/fiscal, exigir garantias, monitorar execução e aplicar penalidades quando necessário.	Gestor e fiscal do contrato	Durante toda a execução	Acompanhamento contínuo, registros formais e medidas corretivas imediatas.
R20	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais	Não manter as condições de habilitação.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento e/ou falha na qualidade de entrega dos objetos/serviços pela contratada	1	4	4	Baixo	M	- Exigir comprovações periódicas de habilitação, fiscalizar execução e prever sanções contratuais.	Gestor e fiscal do contrato	Fase de execução do contrato	Solicitar atualizações documentais, acompanhar desempenho e aplicar medidas corretivas imediatas.
R21	Modificações das especificações do objeto.	solicitação de alterações de configuração/instalação dos objetos após a publicação do edital.	Necessidade de aditivos/supressões, impacto em prazos, custos e possíveis questionamentos jurídicos.	2	3	6	Médio	E	- Definir detalhadamente as especificações técnicas no edital, validar junto às áreas demandantes e restringir alterações imprevistas.	Área requisitante, gestor e fiscal do contrato.	Fase de planejamento e durante a execução	Revisar especificações no ETP/TR, monitorar entregas e formalizar ajustes somente quando legalmente justificados.
R22	Aumento desproporcional do custo dos objetos durante a execução contratual.	Instabilidade econômica e variação de preços de mercado após a contratação.	Elevação do valor estimado, risco de licitação deserta/fracassada, aumento de custo para a Administração.	3	4	12	Alto	M	- Risco de descumprimento contratual pelo fornecedor, solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro e possível atraso nas entregas.	Gestores e Fiscais de Contrato	Fase de execução do contrato	Registrar demandas do fornecedor e decidir sobre reequilíbrio.

Legenda das colunas:

- 1: descrição do risco identificado;
- 2: motivo que resultou à ocorrência do risco;
- 3: efeitos que o risco causará no objeto da contratação.
- 4: probabilidade, indicação do peso referente a chance do risco se concretizar conforme a escala de probabilidade;
- 5: impacto, indicação do peso referente ao resultado do evento sobre o objeto conforme a escala de impacto;
- 6: fórmula para calcular o nível do risco;
- 7: identificação do nível conforme escala para classificação de níveis de risco;
- 8: classificação da ação que deverá ser desenvolvida em resposta ao risco, sendo elas Mitigar(M), Aceitar(A), Transferir(T) e Evitar(E);
- 9: ações antecipadas que visa prevenir a ocorrência do risco;
- 10: descrição das medidas que deverão ser tomadas para enfrentamento do evento, no qual deverá ser definido o responsável(quem?), o momento (quando?) e a medida (como?).

As tabelas abaixo apresentam os parâmetros escalares dos níveis de probabilidade e impacto, os quais foram levados em consideração como instrumento de apoio no momento da análise e definição de classificação dos riscos.

Tabela 2: Escala de classificação de probabilidade		
ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.
Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	3	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	4	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	5	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

Tabela 3: Escala de classificação de impacto		
ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	3	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável.
Alto	4	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	5	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

A matriz de risco, acompanhada da escala de classificação, constitui instrumento essencial para a visualização e hierarquização da criticidade dos riscos mapeados. O enquadramento é realizado a partir da correlação entre a **probabilidade de ocorrência** do evento e o **impacto potencial** sobre o objeto da contratação. Nesse sentido, a classificação segue os seguintes intervalos:

- I - **1 a 4 – Risco Baixo (região verde):** eventos de baixa relevância, com efeitos mínimos e facilmente controláveis.
- II - **5 a 10 – Risco Médio (região amarela):** eventos com potencial de comprometer a contratação, exigindo monitoramento contínuo e medidas de mitigação.

As **colunas da matriz** correspondem ao nível de probabilidade, enquanto as **linhas** representam o impacto. O cruzamento desses eixos determina a classificação final do risco, servindo de apoio para o planejamento das ações preventivas e corretivas.

Tabela 4: Matriz de risco (Impacto X Probabilidade)						
MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO (I)	Muito Alto 5	5 (RM) - (R3, R6, R7, R10, R12, R13, R16)	10 (RM) - (R11, R17)	15 (RA)	20 (RE)	25 (RE)
	Alto 4	4 (RB) - (R5, R18, R19, R20)	8 (RM) - (R2)	12 (RA) - (R15, R22)	16 (RA)	20 (RE)
	Médio 3	3 (RB) - (R4, R14)	6 (RM) - (R8, R21)	9 (RM) - (R9)	12 (RA)	15 (RA)
	Baixo 2	2 (RB)	4 (RB) - (R1)	6 (RM)	8 (RM)	10 (RM)
	Muito Baixo 1	1 (RB)	2 (RB)	3 (RB)	4 (RB)	5 (RM)
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE (P)						


Tabela 5: Escala de nível de risco (Impacto X Probabilidade)			
ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO			
RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1 - 4	5 - 10	12 - 16	20 - 25

Porto Velho, RO, data e hora do sistema.


Elaboração:
DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR
Chefe de Núcleo III
Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP/SESDEC

De acordo:
JACKSON ROBLEDO DA SILVA
Gerente do Fundo Estadual de Segurança Pública


Aprovação:
FELIPE BERNARDO VITAL
Secretário da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC




Documento assinado eletronicamente por JACKSON ROBLEDO DA SILVA, Chefe de Unidade, em 14/10/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR, Assessor(a), em 14/10/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a), em 15/10/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064789874** e o código CRC **930A2F3D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, inscrita no CNPJ/MF nº 04.793.055/0001-57, com sede na Rua Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, neste ato representada pelo Diretor Executivo da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Sr. PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA, nos termos da Portaria nº 572 de 24 de junho de 2024.

CONTRATADA: A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP: XXXX, neste ato representado pelo(a) Sr(a) XXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF/MF nº XXXXXX, conforme poderes que lhe são outorgados XXXXXX.

Os contratantes celebram, por força do presente instrumento, **AQUISIÇÃO DO SISTEMA E EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO PERIMETRAL DAS UNIDADES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP EM TODAS AS UNISPS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 28.874/2024, e demais normas pertinentes, na modalidade XXXXXXXX, do tipo XXXXXXXX, vinculando-se aos termos do Termo de Referência ([0048768917](#)), a proposta da Contratada (XXXXXXX) e ao Processo Administrativo Eletrônico nº [0037.157987/2021-59](#), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO/VINCULAÇÃO/DESCRIPTIVO TÉCNICO**

1.1. **Do objeto:** Contratação de empresa especializada para a Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e de todas as Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP do Estado de Rondônia, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência ([0048768917](#)), nos seguintes locais:

I - **UNISP Porto Velho;**

- **Endereço 1:** R. Três e Meio, Bairro - Floresta, Porto Velho - RO, 76808-026, **Endereço 2:** R. Brasília, 1405 - Tucumanzal, Porto Velho - RO, 76804-486 e **Endereço 3:** Av. Amazonas, 6781 - Escola de Polícia, Porto Velho - RO, 76820-115.

II - **CIOP Porto Velho** - Endereço: Rua José Adelino com Rua Davi Canabarro, nº 385, Setor 19, Quadra 15, Lote 282, Bairro Costa e Silva.

III - **UNISP Ariquemes** - Endereço: Av. Tancredo Neves, 03 - St. 03, Ariquemes - RO, 76870-526;

IV - **UNISP Nova Mamoré** - Endereço: Av. Raimundo Brasileiro - Cidade Nova, Nova Mamoré - RO, 76857-000;

V - **UNISP Nova Brasilândia d' Oeste** - Endereço: Rua Canaã, 1665, Centro - setor 14, Nova Brasilândia do Oeste/RO;

VI - **UNISP Alvorada d' Oeste** - Endereço: Av. Duque de Caxias, nº 5335 – São Francisco, Alvorada do Oeste/RO;

VII - **UNISP Machadinho d' Oeste** - Endereço: Av. João Batista Figueiredo, entre Ruas Rio Branco e Mato Grosso, Bairro União, Machadinho do Oeste;

VIII - **UNISP Rolim de Moura** - Endereço: Rua Jamari, 5426, Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura/RO;

IX - **UNISP Vilhena** - Endereço: BR-174, 249 - Jardim América, Vilhena - RO, 76980-000;

X - **UNISP Jaru** - Endereço: Rua: Florianópolis, nº 2594, Setor 03, Jaru - RO, 76890-000;

XI - **UNISP Ouro Preto do Oeste** - Endereço: Av. Cap. Silvio Gonçalves de Farias, 500 - Do Incra, Ouro Preto do Oeste - RO, 76920-000;

XII - **UNISP Ji Paraná** - Endereço: R. Café Filho, 1066 - São Pedro, Ji-Paraná - RO, 76913-598;

XIII - **UNISP Espigão do Oeste** - Endereço: R. Rosa Pedro Agostinho, 1931 - Vista Alegre, Espigão D'Oeste - RO, 76974-000;

XIV - **UNISP Colorado do Oeste** - Endereço: Av. Mal. Rondon, 1024-1246 - Centro, Colorado do Oeste - RO, 76993-000;

XV - **UNISP Cujubim** - Endereço: Av. Maracanã, 1265, Cujubim - RO, 76864-000; e

XVI - **UNISP Buritis** - Endereço: Av. Porto Velho, 800 – Setor 01, Buritis - RO.

1.2. **Da vinculação:** Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência ([0048768917](#)), os termos do Parecer nº XXXXX, o disposto na proposta da Contratada XXXXXX e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

1.3. **Descritivo Técnico:** O descritivo técnico consta no item 06 do Termo de Referência ([0048768917](#)).

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO**

2.1. A justificativa do quantitativo consta no item 05 do Termo de Referência ([0048768917](#)).

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

3.1. O valor total desta contratação é de R\$ XXXXXXXX, correspondente a proposta da Contratada (XXXXXX), e à Declaração de Adequação Financeira (XXXXXX), a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos serviços referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebido e aprovado pela Contratante.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

4.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data do início de sua assinatura, na forma do art. 105 da lei nº 14.133 de 2021, podendo ser objeto de prorrogação para fins de cumprimento do objeto.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA**

5.1. As garantias constam no item 13 do Termo de Referência ([0048768917](#)).

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

6.1. As garantias da execução constam no item 13 do Termo de Referência ([0048768917](#)).

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VALIDADE DOS MATERIAIS FORNECIDOS E INSTALAÇÃO**

7.1. A validade dos materiais fornecidos e instalação **item 14 do Termo de Referência (0048768917)**.

8. **CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA / EXECUÇÃO**

8.1. A entrega e a execução **constam no item 15 do Termo de Referência (0048768917)**.

9. **CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

9.1. As condições para subcontratação, cessão e/ou transferência do serviço **constam no item 21 do Termo de Referência (0048768917)**.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta do seguinte crédito orçamentário, conforme Declaração de Adequação Financeira (XXXXXXX), estão inseridos no orçamento através da seguinte programação:

a) Programa de atividade: XXXXXXXXXX

b) Elemento de despesa: XXXXXXXXXX

c) Fonte: XXXXXXXXX

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

11.1. Os critérios de pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no item 17 do Termo de Referência (0048768917)**.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DO CONTRATO**

12.1. As hipóteses e ressarcimentos referente à rescisão contratual **constam no item 33 do Termo de Referência (0048768917)**.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

13.1. As Obrigações da Contratada e da Contratante estão **previstas no item 23 do Termo de Referência (0048768917)**.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

14.1. O modelo de gestão contratual **consta no item 30 do Termo de Referência (0048768917)**.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. As infrações e sanções administrativas **constam no item 22 do Termo de Referência (0048768917)**.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1. O acompanhamento e fiscalização da execução contratual **constam no item 31 do Termo de Referência (0048768917)**.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

17.1. A avaliação da logística de execução contratual **constam no item 32 do Termo de Referência (0048768917)**.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MATRIZ DE RISCO**

18.1. A matriz de risco **consta no item 48 do Termo de Referência (0048768917)**.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

19.1. É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

19.2. A Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

19.3. A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

19.4. A Contratada deverá cumprir as orientações dispostas no Decreto nº 28.874/2024 e Lei 14.133/2021, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.

20. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

20.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, bem como os princípios de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

21. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE CONTRATUAL**

21.1. O reajuste do contrato deve seguir as normas **dispostas no item 38 do Termo de Referência (0048768917) e disposições do Decreto nº 28.874/2024**.

22. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA - DAS NORMAS DE PREVENÇÃO A CORRUPÇÃO**

22.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 - e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; se comprometendo a cumpri-las fielmente.

23. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA - DO FORO**

23.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

24.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente projeto serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº **14.133/2021 e suas alterações**, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

25. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

25.1. Após as assinaturas deste instrumento, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu resumo no Diário Oficial do Estado sem prejuízo de outras publicações que a Contratante tenha como necessárias.

26. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEXTA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

26.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica pela Contratada;

26.2. O Termo será vistado na forma do art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento;

26.3. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Ribeiro Araújo, Procurador do Estado**, em 04/11/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0054226359** e o código CRC **6E1A4458**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0037.157987/2021-59

SEI nº 0054226359

Criado por 04253541216, versão 27 por 04253541216 em 04/11/2024 11:40:39.

MINUTA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-FUNESPNCOM

SAMS

1.

os recursos:
- 1.1.

UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:
- 1.2.

Programa Atividade: 06.126.2166.2237
- 1.3.

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 (GPF: 452)
- 1.4.

Fonte: 1.713.0.00001/2.713.0.00001.
2.

Para aquisição dos equipamentos de: **Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV**, serão usados os recursos:
- 2.1.

UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:
- 2.2.

Programa Atividade: 06.126.2166.2237
- 2.3.

Elemento de Despesa: 4.4.90.40
- 2.4.

Fonte: 1.713.0.00001/2.713.0.00001.
3.

Para aquisição dos equipamentos de: **Instalação e Programação**, serão usados os recursos:
- 3.1.

UG: 15.017 - Fundo Estadual de Segurança Pública:
- 3.2.

Programa Atividade: 06.126.2166.2237
- 3.3.

Elemento de Despesa: 3.3.90.40
- 3.4.

Fonte: 1.713.0.00001/2.713.0.00001.

Exposição de Motivo: Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral das Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP** de todas as UNISPs do Estado de Rondônia, localizadas em: Porto Velho, Ariquemes, Nova Mamoré, Nova Brasilândia d' Oestes, Alvorada d' Oeste, Machadinho d' Oestes, Rolim de Moura, Vilhena, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji Paraná, Espigão do Oeste, Colorado do Oeste, Cujubim e Buritis, a serem adquiridos através do Fundo Estadual de Segurança Pública (FUNESP) da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC) com recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)

	Item	Região	Especificação	Unid.	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
	1	Lote I - Região I: Porto Velho, Nova Mamoré. CIOP (Pvh);	Câmera TIPO 1 - DOME	Und	24		
	2		Câmera TIPO 2 - BULLET	Und	62		
	3		Câmera TIPO 3 – PTZ	Und	08		
	4		NVR - TIPO I (CIOP)	Und	01		
	5		NVR - TIPO II (UNISP Pequeno Porte)	Und	01		
	6		NVR - TIPO III (UNISP Grande Porte)	Und	03		
	7		NVR - TIPO IV	Und	04		
	8		Switch PoE – 24 Portas	Und	06		
	9		Monitor LCD 25”	Und	05		
	10		Rack 19” 12U’s	Und	05		
	11		Nobreak 1.5 KVa	Und	05		
	12		Smart TV 65”	Und	08		
	13		Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	Und	94		
	14		Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	Und	01		

15		Instalação e Programação UNISP Grande Porte	Und	03		
16		Instalação e Programação CIOP	Und	01		
17		Treinamento	Und	05		
18		Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	Und	01		
19		Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	Und	03		
20		Serviço de Manutenção CIOP	Und	01		
Item	Região	Especificação	Unid.	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
1	Lote II - Região II: Ariquemes, Buritis e Cujubim.	Câmera TIPO 1 - DOME	Und	13		
2		Câmera TIPO 2 - BULLET	Und	24		
3		Câmera TIPO 3 – PTZ	Und	03		
4		NVR - TIPO II (UNISP Pequeno Porte)	Und	02		
5		NVR - TIPO III (UNISP Grande Porte)	Und	01		
6		NVR - TIPO IV	Und	03		
7		Switch PoE – 24 Portas	Und	03		
8		Monitor LCD 25”	Und	03		
9		Rack 19” 12U’s	Und	03		
10		Nobreak 1.5 KVa	Und	03		
11		Smart TV 65”	Und	03		
12		Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	Und	40		
13		Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	Und	02		
14		Instalação e Programação UNISP Grande Porte	Und	01		
15		Treinamento	Und	03		
16		Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	Und	02		
17		Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	Und	01		
Item	Região	Especificação	Unid.	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total

1	Lote III - Região III: Ji-Paraná Jaru Ouro Preto D' Oeste Machadinho D'Oeste; e Alvorada D'Oeste.	Câmera TIPO 1 - DOME	Und	19		
2		Câmera TIPO 2 - BULLET	Und	36		
3		Câmera TIPO 3 – PTZ	Und	05		
4		NVR - TIPO II (UNISP Pequeno Porte)	Und	04		
5		NVR - TIPO III (UNISP Grande Porte)	Und	01		
6		NVR - TIPO IV	Und	05		
7		Switch PoE – 24 Portas	Und	05		
8		Monitor LCD 25”	Und	05		
9		Rack 19” 12U’s	Und	05		
10		Nobreak 1.5 KVa	Und	05		
11		Smart TV 65”	Und	05		
12		Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	Und	60		
13		Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	Und	04		
14		Instalação e Programação UNISP Grande Porte	Und	01		
15		Treinamento	Und	05		
16		Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	Und	04		
17		Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	Und	01		
Item	Região	Especificação	Unid.	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
1	Lote IV - Região IV: Rolim de Moura Nova Brasilândia D'Oeste e Espigão D'Oeste.	Câmera TIPO 1 - DOME	Und	09		
2		Câmera TIPO 2 - BULLET	Und	18		
3		Câmera TIPO 3 – PTZ	Und	03		
4		NVR - TIPO II (UNISP Pequeno Porte)	Und	03		
5		NVR - TIPO IV	Und	03		
6		Switch PoE – 24 Portas	Und	03		
7		Monitor LCD 25”	Und	03		

13/05/2026, 09:20

SEI/RO - 68859810 - SAMS

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:		Local:	Responsável da empresa pela Cotação:	
		Data:	Assinatura:	
Banco:		Outras Informações:		Valor da Proposta:
Agência:				
C/C:				
E-mail:				Validade da proposta: 90 dias
Obs.:	01) Os órgãos requisitantes devem enviar além da via do processo, mais 3 (três) vias desta Solicitação e Aquisição de Materiais e Serviços. 02) Quando a Solicitação contiver mais de 10 (dez) itens, enviar em anexo ao Processo, com as informações. 03) As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, Previdência Social, Municipal e Dívida Ativa Estadual e Certidão Negativa Trabalhista, todas devidamente atualizadas.			Prazo de Entrega:

*A proposta da empresa deverá está de acordo com o estabelecido no último termo de referência deste processo.

Elaboração da SAMS:
DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR
Assessor III

De Acordo:
GEORGIA REIS VERSALLI MOTA
Gerente do Fundo Estadual de Segurança Pública em substituição

Aprovo:
PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA - CEL PM
Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania, em substituição
Portaria nº 86 de 21 de janeiro de 2026. ([68427976](#))

Documento assinado eletronicamente por **GEORGIA REIS VERSALLI MOTA, Chefe de Unidade**, em 05/02/2026, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **DEOMIR ZAMBIAZZI JUNIOR, Assessor(a)**, em 05/02/2026, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68859810** e o código CRC **B61D0993**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
Lote I - Região I: Porto Velho, Nova Mamoré. CIOP (Pvh)													
1	Câmera TIPO 1 - DOME	UND	24	2.300,00	2.371,63	2.350,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.340,54	R\$ 2.350,00	36,74	1,57%	MÉDIO	R\$ 56.172,96
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	UND	62	2.399,00	2.178,92	2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.192,64	R\$ 2.178,92	199,85	9,11%	MÉDIO	R\$ 135.943,68
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	UND	8	22.234,80	24.993,00	23.000,00	R\$ 22.234,80	R\$ 23.409,27	R\$ 23.000,00	1.423,92	6,08%	MÉDIO	R\$ 187.274,16
4	NVR - TIPO I(CIOP)	UND	1	6.830,00	7.235,80	7.609,60	R\$ 6.830,00	R\$ 7.225,13	R\$ 7.235,80	389,91	5,40%	MÉDIO	R\$ 7.225,13
5	NVR - TIPO II(UNISP Pequeno Porte)	UND	1	9.567,26	9.625,89	9.060,00	R\$ 9.060,00	R\$ 9.417,72	R\$ 9.567,26	311,18	3,30%	MÉDIO	R\$ 9.417,72
6	NVR - TIPO III(UNISP Grande Porte)	UND	3	11.900,00	12.500,00	11.208,00	R\$ 11.208,00	R\$ 11.869,33	R\$ 11.900,00	646,55	5,45%	MÉDIO	R\$ 35.607,99
7	NVR - TIPO IV	UND	4	19.700,00	26.250,00	24.560,00	R\$ 19.700,00	R\$ 23.503,33	R\$ 24.560,00	3.400,45	14,47%	MÉDIO	R\$ 94.013,32
8	Switch PoE – 24 Portas	UND	6	6.726,83	5.799,99	6.600,00	R\$ 5.799,99	R\$ 6.375,61	R\$ 6.600,00	502,52	7,88%	MÉDIO	R\$ 38.253,66

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

9	Monitor LCD 25"	UND	5	900,00	1.092,00	979,00	R\$ 900,00	R\$ 990,33	R\$ 979,00	96,50	9,74%	MÉDIO	R\$ 4.951,65
10	Rack 19" 12U's	UND	5	790,00	800,00	900,00	R\$ 790,00	R\$ 830,00	R\$ 800,00	60,83	7,33%	MÉDIO	R\$ 4.150,00
11	Nobreak 1.5 KVa	UND	5	1.673,00	1.600,00	1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.541,00	R\$ 1.600,00	169,39	10,99%	MÉDIO	R\$ 7.705,00
12	Smart TV 65"	UND	8	3.198,00	3.879,00	3.519,00	R\$ 3.198,00	R\$ 3.532,00	R\$ 3.519,00	340,69	9,65%	MÉDIO	R\$ 28.256,00
13	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	UND	94	1.799,00	1.399,00	2.250,00	R\$ 1.399,00	R\$ 1.816,00	R\$ 1.799,00	425,75	23,44%	MÉDIO	R\$ 170.704,00
14	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	UND	1	17.000,00	24.842,33	18.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 19.947,44	R\$ 18.000,00	4.268,48	21,40%	MÉDIO	R\$ 19.947,44
15	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	UND	3	29.830,00	30.750,00	38.040,00	R\$ 29.830,00	R\$ 32.873,33	R\$ 30.750,00	4.498,05	13,68%	MÉDIO	R\$ 98.619,99
16	Instalação e Programação CIOP	UND	1	17.000,00	18.000,00	20.400,00	R\$ 17.000,00	R\$ 18.466,67	R\$ 18.000,00	1.747,38	9,46%	MÉDIO	R\$ 18.466,67
17	Treinamento	UND	5	R\$ 6.456,87	R\$ 5.187,50	R\$ 5.800,00	R\$ 5.187,50	R\$ 5.814,79	R\$ 5.800,00	634,81	10,92%	MÉDIO	R\$ 29.073,95
18	Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	UND	1	R\$ 39.987,84	R\$ 48.557,04	R\$ 45.990,00	R\$ 39.987,84	R\$ 44.844,96	R\$ 45.990,00	4.397,86	9,81%	MÉDIO	R\$ 44.844,96
19	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	UND	3	R\$ 59.900,00	R\$ 61.900,00	R\$ 54.656,00	R\$ 54.656,00	R\$ 58.818,67	R\$ 59.900,00	3.741,10	6,36%	MÉDIO	R\$ 176.456,01

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

20	Serviço de Manutenção CIOP	UND	1	R\$ 82.858,68	R\$ 96.942,92	R\$ 91.837,44	R\$ 82.858,68	R\$ 90.546,35	R\$ 91.837,44	7.130,33	7,87%	MÉDIO	R\$ 90.546,35
VALOR DO LOTE 1													R\$ 1.257.630,64
Lote II - Região II: Ariquemes, Buritis e Cujubim.													
1	Câmera TIPO 1 - DOME	UND	13	2.300,00	2.371,63	2.350,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.340,54	R\$ 2.350,00	36,74	1,57%	MÉDIO	R\$ 30.427,02
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	UND	24	2.399,00	2.178,92	2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.192,64	R\$ 2.178,92	199,85	9,11%	MÉDIO	R\$ 52.623,36
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	UND	3	22.234,80	24.993,00	23.000,00	R\$ 22.234,80	R\$ 23.409,27	R\$ 23.000,00	1.423,92	6,08%	MÉDIO	R\$ 70.227,81
4	NVR - TIPO II (UNISP Pequeno Porte)	UND	2	9.567,26	9.625,89	9.060,00	R\$ 9.060,00	R\$ 9.417,72	R\$ 9.567,26	311,18	3,30%	MÉDIO	R\$ 18.835,44
5	NVR - TIPO III (UNISP Grande Porte)	UND	1	11.900,00	12.500,00	11.208,00	R\$ 11.208,00	R\$ 11.869,33	R\$ 11.900,00	646,55	5,45%	MÉDIO	R\$ 11.869,33
6	NVR - TIPO IV	UND	3	19.700,00	26.250,00	24.560,00	R\$ 19.700,00	R\$ 23.503,33	R\$ 24.560,00	3.400,45	14,47%	MÉDIO	R\$ 70.509,99
7	Switch PoE – 24 Portas	UND	3	6.726,83	5.799,99	6.600,00	R\$ 5.799,99	R\$ 6.375,61	R\$ 6.600,00	502,52	7,88%	MÉDIO	R\$ 19.126,83
8	Monitor LCD 25"	UND	3	900,00	1.092,00	979,00	R\$ 900,00	R\$ 990,33	R\$ 979,00	96,50	9,74%	MÉDIO	R\$ 2.970,99
9	Rack 19" 12U's	UND	3	790,00	800,00	900,00	R\$ 790,00	R\$ 830,00	R\$ 800,00	60,83	7,33%	MÉDIO	R\$ 2.490,00

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

10	Nobreak 1.5 KVa	UND	3	1.673,00	1.600,00	1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.541,00	R\$ 1.600,00	169,39	10,99%	MÉDIO	R\$ 4.623,00
11	Smart TV 65"	UND	3	3.198,00	3.879,00	3.519,00	R\$ 3.198,00	R\$ 3.532,00	R\$ 3.519,00	340,69	9,65%	MÉDIO	R\$ 10.596,00
12	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	UND	40	1.799,00	1.399,00	2.250,00	R\$ 1.399,00	R\$ 1.816,00	R\$ 1.799,00	425,75	23,44%	MÉDIO	R\$ 72.640,00
13	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	UND	2	17.000,00	24.842,33	18.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 19.947,44	R\$ 18.000,00	4.268,48	21,40%	MÉDIO	R\$ 39.894,88
14	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	UND	1	29.830,00	30.750,00	38.040,00	R\$ 29.830,00	R\$ 32.873,33	R\$ 30.750,00	4.498,05	13,68%	MÉDIO	R\$ 32.873,33
15	Treinamento	UND	3	R\$ 6.456,87	R\$ 5.187,50	R\$ 5.800,00	R\$ 5.187,50	R\$ 5.814,79	R\$ 5.800,00	634,81	10,92%	MÉDIO	R\$ 17.444,37
16	Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	UND	2	R\$ 39.987,84	R\$ 48.557,04	R\$ 45.990,00	R\$ 39.987,84	R\$ 44.844,96	R\$ 45.990,00	4.397,86	9,81%	MÉDIO	R\$ 89.689,92
17	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	UND	1	R\$ 59.900,00	R\$ 61.900,00	R\$ 54.656,00	R\$ 54.656,00	R\$ 58.818,67	R\$ 59.900,00	3.741,10	6,36%	MÉDIO	R\$ 58.818,67
VALOR DO LOTE 2													R\$ 605.660,94
Lote III - Região III: Ji-ParanáJaruOuro Preto D' OesteMachadinho D'Oeste; e Alvorada D'Oeste.													
1	Câmera TIPO 1 - DOME	UND	19	2.300,00	2.371,63	2.350,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.340,54	R\$ 2.350,00	36,74	1,57%	MÉDIO	R\$ 44.470,26
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	UND	36	2.399,00	2.178,92	2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.192,64	R\$ 2.178,92	199,85	9,11%	MÉDIO	R\$ 78.935,04

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

3	Câmera TIPO 3 – PTZ	UND	5	22.234,80	24.993,00	23.000,00	R\$ 22.234,80	R\$ 23.409,27	R\$ 23.000,00	1.423,92	6,08%	MÉDIO	R\$ 117.046,35
4	NVR - TIPO II(UNISP Pequeno Porte)	UND	4	9.567,26	9.625,89	9.060,00	R\$ 9.060,00	R\$ 9.417,72	R\$ 9.567,26	311,18	3,30%	MÉDIO	R\$ 37.670,88
5	NVR - TIPO III(UNISP Grande Porte)	UND	1	11.900,00	12.500,00	11.208,00	R\$ 11.208,00	R\$ 11.869,33	R\$ 11.900,00	646,55	5,45%	MÉDIO	R\$ 11.869,33
6	NVR - TIPO IV	UND	5	19.700,00	26.250,00	24.560,00	R\$ 19.700,00	R\$ 23.503,33	R\$ 24.560,00	3.400,45	14,47%	MÉDIO	R\$ 117.516,65
7	Switch PoE – 24 Portas	UND	5	6.726,83	5.799,99	6.600,00	R\$ 5.799,99	R\$ 6.375,61	R\$ 6.600,00	502,52	7,88%	MÉDIO	R\$ 31.878,05
8	Monitor LCD 25"	UND	5	900,00	1.092,00	979,00	R\$ 900,00	R\$ 990,33	R\$ 979,00	96,50	9,74%	MÉDIO	R\$ 4.951,65
9	Rack 19" 12U's	UND	5	790,00	800,00	900,00	R\$ 790,00	R\$ 830,00	R\$ 800,00	60,83	7,33%	MÉDIO	R\$ 4.150,00
10	Nobreak 1.5 KVa	UND	5	1.673,00	1.600,00	1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.541,00	R\$ 1.600,00	169,39	10,99%	MÉDIO	R\$ 7.705,00
11	Smart TV 65"	UND	5	3.198,00	3.879,00	3.519,00	R\$ 3.198,00	R\$ 3.532,00	R\$ 3.519,00	340,69	9,65%	MÉDIO	R\$ 17.660,00
12	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	UND	60	1.799,00	1.399,00	2.250,00	R\$ 1.399,00	R\$ 1.816,00	R\$ 1.799,00	425,75	23,44%	MÉDIO	R\$ 108.960,00
13	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	UND	4	17.000,00	24.842,33	18.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 19.947,44	R\$ 18.000,00	4.268,48	21,40%	MÉDIO	R\$ 79.789,76

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

14	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	UND	1	29.830,00	30.750,00	38.040,00	R\$ 29.830,00	R\$ 32.873,33	R\$ 30.750,00	4.498,05	13,68%	MÉDIO	R\$ 32.873,33
15	Treinamento	UND	5	R\$ 6.456,87	R\$ 5.187,50	R\$ 5.800,00	R\$ 5.187,50	R\$ 5.814,79	R\$ 5.800,00	634,81	10,92%	MÉDIO	R\$ 29.073,95
16	Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	UND	4	R\$ 39.987,84	R\$ 48.557,04	R\$ 45.990,00	R\$ 39.987,84	R\$ 44.844,96	R\$ 45.990,00	4.397,86	9,81%	MÉDIO	R\$ 179.379,84
17	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	UND	1	R\$ 59.900,00	R\$ 61.900,00	R\$ 54.656,00	R\$ 54.656,00	R\$ 58.818,67	R\$ 59.900,00	3.741,10	6,36%	MÉDIO	R\$ 58.818,67
VALOR DO LOTE 3													R\$ 962.748,76
Lote IV - Região IV: Rolim de Moura Nova Brasilândia D'Oeste e Espigão D'Oeste.													
1	Câmera TIPO 1 - DOME	UND	9	2.300,00	2.371,63	2.350,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.340,54	R\$ 2.350,00	36,74	1,57%	MÉDIO	R\$ 21.064,86
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	UND	18	2.399,00	2.178,92	2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.192,64	R\$ 2.178,92	199,85	9,11%	MÉDIO	R\$ 39.467,52
3	Câmera TIPO 3 – PTZ	UND	3	22.234,80	24.993,00	23.000,00	R\$ 22.234,80	R\$ 23.409,27	R\$ 23.000,00	1.423,92	6,08%	MÉDIO	R\$ 70.227,81
4	NVR - TIPO II (UNISP Pequeno Porte)	UND	3	9.567,26	9.625,89	9.060,00	R\$ 9.060,00	R\$ 9.417,72	R\$ 9.567,26	311,18	3,30%	MÉDIO	R\$ 28.253,16
5	NVR - TIPO IV	UND	3	19.700,00	26.250,00	24.560,00	R\$ 19.700,00	R\$ 23.503,33	R\$ 24.560,00	3.400,45	14,47%	MÉDIO	R\$ 70.509,99
6	Switch PoE – 24 Portas	UND	3	6.726,83	5.799,99	6.600,00	R\$ 5.799,99	R\$ 6.375,61	R\$ 6.600,00	502,52	7,88%	MÉDIO	R\$ 19.126,83

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

7	Monitor LCD 25"	UND	3	900,00	1.092,00	979,00	R\$ 900,00	R\$ 990,33	R\$ 979,00	96,50	9,74%	MÉDIO	R\$ 2.970,99
8	Rack 19" 12U's	UND	3	790,00	800,00	900,00	R\$ 790,00	R\$ 830,00	R\$ 800,00	60,83	7,33%	MÉDIO	R\$ 2.490,00
9	Nobreak 1.5 KVa	UND	3	1.673,00	1.600,00	1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.541,00	R\$ 1.600,00	169,39	10,99%	MÉDIO	R\$ 4.623,00
10	Smart TV 65"	UND	3	3.198,00	3.879,00	3.519,00	R\$ 3.198,00	R\$ 3.532,00	R\$ 3.519,00	340,69	9,65%	MÉDIO	R\$ 10.596,00
11	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	UND	30	1.799,00	1.399,00	2.250,00	R\$ 1.399,00	R\$ 1.816,00	R\$ 1.799,00	425,75	23,44%	MÉDIO	R\$ 54.480,00
12	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	UND	3	17.000,00	24.842,33	18.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 19.947,44	R\$ 18.000,00	4.268,48	21,40%	MÉDIO	R\$ 59.842,32
13	Treinamento	UND	3	R\$ 6.456,87	R\$ 5.187,50	R\$ 5.800,00	R\$ 5.187,50	R\$ 5.814,79	R\$ 5.800,00	634,81	10,92%	MÉDIO	R\$ 17.444,37
14	Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	UND	3	R\$ 39.987,84	R\$ 48.557,04	R\$ 45.990,00	R\$ 39.987,84	R\$ 44.844,96	R\$ 45.990,00	4.397,86	9,81%	MÉDIO	R\$ 134.534,88
VALOR DO LOTE 4													R\$ 535.631,73
Lote V - Região V: Vilhena e Colorado D'Oeste.													
1	Câmera TIPO 1 - DOME	UND	10	2.300,00	2.371,63	2.350,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.340,54	R\$ 2.350,00	36,74	1,57%	MÉDIO	R\$ 23.405,40
2	Câmera TIPO 2 - BULLET	UND	18	2.399,00	2.178,92	2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.192,64	R\$ 2.178,92	199,85	9,11%	MÉDIO	R\$ 39.467,52

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

3	Câmera TIPO 3 – PTZ	UND	2	22.234,80	24.993,00	23.000,00	R\$ 22.234,80	R\$ 23.409,27	R\$ 23.000,00	1.423,92	6,08%	MÉDIO	R\$ 46.818,54
4	NVR - TIPO II(UNISP Pequeno Porte)	UND	1	9.567,26	9.625,89	9.060,00	R\$ 9.060,00	R\$ 9.417,72	R\$ 9.567,26	311,18	3,30%	MÉDIO	R\$ 9.417,72
5	NVR - TIPO III(UNISP Grande Porte)	UND	1	11.900,00	12.500,00	11.208,00	R\$ 11.208,00	R\$ 11.869,33	R\$ 11.900,00	646,55	5,45%	MÉDIO	R\$ 11.869,33
6	NVR - TIPO IV	UND	2	19.700,00	26.250,00	24.560,00	R\$ 19.700,00	R\$ 23.503,33	R\$ 24.560,00	3.400,45	14,47%	MÉDIO	R\$ 47.006,66
7	Switch PoE – 24 Portas	UND	2	6.726,83	5.799,99	6.600,00	R\$ 5.799,99	R\$ 6.375,61	R\$ 6.600,00	502,52	7,88%	MÉDIO	R\$ 12.751,22
8	Monitor LCD 25"	UND	2	900,00	1.092,00	979,00	R\$ 900,00	R\$ 990,33	R\$ 979,00	96,50	9,74%	MÉDIO	R\$ 1.980,66
9	Rack 19" 12U's	UND	2	790,00	800,00	900,00	R\$ 790,00	R\$ 830,00	R\$ 800,00	60,83	7,33%	MÉDIO	R\$ 1.660,00
10	Nobreak 1.5 KVa	UND	2	1.673,00	1.600,00	1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.541,00	R\$ 1.600,00	169,39	10,99%	MÉDIO	R\$ 3.082,00
11	Smart TV 65"	UND	2	3.198,00	3.879,00	3.519,00	R\$ 3.198,00	R\$ 3.532,00	R\$ 3.519,00	340,69	9,65%	MÉDIO	R\$ 7.064,00
12	Software de Monitoramento e Gerenciamento – CFTV	UND	30	1.799,00	1.399,00	2.250,00	R\$ 1.399,00	R\$ 1.816,00	R\$ 1.799,00	425,75	23,44%	MÉDIO	R\$ 54.480,00
13	Instalação e Programação UNISP Pequeno Porte	UND	1	17.000,00	24.842,33	18.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 19.947,44	R\$ 18.000,00	4.268,48	21,40%	MÉDIO	R\$ 19.947,44

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços

14	Instalação e Programação UNISP Grande Porte	UND	1	29.830,00	30.750,00	38.040,00	R\$ 29.830,00	R\$ 32.873,33	R\$ 30.750,00	4.498,05	13,68%	MÉDIO	R\$ 32.873,33
15	Treinamento	UND	2	R\$ 6.456,87	R\$ 5.187,50	R\$ 5.800,00	R\$ 5.187,50	R\$ 5.814,79	R\$ 5.800,00	634,81	10,92%	MÉDIO	R\$ 11.629,58
16	Serviço de Manutenção UNIPS Pequeno Porte	UND	1	R\$ 39.987,84	R\$ 48.557,04	R\$ 45.990,00	R\$ 39.987,84	R\$ 44.844,96	R\$ 45.990,00	4.397,86	9,81%	MÉDIO	R\$ 44.844,96
17	Serviço de Manutenção UNISP Grande Porte	UND	1	R\$ 59.900,00	R\$ 61.900,00	R\$ 54.656,00	R\$ 54.656,00	R\$ 58.818,67	R\$ 59.900,00	3.741,10	6,36%	MÉDIO	R\$ 58.818,67
VALOR DO LOTE 5													R\$ 427.117,03
VALOR TOTAL													R\$ 3.788.789,10

NOTA EXPLICATIVA:
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1 BANCO DE PREÇOS
EMP2 BANCO DE PREÇOS
EMP3 BANCO DE PREÇOS



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
1ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG1

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90199/2025/SUPEL_RO					
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90199/2025				
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0037.157987/2021-59		
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. Registro de Preços para eventual e futura **Aquisição de Sistema e Equipamentos para Monitoramento Perimetral do Centro Integrado de Operações Policiais - CIOP e de todas as Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISP** do Estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I..

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as

condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. **CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

GEOVANNA PINHEIRO ALVES

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO

Diretora Executiva/SUPEL

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações/SUPEL-RO

Elaborado por:

Ingrid Tainara Xavier Pedroza

Membro da 1ª Comissão de Segurança Pública - COSEG1/ SUPEL/RO

Portaria nº 11 de 15 de janeiro de 2026

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.000122/2026-47

SEI nº 68359229



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
1ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG1

Ofício nº 421/2026/SUPEL-COSEG1

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº / [],

[DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0043.000122/2026-47

SEI nº 68359320